

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**ROSA MARIA DA SILVA**

**NEABI/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação  
das relações étnico-raciais**

**UBERLÂNDIA  
2022**

**ROSA MARIA DA SILVA**

**NEABI/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação  
das relações étnico-raciais**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade de Federal de Uberlândia, como requisito para à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Educação Geográfica e Representações Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio

**UBERLÂNDIA**

**2022**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 Silva, Rosa Maria da, 1973-  
2022 NEABI/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios  
para a educação das relações étnico-raciais [recurso  
eletrônico] / Rosa Maria da Silva. - 2022.

Orientadora: Adriany de Ávila Melo Sampaio.

Coorientadora: Pedro Barbosa.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Pós-graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.445>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Sampaio, Adriany de Ávila Melo ,1972-  
, (Orient.). II. Barbosa, Pedro ,1959-, (Coorient.).

III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação  
em Geografia. IV. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Av. João Naves de Ávila, 2.121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.pggeo.ufu.br - posgeo@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 225, PPGGEO				
Data:	10 de junho de 2022	Hora de início:	08h:30m	Hora de encerramento:	12h:30m
Matrícula do Discente:	11813GEO017				
Nome do Discente:	ROSA MARIA DA SILVA				
Título do Trabalho:	NEABI/IFTM CAMPUS UBERABA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS				
Área de concentração:	GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO				
Linha de pesquisa:	Análise, Planejamento e Gestão Ambiental dos Espaços Urbano e Rural/Ensino de Geografia				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [\[On line\]](#), Campus [\[Google Meet\]](#), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Rosselvelt José Santos - IG-UFU](#); [Pedro Barbosa - UFG-Jataí-GO](#); [Luciane Ribeiro Dias Gonçalves - UFU/PONTAL-MG](#); [Jeremias Brasileiro da Silva - IHGSM/MG](#) e [Adriany de Ávila Melo Sampaio - IG/UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [Adriany de Ávila Melo Sampaio - IG - UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

**Aprovad(a).**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutora](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jeremias Brasileiro da Silva, Usuário Externo**, em 10/06/2022, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Barbosa, Usuário Externo**, em 11/06/2022, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriany de Avila Melo Sampaio, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/06/2022, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/06/2022, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rossvelt José Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/06/2022, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3619142** e o código CRC **62D55C45**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, Adriany de Avila Melo Sampaio, pelo suporte, orientações, correções, incentivo durante todo este processo.

Ao meu coorientador, Pedro Barbosa, por compartilhar comigo sua sabedoria no tema e me indicando os melhores caminhos para serem percorridos.

Aos meus familiares, pelo incentivo e amor incondicional.

Aos professores do curso de doutorado, pelos conhecimentos a mim dispensados.

Aos meus amigos, pelas conversas de incentivo e pela compreensão nas minhas ausências.

Aos meus companheiros e as amigas do IFTM, em especial à PROPI, pela compreensão na minha ausência e a amizade a mim demonstrada de várias formas.

Aos NEABIs dos IFs que coloraram com a pesquisa, em especial ao NEABI/IFTM-*Campus* Uberaba, pela forma acolhedora com que me receberam e pela disponibilização de dados.

## RESUMO

Esta é uma pesquisa qualitativa, descritiva e com análise do conteúdo, que trata das relações étnicas raciais em um ambiente escolar. Ela foi realizada no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), no *campus* Uberaba, no período que compreende os anos 2019 a 2021. Os continentes Africanos e Americanos foram invadidos pelos povos europeus a partir do século XV, os quais sequestraram, escravizaram e comercializaram, para diversas partes do mundo, os povos nativos destes continentes. Para justificar tamanha barbárie, os cientistas europeus criaram o racismo e forjaram as teorias raciais, em que se autoelegeram indivíduos superiores, evoluídos, o que lhes dava o direito de subjugar e desumanizar os demais povos. Estas teorias foram perpetuadas nas sociedades e ensinadas nas escolas por séculos, causando inúmeros prejuízos aos povos escravizados e aos seus descendentes. Para reverter ou minimizar tal situação de desvantagem da população negra, diversos grupos do Movimento Negro se organizaram para lutar contra o racismo. Uma das pautas de luta foi obter a aplicação de ações afirmativas, sendo uma importante vitória a aprovação da Lei 10639/2003, alterada para a Lei nº 11.645/2008. Esta instituiu a obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar da temática da história e cultura-afro-brasileira e indígena. Nesta pesquisa, verificamos a aplicação prática desta lei em um ambiente escolar: o IFTM, por meio das ações realizadas por seu Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena (NEABI). O objetivo principal desta pesquisa foi identificar e descrever quais foram as ações realizadas pelo NEABI/IFTM *Campus* Uberaba que colaboraram para a aplicação de uma educação para as relações étnico-raciais. A metodologia utilizada seguiu as etapas: pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados por meio de diário de campo, e-mails, atas, conversas informais, depoimento de alunos; questionário enviado aos membros e ao presidente do NEABI e a outros IFs. Os resultados encontrados foram: a) identificamos a realização de seis ações do NEABI/IFTM *Campus* Uberaba no ano de 2019; b) a política de ações afirmativas no IFTM está descrita em alguns de seus documentos; c) as dificuldades encontradas pelo NEABI decorrem do racismo estrutural e institucional. Consideramos que o NEABI mesmo com dificuldades conseguiu realizar ações e atividades que promoveram o debate e a sensibilização da comunidade escolar do IFTM acerca das temáticas étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Racismo; Movimento Negro; Educação Antirracista.

## RESUMEN

Esta es una investigación cualitativa, descriptiva y con análisis del contenido, que trata de las relaciones étnico-raciales en un ambiente escolar. Dicha investigación fue llevada a cabo en el *Instituto Federal de Ciência e Tecnologia* de la región del *Triângulo Mineiro – IFTM*, en el campus de Uberaba, de 2019 a 2021. Los continentes africano y americano fueron divididos por los pueblos europeos a partir del siglo XV. Ellos secuestraban, esclavizaban y comercializaban, para diversas partes del mundo los pueblos nativos de estos continentes. Para justificar esta barbarie, los científicos europeos crearon el racismo y forjaron las teorías raciales, en las que se eligieron a sí mismos como individuos superiores y evolucionados, lo que les daba el derecho de someter y deshumanizar los demás pueblos. Estas teorías fueron perpetuadas en las sociedades y enseñadas en las escuelas por siglos, causando un sinnúmero de perjuicios a los pueblos esclavizados y a sus descendientes. Para revertir o minimizar dicha situación de desventaja de la población negra, diversos grupos del Movimiento Negro se organizaron para luchar contra el racismo. Una de las pautas consistía en obtener la aplicación de acciones afirmativas, siendo una importante victoria la aprobación de la Ley 10639/2003, modificada para la Ley nº 11.645/2008, la cual instituyó la obligatoriedad de la inclusión en el currículum escolar la temática de la historia y cultura afrobrasileña e indígena. En esta investigación verificamos la aplicación práctica de dicha ley en un ambiente escolar: el IFTM, por medio de las acciones realizadas en el *Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena – NEABI*. El principal objetivo de esta investigación fue identificar y describir cuáles fueron las acciones realizadas por el *NEABI/IFTM/Campus Uberaba* que colaboraron para la aplicación de una educación para las relaciones étnico-raciales. La metodología utilizada siguió dos etapas: pesquisa bibliográfica y documental, recogida de datos por medio de: diario de campo, correos electrónicos, acta, charlas informales, testimonios de los alumnos; cuestionario enviado a los miembros y presidente del *NEABI* y a los otros *IF's*. Los resultados encontrados fueron: a) identificamos la realización de seis acciones del *NEABI/IFTM/Campus Uberaba* en el año de 2019; b) la política de acciones afirmativas en el *IFTM* está descrita en algunos de sus documentos; c) Las dificultades encontradas por el *NEABI* derivan del racismo estructural e institucional. Consideramos que a pesar de las dificultades, el *NEABI* ha conseguido realizar acciones y actividades que promovieron el debate y la sensibilización de la comunidad escolar del *IFTM* acerca de las temáticas étnico-raciales.

**Palabras clave:** Racismo; Movimiento Negro; Educación Antirracista.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rotas da Escravização.....	33
Figura 2 - Tráfico Negreiro .....	35
Figura 3 - Teoria da Evolução de Darwin .....	40
Figura 4 - Reunião Frente Negra Brasileira 1935 .....	64
Figura 5 - Arlinda Serafina .....	68
Figura 6 - Ruth de Souza .....	69
Figura 7 - Katherine Dunham .....	71
Figura 8 - Leila Gonzales .....	79
Figura 9 - Marcha Zumbi dos Palmares .....	90
Figura 10 - Campi do IFTM .....	110
Figura 11 - Vista aérea do IFTM Campus Uberaba Unidade I .....	112
Figura 12 - Portaria do IFTM Campus Uberaba Unidade I .....	112
Figura 13 - Perfil Membros do NEABI/IFT /Campus Uberaba: cargo.....	124
Figura 14 - Perfil Membros do NEABI/IFTM Campus Uberaba: Tempo de Instituição .....	124
Figura 15 - Perfil dos Membros do NEABI/IFTM/Campus Uberaba: Etnia .....	125
Figura 16 - Questionário X Pergunta X Qual é o seu sexo? .....	125
Figura 17 - Quanto à Percepção de Apoio Institucional para o NEABI .....	127
Figura 18 - Motivação Para ser Membro do NEABI .....	128
Figura 19 - Atividades realizadas pelo NEABI/IFTM/Campus Uberaba em 2019 ...	130
Figura 20 - IFs que responderam ao questionário.....	131
Figura 21 - Principais Atividades Realizadas Pelos NEABIs nos IFs .....	132
Figura 22 - Pintura Facial .....	133
Figura 23 - Palestra RAME PABÁ XA XIU? .....	134
Figura 24 - Cartaz de Divulgação das Atividades do dia 13 de maio .....	135
Figura 25 - Cartaz do Filme: O menino que descobriu o vento .....	135
Figura 26 - Palestra Cotas Raciais: uma necessidade ou um problema no Brasil ...	136
Figura 27 - Palestra Cotas Raciais Profa. Márcia .....	136
Figura 28 - Djamila Ribeiro.....	137
Figura 29 - Quanto à sua Participação nas reuniões e Atividades do NEABI .....	140
Figura 30 - Quanto às dificuldades para participar das reuniões e atividades do NEABI.....	141

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As Principais Navegações Marítimas e Extensão Territorial de Portugal (séculos XIV e XV) .....	29
Quadro 2 - Teorias Racistas Europeias (século XV ao XX).....	46
Quadro 3 - Intelectuais Brasileiros Racistas e Suas Teorias (século XIX e início do século XX) .....	56
Quadro 4 - Cursos de Graduação Presencial IFTM - Campus Uberaba .....	111
Quadro 5 - Cursos de Pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu IFTM - Campus Uberaba .....	111
Quadro 6 - Cursos Técnicos Concomitante/ Integrado ao Ensino Médio IFTM .....	111
Quadro 7 - Análise dos PPCs dos Cursos Técnicos do IFTM Campus Uberaba .....	117
Quadro 8 - Atividades realizadas pelo NEABI/Campus Uberaba em 2019 .....	129

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
APN	Agentes de Pastoral Negros do Brasil
ARENA	Aliança Renovação Nacional
CCJR	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
CEAB	Centro de Estudos Afro-brasileiros
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEB	Câmara de Educação Básica
CECD	Comissões de Educação, Cultura e Desporto
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAPIR	Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade
CPDCN	Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIPIR	Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FNB	Frente Negra Brasileira
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IFs	Institutos Federais
IFTM	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
INABRA	Instituto Nacional Afro-brasileiro
IPEAFRO	Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PET	Programa de Educação Tutorial
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PT	Partido dos Trabalhadores
RNEABI	Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena
RPA	Regulamento do Programa de Ações Afirmativas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESu	Secretaria da Educação Superior
SETEC	Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SNPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TEN	Teatro Experimental do Negro
UNEGRO	Fundação da União Pela Igualdade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A DIÁSPORA AFRICANA: ESTRUTURAÇÃO DO PRECONCEITO, RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL</b> .....	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Os antecedentes históricos demográficos para o surgimento da reinvenção do trabalho escravizado</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>O capitalismo mercantilista e o expansionismo territorial colonial europeu para a América</b> .....	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>O lucrativo e perverso comércio transatlântico de escravizados africanos</b> .....	<b>31</b>
<b>2.4</b>	<b>A consolidação do racismo estrutural e institucional à brasileira</b> .....	<b>36</b>
<b>2.5</b>	<b>Racismo Estrutural e Institucional</b> .....	<b>40</b>
<b>2.6</b>	<b>As teorias racialistas de matriz eurocêntricas e etnocêntricas</b> .....	<b>43</b>
<b>2.7</b>	<b>Os pioneiros dos estudos das relações raciais no Brasil: o pensamento social subordinado e submisso</b> .....	<b>51</b>
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL</b> .....	<b>58</b>
<b>3.1</b>	<b>A geração dos anos de 1930 e cosmovisão racial continuada da população negra como seres humanos inferiores, subordinados e submissos</b> .....	<b>58</b>
<b>3.2</b>	<b>A geração dos anos de 1950 patrocinada pela UNESCO: os problemas étnicos emergentes na sociedade brasileira e os possíveis conflitos raciais daí decorrentes</b> .....	<b>73</b>
<b>3.3</b>	<b>A geração de 1970 e uma nova linha de interpretação sobre o lugar das relações raciais na compreensão das desigualdades</b> .....	<b>76</b>
<b>3.4</b>	<b>A reorganização do Movimento Social Negro em plena Ditadura Civil Militar</b> .....	<b>80</b>
<b>3.5</b>	<b>A inserção institucional dos estudos étnico-raciais e os caminhos para a Constituição de 1988</b> .....	<b>83</b>
<b>4</b>	<b>A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b> .....	<b>89</b>
<b>4.1</b>	<b>O Movimento Social Negro e as Lutas Pelas Ações Afirmativas</b> .....	<b>89</b>

4.2	O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra .....	93
4.3	A III Conferência Mundial Contra o Racismo .....	95
4.4	A Instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial .....	96
4.5	A Lei 10639/2003: a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e da cultura afro-brasileira .....	99
4.6	As Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR): 2005; 2009; 2013; e 2018. ....	106
5	<b>O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS UBERABA E SUAS AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL</b> .....	109
5.1	<b>IFTM Campus Uberaba/ Unidade I: espaço físico, localização geográfica, sua história, os cursos e vagas oferecidas</b> .....	109
5.2	<b>NEABI no âmbito do IFTM</b> .....	113
5.2.1	<i>Finalidade do NEABI/IFTM</i> .....	113
5.2.2	<i>A Proposta Educacional adotada pelo IFTM Relacionada às Ações Afirmativas</i> .....	113
5.2.3	<i>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - IFTM</i> .....	114
5.2.4	<i>Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do IFTM (RPAA)</i> .....	115
5.2.5	<i>Projetos Pedagógicos dos Técnicos do IFTM - Campus Uberaba</i> .....	116
5.2.6	<i>Os PPCs dos Cursos Técnicos do ensino médio oferecidos pelo IFTM Campus Uberaba</i> .....	117
5.2.6.1	<i>As disciplinas que abordam a temática étnico-racial</i> .....	117
5.2.6.2	<i>Menção nos PPCs das Leis nº 10639/2003 e nº 11645/2008 e/ ou Regulamento do Programa de Ações Afirmativas (RPAA) do IFTM.</i> .....	120
5.2.6.3	<i>Quanto à citação e/ou explicação nos PPCs sobre o NEABI</i> .....	120
5.2.7	<i>Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (RNEABI) do IFTM</i> .....	121
5.3	<b>NEABI/IFTM Campus Uberaba</b> .....	123
5.3.1	<i>Antecedentes históricos e motivadores para o surgimento do NEABI/IFTM – Uberaba</i> .....	123
5.3.2	<i>Os desafios encontrados pelo NEABI/IFTM Campus Uberaba para inclusão da temática da educação para relações étnico-raciais</i> .....	126

5.3.3	<i>Ações promovidas pelo NEABI/IFTM – Uberaba. Em sintonia com as Leis 10639/2003 e 11645/2008</i> .....	128
6	<b>RESULTADOS</b> .....	139
6.1	<b>Categoria de Análise: 1- Ações e atividades realizadas pelo NEABI e 2 - dificuldades encontradas pelo NEABI para a realização de atividades</b> .....	139
6.2	<b>Categoria de Análise 3 – política de ações afirmativas do IFTM</b> .....	144
6.2.1	<i>Nos PPCs dos cursos técnicos</i> .....	144
6.2.2	<i>No PDI</i> .....	145
6.2.3	<i>Quanto ao RPAA</i> .....	146
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	147
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	155
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS</b> .....	166
	<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS MEMBROS DO NEABI</b> .....	167
	<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM O PRESIDENTE DO NEABI</b> .....	169

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi identificar e descrever quais ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) colaboraram para a aplicação de uma educação para as relações étnico-raciais. Os objetivos específicos foram analisar a política de ações afirmativas do IFTM/ Campus Uberaba, bem como as dificuldades encontradas para realização destas ações.

A relevância desta pesquisa é justificada em razão da temática étnico-racial estar inserida em um contexto amplo da escolarização com qualidade, e inclusiva, uma escolarização que ajude na construção positiva, ou seja, na valorização de identidades étnico-raciais, na compreensão das diferenças e diversidade presentes na sociedade.

Assim, a temática deste estudo não é uma questão pessoal somente minha, autora desta tese, mas de toda a sociedade civil. Eu, enquanto mulher, negra, licenciada em Geografia e Pedagogia, pesquisadora na área de educação, servidora do IFTM, pude vivenciar ações, questões e situações específicas relacionadas aos conflitos existentes nas relações étnico-raciais. Daí, surgiu o meu desejo em compreender como a educação dos jovens é realizada, a fim de concretizar tal ideal de termos um ensino antirracista.

No transcorrer da elaboração desta pesquisa, tomei consciência da complexidade que envolve a construção do racismo na sociedade em geral e, especialmente, nos ambientes escolares. Comecei a questionar qual tem sido o papel dos conhecimentos científicos na promoção dos estereótipos de gênero, raça e cultura entre os seres humanos. A procura por respostas às minhas inquietações me levou a conhecer muitos aspectos, até então ignorados, sobre a construção do racismo na sociedade.

Desde o primeiro ano do Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia-UFU, participei de grupos de estudo, seminários, palestras. Conversando com diversos docentes e, com minha orientadora, decidi ingressar no estudo das relações étnico-raciais nos ambientes escolares. Como é uma questão muito ampla, decidimos delimitar o meu local de pesquisa a um ambiente escolar e escolhemos o IFTM *Campus* Uberaba que possui duas unidades, sendo que a unidade I está situada na zona rural e a unidade II no perímetro urbano.

Nossa pesquisa de campo foi realizada na Unidade I, maior *campus* do IFTM em termos de atendimento de alunos, de servidores e de área física.

Iniciei a pesquisa de campo em fevereiro de 2019, acompanhando as atividades realizadas pelo NEABI na Unidade I. Fui muito bem acolhida pelos seus membros, em especial pelo presidente que, gentilmente se prontificou a me auxiliar na coleta de dados, sendo possível participar presencialmente de reuniões e eventos realizados.

Com este estudo, passei a compreender a função social do conhecimento científico e seu impacto na vida social cotidiana. Percebi a necessidade da produção, e utilização, de saberes para a construção de uma educação antirracista, ou seja, uma educação capaz de identificar e discutir o racismo; uma educação capaz de descontextualizar a história até o momento apresentada nos meios escolares; uma educação que valorize a contribuição dos povos indígenas e africanos na construção do Brasil; enfim, uma educação democrática, inclusiva e antirracista.

Esta tese é resultado do meu amadurecimento pessoal e intelectual sobre o tema e a pesquisa me revelou a necessidade de ampliar a discussão da temática, com os diferentes atores presentes nos ambientes escolares. Tive o desejo de produzir uma pesquisa que pudesse sensibilizar educadores para buscar uma educação antirracista.

Esta investigação foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, conforme o Parecer nº 4.041.607, de 21 de maio de 2020. O título escolhido foi: “NEABI/*Campus* Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais”.

No que diz respeito à metodologia, utilizamos a pesquisa qualitativa e descritiva. Ela é qualitativa porque, segundo Minayo (2012), trabalhamos com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variável.

É também uma pesquisa descritiva pois descrevemos as características de um determinado fenômeno, ou grupo, estabelecendo correlações entre variáveis e sua natureza, servindo de base para uma possível explicação do fenômeno. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e também a documental. A pesquisa foi realizada seguindo as etapas abaixo elencadas:

- 1) Pesquisa bibliográfica de trabalhos de autores que abordam os temas relacionados às relações étnico-raciais: livros, teses, dissertações, artigos,

palestras e sites especializados.

- 2) Na pesquisa documental, pesquisamos materiais que ainda não tinham recebido um tratamento analítico (atas, regulamentos, projetos pedagógicos, diário de campo, folders e e-mails), o que permitiu que fossem analisados de acordo com os objetivos da pesquisa.
- 3) Coleta de dados, obtida por meio de:
  - a) Observação em campo, realizada no ano de 2019;
  - b) Obtenção de três depoimentos escritos de alunos, referentes a uma das atividades realizadas;
  - c) Anotação de conversas informais com servidores;
  - d) Envio de questionário via internet ao presidente e aos membros do NEABI (cinco docentes, quatro técnicos administrativos) nomeados em Portaria, e dois servidores que participaram das reuniões voluntariamente. Foram respondidos cinco questionários.
  - e) Envio de questionários a 38 Institutos Federais, sendo que dez deles responderam.
  - f) De posse dos dados colhidos, optamos por fazer uma análise do conteúdo seguindo as etapas deste método, de acordo com Rocha, Gobbi e Simão (2005):
    - inicialmente, fizemos uma pré-análise dos dados colhidos que podiam ajudar a esclarecer o fenômeno e fizemos sua interpretação com base nos objetivos;
    - em seguida, os dados foram recortados e decompostos de acordo com categorias, parentesco de sentido e de acordo com a percepção e sensibilidade dos pesquisadores. Foi possível separar os dados em três categorias de análise: a) política de ações afirmativas do IFTM *Campus* Uberaba; b) ações realizadas pelo NEABI; e c) dificuldades identificadas para a realização das ações. Nesta etapa, foi necessário retornar ao referencial teórico para fundamentar a análise, a interpretação, e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação);
    - para análise dos questionários recebidos, seguimos as etapas do método de Análise de Conteúdo recomendadas por Bardin (1977): pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados;

inferência; e interpretação. Realizamos uma leitura inicial dos materiais recolhidos, o que possibilitou organizar e sistematizar as informações, criando condições para a compreensão do conteúdo. Fizemos várias releituras, para melhor familiarização e tratamento dos dados brutos, filtrando as informações, o que possibilitou propor inferências e interpretações a propósito dos objetivos; e os dados foram inseridos em uma pasta no computador, de acordo com os objetivos propostos. Utilizamos uma análise temática, o que permitiu descobrir os núcleos de sentidos que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido, permitindo a compreensão do significado da mensagem.

De posse dos dados colhidos e analisados realizamos a construção desta tese que está organizada em sete seções.

Após esta parte introdutória, iniciamos a seção 2 *A Diáspora Africana: estruturação do preconceito, racismo e da discriminação racial* abordando os fatores que deram início, no século XV, à invasão das Américas e da África pelos navegadores europeus que, para atender às suas necessidades capitalistas, passaram a escravizar os povos nativos. Milhares de indivíduos foram sequestrados na África e transportados para as mais diversas partes do mundo e esta migração forçada é também conhecida como a diáspora africana. Para justificar tal barbárie, foi criado, pelos colonizadores, o racismo, que se constituiu inicialmente em utilizar a palavra “raça” para classificar e hierarquizar os seres humanos. Nesta hierarquização, o homem branco europeu se considerou o ser humano mais evoluído, o que lhes assegurava o “direito” de “desumanizar” e subjugar os demais povos em uma relação desigual de poder.

No Brasil o racismo é estrutural porque a sociedade brasileira foi formada desde o século XVI com a divisão de sua população por raças e classes. Nesta divisão, os colonos europeus eram considerados superiores aos nativos e aos africanos escravizados. Para garantir a superioridade da branquitude, toda espécie de referência cultural, científica ou religiosa a estes povos escravizados era de inferioridade, ridicularização, folclorizada e silenciada. Foram séculos de preconceitos que se refletiram nos ambientes sociais, especialmente nas escolas, que foram perpetuados na estrutura da sociedade.

Na elaboração desse projeto, foi possível evidenciar que os conhecimentos científicos ao longo dos séculos não foram neutros ou apolíticos e refletiam os interesses das sociedades que o produziam e tinham, na maioria dos casos, o objetivo de legitimar os interesses de determinado grupo em detrimento de outro. Muitos dos conceitos científicos e teorias construídos pelos europeus, a partir do século XIV, foram fundamentados em teorias racistas, forjadas com o intuito de legitimar a exploração e escravização dos povos nativos das colônias dos países europeus nos continentes Americano e Africano. Estes conhecimentos, transformados em ideologias, permanecem presentes na estrutura de muitas sociedades criando, assim, um racismo estrutural. Pode-se observar que mesmo com o avanço das tecnologias no século XIX, que afirmaram e provaram a igualdade genética entre os humanos, as teorias racistas continuam presentes nas escolas e na sociedade, aparecendo ora de maneira sutil ora de maneira declarada.

O racismo brasileiro também é institucional e pode ser constatado quer seja nas instituições públicas (Congresso, Câmara de Vereadores, Câmara dos Deputados, Senado, Institutos Federais, Universidades Federais, Ministérios, entre outras) ou nas instituições particulares, onde a presença dos negros e indígenas em cargos de chefia e decisão são raros. No âmbito das instituições públicas, mesmo tendo leis que assegurem a entrada destes indivíduos, quando ingressam, são majoritariamente encontrados em cargos de subalternidade. Nos ambientes escolares não é diferente, e ainda hoje nos deparamos com materiais didáticos que, de maneira sutil, ou explícita, continuam a separar as pessoas por raças e apresentam os negros e os indígenas em situações de desvantagem.

Após a abolição da escravização em 1888, a população brasileira negra foi abandonada à própria sorte sem direitos legais, sem moradia, sem emprego, sem educação e ainda tendo que disputar trabalho com os imigrantes europeus que chegavam ao país. Todos estes fatores colaboraram para que os ex-escravizados e seus descendentes permanecessem em situação de exclusão social e penúria por muitos anos.

Na seção 3, *A produção Científica dos Estudos das Relações Étnico-Raciais no Brasil*, relatamos que nos anos de 1930 a elite econômica brasileira divulgava o seu projeto de desenvolvimento para o Brasil que só seria viável se a população fosse “clareada” e que o clareamento da população brasileira ocorreria naturalmente por meio da miscigenação, mas somente entre a população pobre do país. Esta elite

tentava apresentar aos outros países uma visão que no Brasil havia uma convivência harmoniosa entre a população branca, negra e indígena, negando a existência do racismo. Esta visão foi conhecida como a “Teoria da Democracia Racial”, tendo como base o livro Casa Grande e Senzala, do autor Gilberto Freyre, em 1933. Nos anos de 1950 foi feita uma pesquisa patrocinada pela Unesco sobre as relações étnico-raciais no Brasil que deixou clara a situação de racismo, discriminação e abandono em que se encontrava a maioria da população negra, invalidando o mito da democracia racial.

Nesse período surgiu o primeiro grupo do Movimento Negro com viés político partidário chamado a Frente Negra Brasileira (FNB 1931-1937) que, ao mesmo tempo que buscava a valorização da população negra, reproduzia estereótipos racistas, inclusive em jornais deste grupo do Movimento Negro. Ele reforçava “debilidade, subalternidade, submissão e culpabilidade” dos negros sobre a sua condição social e ainda pregava que para ser aceito socialmente, o negro deveria se enquadrar nos moldes da branquitude. A FNB criou um partido político para as eleições mas, com o golpe dado por Getúlio Vargas, as eleições foram canceladas e ela foi extinta. A FNB foi importante como o primeiro grupo do movimento a se organizar politicamente.

Em 1944 surge outro grupo com viés político de destaque no Movimento Negro: o Teatro Experimental do Negro (TEN -1944-1968), movimento que chega com um novo olhar sobre a população negra: o olhar da valorização. Além de criar peças teatrais protagonizadas por atores negros, com temas relacionados à vida da população negra, a FNB organizou o Comitê Afro-brasileiro que reivindicava ao governo melhorias das condições de vida desta população. O TEN tinha um discurso contestador que buscava a valorização da população negra na cultura, filosofia, religiosidade, enfim, em diversas áreas. Nesse período, outros grupos com estas características políticas também se espalharam por diversos locais no país. No entanto, após a implantação do regime de ditadura civil militar de 1964, estes grupos tiveram uma forte vigilância do Estado, o que dificultou a organização de manifestações e protestos públicos para denunciar o racismo e a violência sofrida pela população negra, chegando até serem extintos e seus líderes exilados.

Com o fim do regime civil militar, instaurado em abril de 1964, e que durou até março de 1985, a sociedade brasileira, desejando novos ares, iniciou a elaboração de uma nova Constituição Federal promulgada em 1988. Grupos organizados politicamente do Movimento Negro apresentaram suas demandas e mobilizaram seus diversos grupos para pressionar os constituintes para atender suas demandas. Nessa

constituição, foram conquistados o reconhecimento do direito à terra das comunidades quilombolas e a criminalização do racismo (BRASIL, 1988). Também nesse período pós-ditadura foi conquistada a alteração a Leis de Diretrizes e Bases da Educação com a obrigatoriedade de incluir nos currículos a história da população negra e indígena, dando origem ao Estatuto da Igualdade Social e as cotas raciais.

Na seção 4, *A Intervenção Governamental e as Políticas de Promoção Social da Igualdade Racial*, abordamos que a partir de 1995 os grupos do Movimento Negro conseguiram incluir nas pautas dos sindicatos, e suas centrais, as discussões sobre o racismo. Esta união entre sindicatos e os grupos do Movimento Negro conseguiu dar frutos, como a campanha de mobilização para autodeclaração das pessoas como preto ou pardo para o censo demográfico, o que permitiu conhecer o valor numérico da população negra no país.

Outro feito foi a Marcha dos Palmares, em Brasília, ainda em 1995, que reuniu 30 mil pessoas em um ato contra o racismo. Os dirigentes desta marcha entregaram um documento relatando as mais diversas formas de racismo que sofriam e solicitaram a implementação de políticas de ações afirmativas. O governo federal, após este evento, criou, junto ao Ministério da Justiça o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, o primeiro passo na discussão e internalização das questões raciais nos órgãos públicos

No início dos anos 2000 foi realizada a III Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, África do Sul, evento que gerou grande mobilização de seus delegados que mapearam a situação mundial do racismo. No Brasil não foi diferente pois a mobilização para a conferência foi precedida de reuniões preparatórias por todo o país. O governo, com o diagnóstico apresentado pelos grupos do Movimento Negro, assumiu oficialmente a existência de racismo no Brasil e, diante das pressões, iniciou um programa de ações afirmativas em seus Ministérios que constituíram a base para propostas futuras.

No governo petista (2003- 2016), foram criados órgãos de representação da população negra no governo, ato seguido por estados e municípios. Porém, a elite branca, capitalista e racista, com o uso de estratégias, conseguiu obstruir e direcionar as atividades destes órgãos; a maioria das propostas ficaram somente no campo da propaganda e da euforia, não ocorrendo a efetivação dessas políticas de ações afirmativas.

Uma conquista importante dos grupos do Movimento Negro, conseguida com

muita luta, foi a aprovação da Lei nº 10639/2003 que instituiu a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e da cultura afro-brasileira no ensino básico e a instituição, nos calendários escolares, do dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Em 2008 essa lei foi alterada para a Lei nº 11645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena, o que representou um estímulo aos educadores de ampliar seus conhecimentos sobre a realidade étnico-racial da social brasileira e fez com que o ensino, até então baseado nos conhecimentos eurocêntricos, deixassem de ser a única fonte de informação sobre os povos negros e indígenas brasileiros. Assim, a escola, como principal instituição responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento científico, passou a questionar qual seria o seu papel na perpetuação de representações negativas sobre a população negra e indígena.

Na seção 5, *O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Uberaba e Suas Ações de Inclusão Social* foram abordados os antecedentes históricos motivadores para o surgimento do NEABI/IFTM – Uberaba e as ações promovidas pelo NEABI/IFTM – Uberaba. Em sintonia com as Leis nº 10639/2003 e nº 11645/2008 foram apresentados os desafios e dificuldades encontrados pelo NEABI/IFTM– Uberaba, para pôr em prática a temática da educação e as relações étnico-raciais.

Também analisamos documentos do IFTM nos quais constam a política educacional do Instituto para esta temática, na seção 6 e encerramos com as considerações, na seção 7, além das referências e dos apêndices.

Desejamos que este trabalho auxilie no fomento ao debate e à sensibilização da comunidade acadêmica acerca da temática do racismo nos ambientes escolares, para que, assim, possamos construir uma educação antirracista.

## **2 A DIÁSPORA AFRICANA: ESTRUTURAÇÃO DO PRECONCEITO, RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Iniciamos esta seção abordando os antecedentes históricos que deram origem à diáspora dos povos africanos. Apresentaremos a influência que o mercantilismo e o capitalismo tiveram para a realização das grandes navegações marítimas, a partir do século XV e, conseqüentemente, a “descoberta” de novas terras que resultou na expansão dos territórios dos países europeus. Evidenciaremos a forma como o trabalho escravizado dos nativos das colônias indígenas e negros se tornou um lucrativo comércio transcontinental. Para justificar a escravização, os cientistas europeus forjaram teorias racistas classificando os seres humanos em raças com diferentes graus de hierarquização. Abordaremos o desdobramento que as teorias racistas europeias tiveram nas teorias racistas criadas pelos cientistas e intelectuais brasileiros. Tais teorias foram a base da consolidação do racismo no país, que é atualmente demonstrado na forma de racismo individual, estrutural ou institucional.

### **2.1 Os antecedentes históricos demográficos para o surgimento da reinvenção do trabalho escravizado**

O ano é 1500. O navegador português Pedro Álvares Cabral desembarcou em terras brasileiras e informou ao Rei de Portugal, Dom Manuel I (1469 -1521), que seu reinado passava a ter novas terras conquistadas no ultramar. Alguns anos antes, de acordo com Alencastro (2000), os navegadores portugueses já tinham tomado parte de territórios do continente africano, exercendo domínios na Guiné, Mina, Angola e Moçambique, formando uma de suas mais lucrativas colônias do Império ultramarino. Conseqüentemente, a partir desse fato histórico, esses países africanos sob o domínio português, mesmo distantes do Brasil, passaram a ter uma ligação direta com os processos da diáspora africana. Sob o domínio português, segundo Alencastro (2000), as terras do então chamado “novo mundo” em sintonia com os referidos países africanos deveriam proporcionar altos lucros aos colonizadores europeus e uma das maneiras encontradas para obter lucros foi por meio do tráfico negreiro originando a diáspora africana. O sistema transcontinental, luso-brasileiro e luso-africano foi fortemente sustentado por uma zona econômica formada pelo Brasil e por Angola que foi mantido do século XVI até a efetiva extinção do tráfico negreiro em 1850.

Contudo, para Machado (2017, p. 241, grifos da autora):

[...] esquece-se de uma série de imigrações forçadas que aconteceram ao longo da história. A vinda dos africanos para a América é um exemplo deste tipo de imigração. Por isso, historiadores e representantes do movimento civil negro passaram a utilizar o termo “Diáspora Africana” ou “Diáspora Negra” para se referirem à vinda forçada dos africanos para trabalharem como escravos.

As denominadas grandes navegações portuguesas foram financiadas pelos comerciantes que investiam suas riquezas na certeza de obterem rendimentos com a ampliação de seus mercados comerciais internacionais. A fim de obter lucro e assegurar a posse do território, uma das medidas adotada foi enviar a estas terras missões religiosas para catequizar seus habitantes nativos, objetivando o fortalecimento e legitimação de seu poderio colonial (ALENCASTRO, 2000).

Durante o período colonial, a Igreja e os reinados tinham estreita ligação entre si, sendo que ambas exerciam um forte poder de controle ideológico de acordo com seus próprios interesses. Nesse contexto, uma ordem religiosa, a Companhia de Jesus, ou jesuítas como ficaram conhecidos, ficou com a incumbência de catequizar os nativos e torná-los “dóceis” aos colonizadores. Para legitimar a violência empregada pelos colonizadores aos povos nativos, o Papa Nicolau V, em 1452, escreveu ao rei de Portugal uma bula como *Romanus Pontifex*, na qual dá o consentimento religioso para os colonizadores “cristãos” barbarizarem os povos “pagãos”.

De acordo com Montalvo (2020, p. 25, grifos do autor):

Em 18 de junho de 1452 foi publicada a bula "Dum diversas", dirigida ao rei Afonso V de Portugal, na qual o pontífice afirma: "(...) nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos, pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo onde quer que estejam, bem como os seus reinos, ducados, condados, principados e outros bens [...] e para reduzir as suas pessoas à escravidão perpétua.

Já outros papas contrários à escravização dos nativos escreveram documentos contestando tal barbárie e solicitando a libertação dos escravizados

De acordo com Viana (2012):

1 Em 13 de Janeiro de 1435, através da bula *Sicut Dudum*, o papa

- Eugênio IV mandou RESTITUIR À LIBERDADE os cativos das ilhas Canárias.
- 2 Em 7 de setembro de 1462, o papa Pio II (1458-1464) deu instruções aos bispos contra os tratamentos aos negros provenientes da Etiópia, condenando o comércio de escravos como magnum scelus (grande crime)
  - 3 Em 1537, o papa Paulo III (1534-1549), através da bula Sublimus Dei (23 de Maio), e da encíclica Veritas ipsa (9 de Junho), lembrava aos cristãos que os índios “das partes ocidentais, e os do meio-dia, e DEMAIS GENTES”, eram SERES LIVRES POR NATUREZA.
  - 4 Em 1571 Tomás de Mercado, TEÓLOGO DE SEVILHA, declarava DESUMANA E ILÍCITA A TRAFICÂNCIA DE ESCRAVOS. Em sua
  - 5 Summa de TRATOS Y CONTRATOS, este autor afirmava não haver justificativa para negócio tão infame.
  - 6 O papa Gregório XIV (1590-1591) publicou a CUM SICUTI (1591) condenando a escravidão.
  - 7 O papa Urbano VIII (1623-1644), também se pronunciou contra a escravidão na COMMISSUM NOBIS (1639).
  - 8 O papa Bento XIV (1740-1758), na Bula IMMENSA PASTORUM,
  - 9 escreveu contra a escravidão
  - 10 O papa Gregório XVI (1831-1846), ao publicar a bula IN SUPREMO (1839), condenou a escravidão da seguinte forma:
  - 11 Em 1888, o Papa Leão XIII, na encíclica IN PLURIMIS, dirigida aos bispos do Brasil, pediu-lhes apoio ao Imperador (Dom Pedro II) e à sua filha (Princesa Isabel), na luta que estavam a travar pela abolição definitiva da escravidão.

Entretanto, no colonialismo, as nações dominantes se sentiram à vontade para saquear as colônias e barbarizar os povos nativos. Elas violentaram, estupraram, torturaram, assassinaram e sequestraram milhões de nativos, além de roubarem suas riquezas, suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, seus sistemas sociais, suas famílias, e até roubaram seus corpos durante séculos.

De acordo com Moura (1994, p.34):

As explicações eram fáceis e já vinham pré-fabricadas pela sociologia antropológica desenvolvida na Europa para dar aparência de verdade científica ao crime. A própria opinião pública liberal ou pretensamente humanista europeia achava essa espoliação natural e defendia o direito dos ditos civilizados de tutelarem os povos colonizados.

Nesse ínterim, Portugal dividiu o Brasil em 15 capitanias hereditárias, extensas faixas de terra que iam do litoral até o interior do território e cada uma delas era administrada por um signatário escolhido pela coroa portuguesa. O donatário deveria desenvolver a capitania com recursos próprios, responsabilizando-se por seu controle, proteção e desenvolvimento. As capitanias que mais se destacaram foram as de Pernambuco e da Bahia. Segundo Alencastro (2000), nesse início de exploração do território brasileiro, coube aos donatários e seus colonos angariar lucros para os reis

através da exploração de matéria-prima como o pau brasil e, em seguida, de produtos agrícolas como mandioca, farinha, cachaça, entre outras especiarias. Todo o trabalho era executado pelos nativos capturados e escravizados pelos colonos e, em seguida, catequizados e tutelados pela Igreja Católica.

Alencastro (2000, p. 181, grifos do autor) descreve que:

Neste contexto, os jesuítas portugueses no Atlântico Sul eram uma complementaridade missionária que justifica o negócio negreiro e propicia a política pró-indígena no Brasil. Como se apontou anteriormente, os inácianos da América portuguesa associavam-se às autoridades para proceder aos descimentos de tribos indígenas. Os sistemas correspondiam a um triplo objetivo. Trata-se, em primeiro lugar, de criar aldeamentos de índios ditos “mansos”, destinados a proteger os moradores dos índios “bravos”. Em segundo lugar, os aldeamentos circunscreviam as áreas coloniais, impedindo a fuga dos escravos negros das fazendas e engenhos para a floresta tropical. Enfim, as autoridades e os moradores estimulavam os *discementos*<sup>1</sup> de indígenas a fim de manter contingentes de mão de obra compulsória nas proximidades das vilas e dos portos.

Os padres Jesuítas, no Brasil, sob o pretexto de catequizar os indígenas, criaram aldeamentos compostos pelos “índios mansos”, que eram próximos às áreas vizinhas dos colonizadores, a fim de manter um contingente de mão de obra disponível e compulsória para executar trabalhos nas vilas e portos. Esta nova composição social dos índios facilitou a dessocialização de sua cultura, o que os tornavam mais ‘permeáveis’ à catequese. Era comum as comunidades religiosas possuírem escravizados como sua propriedade.

Avalia Alencastro (2000, p.175) que:

Por outro lado, os argumentos pró-escravistas dos jesuítas ajustam-se ao pensamento mercantil coevo<sup>2</sup>, como o demonstra um texto emblemático redigido pelos jesuítas de Angola, depois de discussão com seus correligionários do Brasil. Não há escândalo em padres de Angola pagarem suas dívidas com escravos. Porque assim como na Europa, o dinheiro corrente é o ouro e prata amoedada, e no Brasil, o açúcar, assim são em Angola e a reinos vizinhos os escravos.

Quando desejavam ocupar os territórios indígenas, os colonizadores promoviam expedições armadas destinadas a capturar, ou matar, os indígenas para

---

<sup>1</sup> Discementos é a forma que eram chamadas as expedições jesuíticas que tinham como objetivo levar os índios para assentamentos portugueses. (DISCEMENTOS, 2020).

<sup>2</sup> Coevo: mesmo período, mesma idade. (COEVO, 2020).

“limpar” o território. Nas colônias, nesse período, ocorriam frequentemente expedições com o objetivo de aniquilar os núcleos nativos e escravizar os índios. A coroa portuguesa impunha aos seus colonos o pagamento de tributos que muitas vezes eram saldados com esses indígenas, que eram escravizados e enviados para a Europa ou outras partes das Américas.

À época, segundo Lourenço (2005, p. 49):

Houve árdua disputa entre colonos e jesuítas pelo controle dos indígenas nos primeiros anos da colonização. Por questões religiosas, e biológicas, o trabalho escravo indígena vai pouco a pouco tornando-se pouco vantajoso economicamente, o que abre precedente para a escravidão e exploração dos povos africanos que já estavam sob o jugo do domínio português, iniciando, assim, o lucrativo comércio transatlântico de escravos.

De acordo com Lourenço (2005), nos primeiros anos da colonização no Brasil, os nativos foram a mão de obra escrava dos colonizadores, enquanto para os padres jesuítas eles representavam “almas a serem salvas”, visto que buscaram desaculturar os nativos e impor-lhes a doutrina do cristianismo. Estes dois grupos, colonos e jesuítas, estavam em constante conflito pelo controle e posse dos nativos.

Nas expedições de captura, os europeus se viram obrigados a adentrar, cada vez mais, o interior do território brasileiro que era até então desconhecido para eles. Por outro lado, os nativos conheciam bem as matas e fugiam mais para o interior, fato que, conforme Lourenço (2005), levou as expedições a demandarem cada vez mais recursos como homens, armas, suprimentos, entre outros.

Outro fator que dificultava a escravização dos indígenas é que eles não possuíam defesas naturais contra as doenças trazidas pelos colonizadores e morriam aos milhares. Diante das inúmeras dificuldades para escravizar os nativos brasileiros, os portugueses mudaram seu alvo e passaram a utilizar mão de obra escravizada vinda do continente Africano, que já estava sob o domínio europeu, tornando-se mais vantajoso economicamente (LOURENÇO, 2005).

## **2.2 O capitalismo mercantilista e o expansionismo territorial colonial europeu para a América**

Entre os séculos XIV e XV, o sistema feudalista foi terminando e o trabalho de servidão deu lugar ao trabalho remunerado, o que fomentou o desenvolvimento do

comércio de manufaturas. No século XIV ocorreram grandes catástrofes na Europa: guerra, fome e peste. No campo, em decorrência das crises causadas pelas catástrofes em vários países, ocorreram violentas revoltas dos camponeses contra os senhores feudais que eram os donos das terras e exploravam a mão de obra por meio da servidão (MONTEIRO, 2001).

Com o declínio da servidão, as cidades passaram a atrair os antigos servos aumentando, assim, o comércio de compra e venda de produtos nos centros urbanos. Nesse período as cidades, também chamadas de burgos, começam a se formar. Nesses ambientes, com o aumento do comércio, surge uma nova classe social de comerciantes burgueses que tinham que pagar impostos e pedágios para viver ou passar pelas terras dos senhores feudais, o que lhes desagradava e diminuía seus lucros. (MONTEIRO, 2001).

Com as riquezas obtidas através do comércio, a burguesia passou a desejar ser livre dos senhores feudais e se uniram aos reis. Esta aliança entre reis e burguesia configurou uma cumplicidade de interesses mútuos. A burguesia concedia empréstimos e doações aos reis e pagava impostos a um único poder – a realeza. Em troca, o Estado sob a regência do reinado, dava proteção, regularizava e fomentava o comércio interno e externo administrado pela burguesia comercial. De acordo com Monteiro (2001), nesse período, surge o chamado mercantilismo que é o controle das atividades mercantis e a exaltação do fortalecimento do Estado.

As mudanças não ficaram somente na economia (comércio) e na política (absolutismo), mas também atingiram a vida social (necessidade de ostentação). A burguesia, com sua ascensão social, passa a consumir diversas mercadorias, gerando uma demanda por artigos de luxo, principalmente as especiarias, nome dado ao conjunto de mercadorias procedentes das chamadas Índias (China, Arábia, Índia, Japão e Ilhas de Sonda) e se constituíam de pimenta, cravo, canela, noz-moscada, gengibre, aloés, cânfora, incenso, sândalo e perfumes. Este comércio se mostrou muito lucrativo e gerou um excedente de riquezas para a burguesia e este excedente passou a patrocinar várias atividades artísticas, filosóficas científicas e outras, o que resultou em uma revolução dos conhecimentos levando a muitos progressos técnicos e científicos (MONTEIRO, 2001).

Este comércio com as Índias estava inicialmente concentrado nas mãos dos comerciantes das cidades de Gênova e Veneza que tinham, até então, o seu monopólio. Os outros comerciantes europeus, para aumentar o seu lucro, desejavam

realizar o comércio direto com os povos fornecedores das especiarias e passaram a buscar um caminho alternativo para as Índias.

Com a melhoria na comunicação (criação da impressão e modernização das embarcações), foi possível entrar em contato com diversos povos como os Árabes e Chineses em um processo que pode ser chamado de divulgação cultural, no qual se pode ter acesso aos conhecimentos destes povos como, por exemplo, as invenções (bússola, astrolábio e caravelas). O apoderamento destas invenções ajudou muito no pioneirismo das grandes navegações (Quadro 1). Desse modo, o Estado português, com o apoio da burguesia, deu origem a uma política mercantilista de apoio ao crescente comércio com o norte da África e a sua expansão territorial (MONTEIRO, 2001).

Em Portugal, D. Henrique (1394-1460), infante português, reuniu o que havia de melhor entre os navegadores, geógrafos, astrônomos, matemáticos, cartógrafos e operários, para se dedicarem à tecnologia náutica e estabeleceram estaleiros em Lisboa, fizeram contratos de manutenção de navios e criaram a Escola de Sagres. Segundo Monteiro (2001), a Escola de Sagres, ao contrário do que muitos pensam, não se tratava de um local físico e era na verdade o nome pelo qual se costumavam denominar “grupos de ideias” portuguesas sobre navegação. De posse de todos esses elementos, Portugal se adiantou às demais nações nos descobrimentos marítimos. (MONTEIRO, 2001).

Quadro 1 - As Principais Navegações Marítimas e Extensão Territorial de Portugal (séculos XIV e XV)

Ano	Evento
1415	Conquista de <b>Ceuta no norte da África</b> , um importante ponto comercial entre o continente europeu que, impulsionada pela burguesia, se apoderou da cidade que recebia as caravanas de mouros que transportavam ouro, marfim, especiarias e escravizados (BEZERRA, 2019).
1420	Os portugueses ocuparam as <b>Ilhas da Madeira e Açores</b> (Atlântico); na Madeira desenvolveu-se a produção de açúcar, que trouxe importantes lucros ao grupo mercantil (MONTEIRO, 2001).
1434	<b>Guiné</b> , navegando pela costa do continente Africano onde descobriram ouro, fato que deu um novo impulso à expansão. A partir daí, as expedições que eram financiadas pelo Estado e mercadores portugueses passaram a receber investimentos de mercadores italianos e holandeses. A chegada ao <b>Cabo Bojador</b> representou um avanço náutico, que pôs fim a uma mitologia milenar que acreditava que depois do Cabo havia um Mar Tenebroso, lugar de grandes sofrimentos e desventuras (MONTEIRO, 2001).

1445	Para atrair colonos para <b>Cabo Verde</b> , o rei emitiu um decreto em 1466, concedendo aos moradores de Santiago privilégios no comércio com a costa da Guiné, que englobava uma área do Senegal até a Serra Leoa. Em 1472, um outro decreto obrigou os moradores em Santiago a fazerem comércio com produtos locais, incentivando a produção local e, por sua vez, o resgate de escravizados como mão de obra (SEIBERT, 2014).
1482	<b>Chegou até o sul de Angola</b> , confirmando o que antigos mapas gregos já informavam: a costa africana, a partir dali, passava a se direcionar para leste. Subindo pelo rio Congo, chegaram ao Reino do Gongo, atual região norte do território de Angola, que se tornaria, no século XVI, o centro de comercialização e circulação de africanos escravizados (BEZERRA, 2019)
1487	Bartolomeu Dias chegava ao <b>Cabo das Tormentas</b> , praticamente descobrindo a tão cobiçada passagem pelo extremo sul da África (MONTEIRO, 2001).
1498	Convicção da redondeza da Terra, razão pela qual as <b>Índias</b> poderiam ser alcançadas contornando-se a África, isto é, navegando-se para o Oriente (MONTEIRO, 2001).
1500	Chegada oficial ao <b>Brasil</b> na expedição constituída de 13 navios e aproximadamente 1200 homens. A maior frota até então reunida, partindo de Belém (Lisboa), tinha como destino oficial chegar a Índia Sul mas, após passar pelas ilhas de Cabo Verde, rumou “acidentalmente” para o Ocidente, chegando em terras brasileiras (BEZERRA, 2019).

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

O mercantilismo teve como objetivo as seguintes primícias: a expansão dos mercados, para obter recursos e manter uma balança comercial lucrativa; tornar um Estado rico com uma grande disponibilidade de moedas, metais e pedras preciosas; e a expansão territorial, comercial e marítima, gerando uma necessidade de ocupação e exploração das novas terras.

Segundo Waldman (2018, p. 7):

As colônias eram enquadradas por um sistema de exclusivo comercial, legitimado por uma série de leis, normas e obrigações pelos quais as metrópoles impunham às regiões coloniais um papel subordinado, cabendo-lhes fornecer produtos cuja circulação e destinação estavam, por definição, controlada por uma distante e ativa “nação mãe”, fundamento de sua grandeza, prestígio e poder.

Os colonizadores europeus, com o poder do Estado, promoveram diversas formas de violência nas comunidades nativas, pois invadiram seus territórios, apropriaram-se de suas riquezas, mataram e escravizaram seus povos. Uma verdadeira barbárie!

De posse das riquezas pilhadas e utilizando da mão de obra escravizada, eles puderam aumentar o seu patrimônio particular e o dos Estados, fato determinante para o nascimento do capitalismo. De forma violenta, e impiedosa, trataram os nativos não como seres humanos, mas como objetos, mercadorias que tinham como única utilidade gerar riquezas.

### 2.3 O lucrativo e perverso comércio transatlântico de escravizados africanos

No continente africano, a escravização de pessoas já ocorria entre alguns povos que lá viviam, como por exemplo, os egípcios que escravizaram e depois libertaram o povo de Israel. A escravização ocorria, conforme Pacheco (2008), por questões culturais, religiosas, territoriais e guerras. O processo de escravização variava de acordo com as características culturais de cada sociedade e de sua organização, social, cultural e política. Em muitos casos, a escravização era temporária porque o escravizado poderia ser libertado após cumprir seu castigo, pagar sua dívida, ou até mesmo por desejo do escravizador. A escravização tinha uma escala local, regional, “doméstica”, restrita a um número limitado de indivíduos e não alterava a formação destas sociedades. Mas, com a chegada dos europeus à África e nas Américas, a escravização deixou de ser um fenômeno cultural de dimensão local, para ser uma atividade transcontinental, comercial e sistemática integrada à economia mercantilista europeia. Os africanos e indígenas passaram a ser desumanizados, inferiorizados e vistos como mercadoria.

Para Pacheco (2008, p.13):

[...] a escravidão, nessas sociedades, não era uma instituição essencial, pois a base de sua formação social não se alterava. A escravidão era vista como um dos muitos tipos de relações de dependência, tornando-se um meio eficaz para aumentar o número de pessoas que desempenhavam as mesmas funções, de controlar aqueles que não tinham ligações de parentesco e para aumentar o poder individual ou do grupo.

Os africanos eram capturados tanto no litoral como no interior do continente africano, por meio do uso de força e violência, segundo Alencastro (2000). A captura dos povos africanos foi um fato complexo que começou no século XV e só terminou no século XIX. Enquanto o litoral atlântico africano era habitado por comunidades de pescadores, marisqueiros e coletores, no interior do continente havia reinos com sociedades altamente organizadas como os de Gana, Mali e Songai, que ofereceram forte resistência e nunca tiveram nada semelhante a passividade ou submissão. Estas sociedades em determinados lugares e momentos resistiram, atacaram e outras vezes negociaram ou barganharam com os invasores. Desse modo, os europeus ao longo do tempo tiveram que mudar, alternar as suas táticas de captura.

De acordo com Alencastro (2000, p.82):

Equipado com a cavalaria e os soldados trazidos por João Rodrigues Coutinho, Manuel Cerveira (1603-07), seu lugar-tenente e sucessor no governo angolano, ata de novo Quiçama e a zona de Ilamba, Libolo e Cambembe. Desfechando as estocadas rematadas meio século mais tarde pela ofensiva luso-brasílica, o novo governador assedia o sobado de Ambula, entroncamento dos caminhos entre a costa e hinterlândia. No término de seu governo, entre 12 mil e 13 mil escravos estavam sendo exportados anualmente.

Leyva (2017, p. 95) narra que:

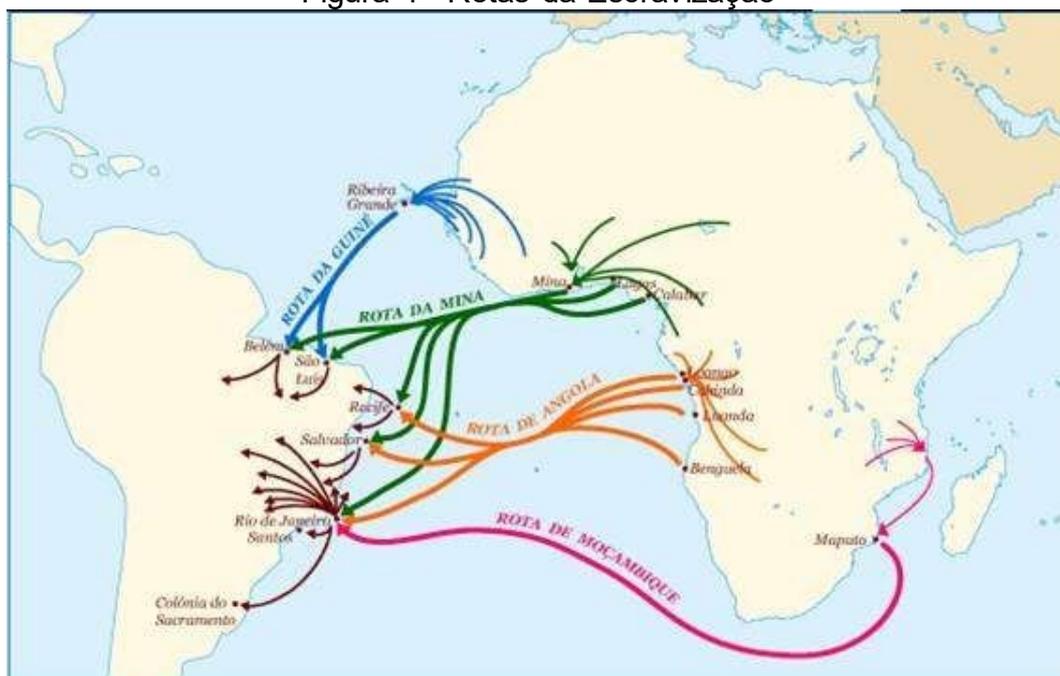
A força de três homens não foi suficiente para dominar uma jovem mulher com uma criança; se fez necessário, para seu domínio, utilizar a desumana alternativa de capturar o seu filho de dois anos para, dessa maneira, capturar a mãe africana.

Leyva (2017, p.101) complementa que:

As expedições de capturas foram um importante instrumento para produzir escravos, mas nada comparado às guerras e raptos que, por vezes atingiam aldeias inteiras. No caso específico da região do delta do rio Níger, existia entre os nativos uma tradição religiosa muito forte que utilizava rituais de captura de pessoas; porém, depois que o tráfico se solidificou na região, a captura passou a ser feita por meio de exércitos mercenários.

De acordo com Alencastro (2000), a comercialização dos africanos passou a ser um grande negócio financeiro para a coroa portuguesa porque o mercado europeu tinha uma demanda por determinados produtos agrícolas como o açúcar e o café, bem como por metais preciosos, principalmente o ouro e a prata, para manter suas economias saudáveis. Eles viram nas colônias a fonte produtora destes recursos desejados como, por exemplo o açúcar que era uma mercadoria muito valorizada. À medida que aumentava a demanda no mercado, aumentavam as lavouras de cana de açúcar nas colônias e, conseqüentemente, a necessidade de mais mão de obra. O reino português tinha em suas mãos terras abundantes para as lavouras no Brasil, e viu nos nativos da África a mão de obra para elas. (Figura 1). Nessa visão colonialista, a escravização dos homens africanos se tornava um lucrativo negócio, que aumentou constantemente e em grandes proporções (ALENCASTRO, 2000).

Figura 1 - Rotas da Escravização



Fonte: Rotas... (2020)

Os povos africanos foram desumanizados e vistos e vendidos como objetos neste comércio de seres humanos em que os lucros eram divididos por diversos membros de uma comercial. Na partilha, ganhavam os raptadores, os comerciantes de escravizados, os donos dos navios, os reinos, os religiosos e os senhores de escravizados que passavam a ter uma mão de obra que trabalharia nas produções das mercadorias por longos períodos, que poderiam ser trocadas, vendidas ou descartadas como melhor lhes conviesse (ALENCASTRO,2000).

Os escravizados, assim que chegavam às fazendas, eram castigados, torturados e violentados, para introjetar automaticamente neles o medo e a necessidade de obedecer a imposição da vontade do seu “dono”; o intuito era desumanizá-los e convencê-los de sua “inferioridade”. Conforme Souza (2021, p. 77), “[...] o desafio de qualquer dominação estável é convencer os oprimidos de sua própria inferioridade”, a fim de que a dominação seja estável, contínua e sem resistências significativas.

Fanon (2018, p. 25) esclarece que:

Numa primeira fase, a ocupação instala sua dominação e afirma massivamente a superioridade. O grupo social escravizado militarmente e economicamente é desumanizado segundo um método polidimensional. Exploração, torturas, ataques, racismo e incursões no interior das regiões, liquidações, coletivas e opressão racional se transmitem em níveis diferentes para literalmente fazer do indivíduo um objeto nas mãos da nação invasora.

Os escravizados eram obrigados a deixar de praticar sua religião nativa e tinham que abraçar a fé crista. Nesse processo de desumanização, para melhor dominação, era-lhes tirados quase tudo: seu nome, sua cultura, sua língua nativa, sua religião, seus pertences (família, casa, objetos) e sua terra nativa. Ao chegarem às Américas, tinham que iniciar um novo processo de civilização, não mais na condição de seres humanos mas, sim, como seres inferiores. Os europeus viam nos escravizados seres inferiores desprovidos de qualquer virtude e que deveriam ser civilizados. Sua religião deveria ser demonizada, inferiorizada e apagada para que pudesse surgir um “novo cristão”.

Conforme Nascimento (2019, p. 12):

A religiosidade dos povos africanos escravizados, bem como dos indígenas que viviam neste território, foi propositalmente demonizada, e esse aspecto demonizador foi fundamental para conjecturas sobre uma crença desconhecida; o outro não deveria, portanto, ter uma religião, ou qualquer ligação com a sua ancestralidade, com algo que lhe fizesse construir sentido à sua identidade.

Segundo Alencastro (2000), quando um escravizado chegava ao seu destino nas lavouras, o seu preço inicial na África já tinha sido superfaturado para, assim, assegurar o lucro para essa cadeia comercial extremamente lucrativa. Os navios saíam dos portos brasileiros em direção à Europa com mercadorias como o pau-brasil, a cachaça, a farinha e outros produtos demandados pelo mercado europeu. Estes mesmos navios, após entregarem as mercadorias na Europa, iam para a África buscar escravizados e retornavam ao Brasil, alimentando o ciclo. Em 1486, o governo português fundou a Casa dos Escravos, um mercado de compra e venda, inaugurando oficialmente a “empresa” da escravização africana, garantindo seus lucros e selando para sempre os destinos dos africanos e seus descendentes.

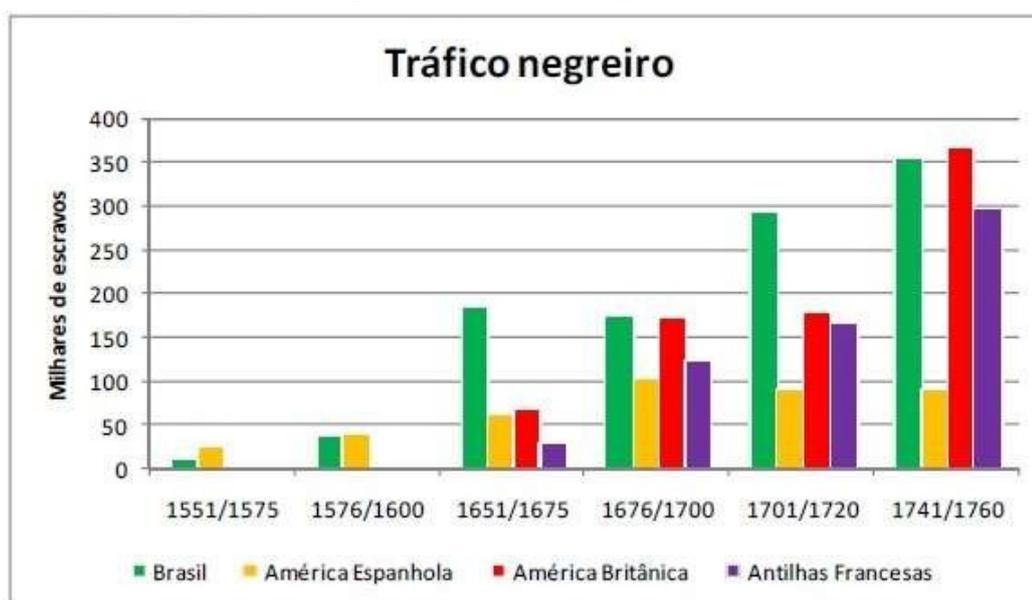
Martuscelli e Silva (2021, p. 40, grifos dos autores) observam que:

O elo entre escravidão e capitalismo objetivava a permanência do mercado mundial e a manutenção deste; todavia, para garantir a comercialização e o mercado, era necessária a produção escravista. A colonização foi uma das mantenedoras e impulsionadoras do modo de produção capitalista. Por essa razão, estabeleceu-se uma “empresa comercial” cuja mercadoria fundamental para sua existência deveria ser o escravo. Por um lado, “sem o fluxo permanente da compra dessa mercadoria viva, o sistema não poderia sobreviver e desenvolver-se”.

No Brasil, a descoberta de ouro, prata e pedras preciosas ocorreu somente no

século XVII, com a intensificação da interiorização das expedições de exploração do território. Segundo Alencastro (2000), a exploração destes materiais demandava um grande volume de mão de obra, o que fomentou um aumento no fluxo de migração de escravizados para o país. O Brasil importou 43% de todo o tráfico negreiro (Figura 2), o que corresponde a cerca de 4,8 milhões de africanos, quase a metade de toda a população transportada à força para as Américas em quatro séculos.

Figura 2 - Tráfico Negreiro



Fonte: Kuadro (2012).

Estima-se que os africanos escravizados foram de aproximadamente 12 milhões. Porém, existem hipóteses que esse número deve ter sido infinitamente maior, pois para não pagar os impostos, os comerciantes “ocultavam” milhares de escravizados, além do fato de que muitos foram ilegalmente desembarcados, sem os registros oficiais. A demanda por escravizados foi determinada pelos ciclos econômicos (ciclos da cana de açúcar, do ouro, do café...) que se sucederam ao longo do tempo.

Alencastro (2000, p. 62) expõe que:

O Brasil se consolida como o maior importador de escravos do Novo Mundo. Mais amplamente, o gráfico ilustra a grande sincronia entre o fluxo do tráfico atlântico de africanos. Em outras palavras, de 1550 até 1850, todos os “ciclos” econômicos brasileiros — o do açúcar, o do ouro e o do café — derivam do ciclo multissecular de trabalho escravo trazido pelos traficantes.

Alencastro (2000, p.82) ainda ressalta que a mortandade também foi enorme e sem registro.

Cansaço físico, mau tratamento no percurso terrestre, subnutrição e as doenças do porto luandense ceifavam boa parte dos escravos forasteiros, arrancados do platô Ovimbundo e de mais longe. Durante quase três séculos, multidões de gente em pânico eram levadas acorrentadas do interior para ser enfiadas nos navios que partiam de Luanda, maior porto negreiro de toda a história, sem que os europeus ali presentes tenham deixado testemunhos desses fatos.

Conforme Alencastro (2018), a escravização e o tráfico dos povos africanos pelos europeus era um grande comércio triangular envolvendo África, Europa e Américas (do Norte, do Sul e Central), uma questão comercial, uma forma de exploração e desumanização e objetivação de pessoas, para obter o maior lucro possível destinado a atender uma inesgotável ganância estritamente capitalista e colonizadora do homem branco europeu.

Para sustentar moralmente este perverso sistema comercial de seres humanos (Figura 2), os europeus buscaram dar à escravização justificativas. Cientificamente foram criadas as teorias que dividiam os seres humanos em raças e, de acordo com elas, os homens têm seu local devidamente delimitado e classificado em uma suposta escala de evolução, em que o homem branco europeu é o ápice da evolução humana e os demais povos deveriam se sujeitar às suas demandas. Esta divisão classificatória de humanos em raças é a gênese do racismo que permanece na sociedade do século XXI e que se manifesta de várias formas, como no racismo estrutural e institucional.

#### **2.4 A consolidação do racismo estrutural e institucional à brasileira**

Para entendermos o que é racismo estrutural, e como ele está arraigado na cultura brasileira, temos que compreender os termos preconceito, discriminação e racismo que são uma construção histórico-social que envolve poder político. O termo preconceito, diante de uma reflexão filosófica, está associado a uma sistemática de valores, sentimentos e opiniões atribuídos a indivíduos e/ou grupos sem conhecimento prévio. É um julgamento antecipado sem fundamentação. Japiassú e Marcondes (2008) salientam que ele também se apresenta como uma generalização formada antecipadamente sem ter um fundamento crítico ou lógico. Por exemplo: as

peessoas obesas são preguiçosas; pessoas bonitas são sempre arrogantes; o cliente sempre tem razão; um homem negro andando pela rua de madrugada é sempre suspeito; uma mulher negra já nasce sabendo sambar; toda mulher loira é burra; um homem negro de terno na porta em um shopping é o segurança; ou ainda uma mulher negra com uma criança branca é a babá.

Segundo Japiassú e Marcondes (2008, p. 155, grifos dos autores):

Opinião ou crença admitida sem ser discutida ou examinada, internalizada pelos indivíduos sem se darem conta disso, e influenciando o seu modo de agir e de considerar as coisas. O preconceito é constituído, assim, por uma visão de mundo ingênua que se transmite culturalmente e reflete crenças, valores e interesses de uma sociedade ou grupo social. O termo possui um sentido eminentemente pejorativo, designando o caráter irrefletido, e frequentemente dogmático dessas crenças, que se revestem de uma certeza injustificada. Ex.: “o preconceito racial”. Entretanto, é preciso admitir que nosso pensamento inevitavelmente inclui sempre preconceitos, originários de sua própria formação, sendo tarefa da reflexão crítica precisamente desmascarar os preconceitos e revelar sua falsidade.

Quanto ao termo discriminação, é sinônimo de separação, segregação, delimitação nos espaços de inclusão social, além de estabelecer diferentes espaços para diferentes grupos. Conforme Bernard (1994), na discriminação existe a intenção de impedir determinados indivíduos ou grupos de terem acesso aos bens e locais pertencentes a outro grupo, podendo ocorrer por meio de força, ou não. A pessoa discriminada passa a ser excluída de um grupo por questões religiosas, opção sexual, gênero, etnia, dentre outras razões. Um dos exemplos mais claros de discriminação por raça, ou seja, discriminação racial, foi o regime do Apartheid na África do Sul, uma política oficial de separação física entre as pessoas que foi implantada pelo primeiro-ministro, o então pastor protestante Daniel François Malan, e durou de 1948 a 1990.

Já o racismo, segundo Ribeiro (2018), é um sistema de poder e opressão, que ocorre nas relações sociais em que um grupo dominante oprime outro dominado. A dominação é baseada no conceito que a humanidade é dividida em raças superiores e inferiores. Desse modo, não há que se falar em racismo reverso pois a população negra nunca teve poder para oprimir e/ou inferiorizar a população branca.

De acordo com Ribeiro (2018, p. 41):

Para haver racismo reverso, precisaria ter existido navios branqueiros, escravidão por mais de trezentos anos da população branca, negação de direitos a ela. Brancos são mortos por serem brancos? São seguidos por segurança em lojas? Qual é a cor da maioria dos atores e apresentadores de

TV? Dos diretores de novela? Da maioria dos universitários? Quem detém os meios de produção? Há uma hegemonia branca criada pelo racismo que confere privilégios sociais a um grupo em detrimento de outro.

O termo raça foi inicialmente ligado à biologia, para estabelecer classificações entre plantas. No entanto, por circunstâncias históricas e sociais, foi a partir do século XV que o termo raça passou a ser usado para classificar pessoas fenotipicamente diferentes. Com a expansão econômica mercantilista, e a descoberta do 'novo mundo', a sociedade europeia, em um contexto de expansão comercial burguesa, começou a construir um ideário filosófico que transformaria o homem europeu em um homem fenotipicamente ideal. Em outras palavras, o homem branco europeu seria o modelo de perfeição, o máximo da evolução humana em relação a outros povos e culturas. Os fenotipicamente não europeus seriam variações menos evoluídas da raça humana, o que justificaria o privilégio branco.

Esclarece Almeida (2019, p. 25, grifos do autor) que:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder de decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*.

Podemos encontrar ideias racistas já na Grécia antiga, com Aristóteles que caracterizou os povos "bárbaros" como inferiores e, assim, destinados a serem escravizados pelos gregos. Porém, foi somente a partir da era das grandes navegações que as teorias racistas passaram a ser usadas e divulgadas para justificar a dominação, exploração e escravização dos povos das Américas e da África. Foi construído um discurso, baseado em argumentos morais, religiosos e científicos que, supostamente confirmava a superioridade dos europeus e legitimava a colonização. De acordo com Bernard (1994), a estruturação do racismo se dava normalmente em duas frentes: uma que inferioriza e estigmatiza um grupo; e, depois, a outra que legitimava a escravização sobre o mesmo. Com a finalidade de justificar o racismo, foram criadas as teorias que estereotipam e inferiorizam determinadas etnias enquanto uma outra etnia era supervalorizada.

Segundo Bernard (1994, p. 16), "Já se pode depreender daí que o racismo tem sua origem a partir de um objetivo prático: justificar as atrocidades dos espanhóis e dos portugueses, que arrogavam o direito de explorar os povos descobertos".

A força deste conceito de raça cristalizou o racismo de tal forma que, mesmo

depois de todo o avanço científico registrado desde o século passado a este respeito, afirmando que as pessoas são biologicamente iguais, vemos constantemente manifestações racistas individuais ou coletivas.

Munanga (2004, p. 17, grifos do autor) ressalta que:

Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.

Constantemente são noticiadas manifestações racistas como xingamentos, agressões, gestos, atos, ou falas racistas que, ao serem identificadas, são consideradas como crime, podendo resultar em punição no campo jurídico.

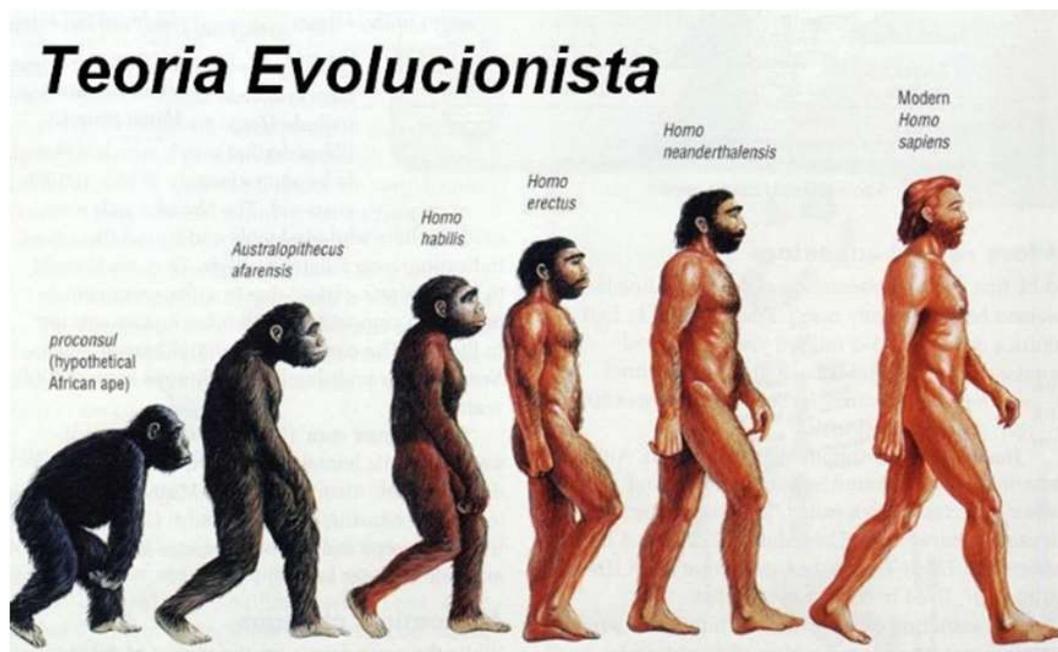
Segundo Bernard, (1994, p. 10):

Entretanto, a existência de uma lei ou conjunto de leis não representa, por si só, uma garantia de que o mal esteja extirpado. Formas veladas, ou mascaradas de discriminação, que não ousam mostrar-se claramente, mas que se manifestam de modo igualmente intolerante, constituem talvez o tipo mais insidioso de racismo, pois a responsabilidade criminal de tais condutas fica quase inviabilizada.

Contudo, analisar e combater somente atos individuais significa ficar no raso da discussão racial, pois o indivíduo, ou grupo que comete o racismo, pertence a uma sociedade na qual foi educado, recebeu a cultura, aprendeu os costumes; enfim, ele é o reflexo da sociedade em que vive. Portanto, para combater o racismo, é necessário combater as suas estruturas sociais e institucionais (RIBEIRO, 2019).

Conforme Bernard (1994), por séculos as teorias racistas que defendem a superioridade branca foram reeditadas e divulgadas sem serem questionadas. Um exemplo clássico da ideologia da superioridade racial branca foi a representação distorcida da teoria evolucionista (Figura 3), do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), realizada por alguns teóricos europeus do denominado racismo científico. Esta representação é encontrada facilmente até o momento.

Figura 3 - Teoria da Evolução de Darwin



Fonte: Teoria... (2020).

Conforme aponta Francisco Junior (2008), o primeiro estágio da evolução é a representação de um primata de cor preta curvado em posição de submissão. Na medida em que ele evolui, vai levantando e embranquecendo, até chegar em postura confiante, o ponto máximo da evolução: um homem branco forte, altivo. Consequentemente, sem percebermos, reforçamos a ideia de que quanto mais brancos formos, mais evoluídos seremos, também reforçando o contrário de que quanto mais pretos, menos evoluídos somos.

Esta representação da teoria evolucionista de Darwin acaba sendo aceita naturalmente, sem questionamentos, nos meios acadêmicos. Para Francisco Junior (2008), ela não leva em conta que os homens evoluíram com diferentes características físicas e em diversos locais. As aparências diferem, somos homens, mulheres, brancos, pretos, amarelos, asiáticos, indianos, para citar apenas alguns, mas todos possuidores das mesmas características biológicas.

## 2.5 Racismo Estrutural e Institucional

A reflexão conceitual sobre o racismo estrutural e institucional é um debate científico atual que representa um amadurecimento e um progresso do estudo das relações raciais. Este conceito abre a discussão sobre como a sociedade é racista,

pois um grupo historicamente detém para si poder sobre o outro e utiliza as instituições para perpetuar o seu domínio.

Como afirma Ribeiro (2019, p. 7, grifo da autora),

Portanto, nunca em uma discussão sobre racismo dizendo, “mas eu não sou racista”. O que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? Mesmo que uma pessoa pudesse se afirmar como não racista (o que é difícil, ou mesmo impossível, já que se trata de uma estrutura social enraizada), isso não seria suficiente. A inação contribui para perpetuar a opressão.

De acordo com Ribeiro (2019), após séculos de escravização, ficou enraizado no inconsciente coletivo um pensamento de subalternidade histórica da inferioridade das pessoas negras. O racismo estrutural é a naturalização da segregação e do preconceito racial que atinge dura e diariamente a população negra como preterições em falas, frases e piadas que associam estas pessoas a situações vexatórias, degradantes e criminosas.

O racismo está também na associação da índole e da beleza de alguém de acordo com a cor de sua pele. Ele aparece na adoção de eufemismo para se referir à cor da pele como, por exemplo: moreno; mulatinha; cor de jambo; ou você nem é tão negro, falas que demonstram um certo desconforto em falar as palavras negro ou preto. Nosso país foi colonizado por uma sociedade racista que perpetuou, ao longo dos séculos, sua visão racializada das pessoas e uma sociedade criada sobre bases racistas é racista. Sua estrutura está impregnada de atos racistas que surgem a todo momento nas relações sociais, quer seja de modo consciente ou inconsciente.

Neste contexto, Ribeiro (2019, p.15) afirma que:

É preciso notar que o racismo é algo tão presente em nossa sociedade que muitas vezes passa despercebido. Um exemplo é a ausência de pessoas negras numa produção cinematográfica- aí também está o racismo. Ou então, quando, ao escutar uma piada racista, as pessoas riem ou silenciam, em vez de repreender quem a fez- o silêncio é cúmplice da violência.

É o racismo estrutural contra a população negra que naturaliza as percepções negativas e pensamentos racistas, a depreciação identitária, os silenciamentos, os preterimentos, os isolamentos, a diferenciação social, as desvantagens e exclusões. É ele que determina o fenótipo “ideal” de quem irá dirigir as instituições públicas ou privadas, quem ocupará cargos de chefia, quem será promovido, quem será eleito nos

mais diversos poderes, quais leis serão criadas, que políticas sociais serão adotadas e qual o modelo de sociedade a ser seguido. Conforme Ribeiro (2019), ele também é passível de percepção nos meios midiáticos que estabelece quem, quando, com que frequência e de que modo o negro vai parecer na mídia. Normalmente, os negros têm papéis de inferioridade.

Segundo Almeida (2019), nas instituições públicas e privadas, encontramos o racismo institucional no qual um indivíduo em uma instituição é privilegiado e outro é negligenciado, dependendo do grupo étnico racial a que pertença. Podemos comprovar a existência do racismo institucional tanto nas instituições públicas como nas privadas. Basta verificarmos, por exemplo, que as posições hierárquicas superiores são ocupadas majoritariamente por pessoas brancas e as atividades subalternas são normalmente exercidas por pessoas negras. Muitas vezes o racismo institucional se apresenta na forma de negligenciar a existência do racismo e/ou dar pouca importância ao tema.

Tal atitude aparece também quando a instituição não promove, ou não disponibiliza, condições e recursos básicos para o desenvolvimento de ações antirracistas e ainda culpabiliza agentes promotores por não conseguir realizar estas ações. A não ascensão profissional de pessoas negras é vista como não merecimento, ou seja, elas não são boas o suficiente para obter tal cargo; afinal “as oportunidades são dadas a todos igualmente”, seguindo, deste modo, a teoria da meritocracia, na qual a vítima se torna culpada pela sua condição. O racismo institucional passa muitas vezes “despercebido”, tido como algo natural. Ignorar a existência do racismo nas estruturas é perpetuar sua ocorrência.

De acordo com Martuscelli (2021, p. 477):

Raça é uma categoria política viva, nas condições da opressão neocolonial. Como se pode explicar os salários vigentes no Brasil sem o conceito de raça? Como se pode analisar a repressão policial no país sem o conceito de raça? Haverá aqueles alguns que não de querer dar uma “explicação econômica” para os salários...Outros terão uma “explicação jurídica” para a repressão policial seletiva. Mas nós sabemos o que eles estão fazendo [...]

O racismo institucional também está presente nas escolas, pois o corpo de profissionais da educação é formado por uma maioria de pessoas brancas que irá determinar como deve ser a grade curricular de ensino. Ou seja, o que vai apresentar a si próprio e aos demais. Assim, institucionalmente, o grupo dominante é que decide

quem será o herói ou vilão nos livros didáticos, quem é o conquistador e quem é o fraco dominado na cosmovisão literária acadêmica. Decide de que maneira a história de uma determinada sociedade será apresentada aos educandos. (BERNARD,1994).

A história do povo africano, na maioria dos currículos escolares, é silenciada. Silenciar e condenar ao esquecimento, arma poderosa de perpetuar a invisibilidade dos segmentos sociais historicamente excluídos. Conseqüentemente, muitos preconceitos têm origem na negligência da história, que insiste em silenciar a participação dos escravizados em guerras, rebeliões, revoltas, fugas e lutas de resistência. Segundo Bernard (1994), silenciar é também narrar determinados fatos, minimizando a participação dos escravizados (africanos e nativos). Os estereótipos contidos nos processos de construções racializadas, presentes nos livros, reforçam e perpetuam a ideia de superioridade racial branca, induz ao conformismo, à naturalização dos preconceitos e da discriminação das demais etnias.

De acordo com Almeida (2019, p. 35, grifo do autor):

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra, não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.” Neste caso, além de medidas que coíbam o racismo, individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

A única maneira de combater o racismo nas instituições, segundo Almeida (2019), é implementando práticas antirracistas, por meio de políticas internas (ações afirmativas privadas) e externas (ações afirmativas públicas) que promovam a igualdade, a diversidade nas relações, viabilizando a ascensão social de minorias em cargos de chefia e prestígio. Logo, faz-se necessário manter espaços para o debate sobre o racismo, promover o acolhimento e mediar os possíveis conflitos sobre questões raciais e gênero. O racismo nas instituições faz as vítimas se calarem na medida em que não encontram respaldo para contestar as alegações feitas sobre seu grupo.

## **2.6 As teorias racialistas de matriz eurocêntricas e etnocêntricas**

Sempre existiu uma relação de interdependência entre as ciências e a sociedade. De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga (2004), a produção de

conhecimentos científicos é direcionada para atender a realidade de determinada sociedade, de acordo com os interesses dos grupos dominantes, pois os conhecimentos produzidos e desenvolvidos retornam à sociedade e influenciam diretamente os comportamentos sociais. Assim, foi o caso das teorias racialistas desenvolvidas na Europa por alguns teóricos dos estudos das relações étnico-raciais no continente europeu.

Segundo Munanga (1999, p. 1, grifo do autor):

Em 1684, o francês François Bernier empregou o termo no sentido moderno da palavra para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passou efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses e, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses que, segundo pensavam, podiam até ser escravizados.

Em conformidade com os interesses da sociedade branca escravocrata europeia, no século XVI foram iniciados estudos para forjar as teorias raciais posteriormente convertidas em estatutos, para serem “comprovadas cientificamente”. Elas tinham como objetivo justificar a exploração e escravização dos povos nativos das colônias, especialmente as colônias americanas e africanas, as mais cobiçadas. Na mesma linha de raciocínio, segundo Bernard (1994), a mesma divisão de elementos em raças que era utilizada exclusivamente para qualificar os animais, também passou a ser utilizada para a classificação de seres humanos, com objetivos claros de impor uma ideologia colonizadora sobre os colonizados.

Bernard (1994, p. 17) destaca o pensamento da época:

Que mal poderia haver em escravizar os índios, se eles eram seres inferiores, colocando-se em dúvida se possuíam alma? Eis como se estrutura o racismo: primeiro se estigmatiza o grupo que se quer discriminar, depois tira-se proveito desta estigmatização do mesmo modo que se procedeu em relação à escravidão africana. Construiu-se uma ideologia da inferioridade natural dos negros e depois se legitimou a instituição escravocrata.

A classificação protagonizada pelos cientistas europeus, diante de uma visão do etnocentrismo sobre pessoas humanas, elegeu sua condição fenotípica e cultural como verdadeira e correta, como modelo de organização social ideal e este

preconceito induz à rejeição do outro, do “diferente”. A rejeição ao outro autoriza a sua eliminação, dominação, ridicularização e extirpação de sua identidade (MENESES, 1999).

Segundo Munanga (1999, p. 5), “[...] a classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX”. Os colonizadores europeus se utilizaram da teoria “pseudo-científica”, denominada “raciologia”, para justificar a dominação e exploração dos povos colonizados, alegando que os povos colonizados eram pagãos e sua religião era demoníaca; portanto, eles, como “bons cristãos”, tinham que libertá-los do mal a qualquer preço, mesmo que fosse através da escravização de seus corpos. Fica claro que ainda concebiam os povos colonizados como primitivos e desprovidos de cultura.

A teoria “pseudo-científica” denominada “raciologia”, paulatinamente, de modo intencional, foi operacionalizando um processo de desumanização dos povos não europeus. Difundiram que os conhecimentos tecnológicos não europeus não tinham valor algum em uma sociedade moderna, ocidental e científica. Assim, pregou-se que caberia aos povos inferiores serem subjugados pelos europeus e realizarem trabalhos como seres escravizados e servis. Esta correlação de trabalho foi ao longo do tempo sendo naturalizada e legitimada. Nesse processo, a imensa diversidade de povos existentes nas Américas e África foram reduzidos a uma única identidade étnico-racial: índios e negros. (NOGUEIRA; GUZZO, 2017).

No campo religioso, utilizando de texto bíblico, foi forjada a teoria que os africanos eram descendentes de Cã, filho de Noé, que teve por maldição serem servos de outros povos. Portanto, era lícito escravizar, ou seja, a escravização era vontade “divina”.

Lima (2020) descreve que os:

Relatos da Bíblia serviram para compor a cultura escravocrata moderna no Ocidente, justificando a vinda de africanos escravizados. Dentre estes relatos, o mais importante é o da maldição de Cã (Gn 9, 18-29). Após o dilúvio universal, Noé tornou-se agricultor, plantou uma vinha, tomou vinho, embriagou-se e ficou nu em sua casa. Um de seus filhos, Cã, viu a nudez do pai e contou a seus irmãos Sem e Jafé. Estes puseram o manto nos ombros e caminharam de costas em direção ao pai. Sem verem a sua nudez, cobriram-no. Ao despertar, Noé ficou sabendo do que Cã tinha feito e amaldiçoou a descendência deste filho, condenando-o a tornar-se escravo de Sem e Jafé. Cã e sua descendência foram associados ao Egito e, por extensão, à África. Assim, foi justificada a escravidão negra.

De acordo com Moura (p. 34, 1994):

Os donos de escravos negros podiam inclusive justificar a escravidão em uma passagem do Velho Testamento, na qual se lê que os filhos de Cam foram condenados a ser lenhadores e aguadeiros. Obviamente, essas razões sobrenaturais logo começaram a perder seu valor e, em seguida, os brancos imaginaram outras justificativas mais de acordo com a natureza. A doutrina da seleção natural e da sobrevivência do mais apto foi um argumento que veio a calhar. A rapidez com que este conceito puramente biológico chegou a dominar e todos os campos, e atividades do pensamento europeu, nos dá a ideia da necessidade urgente que se precisava para justificar a dominação.

As teorias racistas foram sendo perpetuadas, e naturalizadas, tidas como verdades absolutas desde a conquista da América, a partir do século XVI, mas foi no século XIX que elas passaram a ser ensinadas e defendidas nos estabelecimentos acadêmicos europeus. Neste contexto histórico, foram inúmeros os pensadores, filósofos e cientistas que deixaram registradas suas teorias racistas. Estes pensadores espalharam suas ideias mundo afora, pois a Europa era o centro do conhecimento acadêmico, suas universidades as mais conceituadas, e frequentadas pelos filhos das elites econômicas mundiais que, ao retornarem aos seus países de origem, levavam os pensamentos dos seus mestres.

Vejamos algumas destas teorias no Quadro 2:

Quadro 2 - Teorias Racistas Europeias (século XV ao XX)

Escritor/Nacionalidade	Pensamentos Racistas
<b>Voltaire</b> , François- Marie Arouet, 1694-1778 Francês	“Contudo, para nada decidir levianamente, tomo filhotes dessas várias bestas. Examino um filhote de negro de seis meses, um elefantinho, um macaquinho, um leãozinho, um cachorrinho. Vejo, sem poder duvidar, que esses jovens animais possuem incomparavelmente mais força e destreza, mais ideias, mais paixões, mais memória do que o negrinho e que exprimem muito mais sensivelmente todos os seus desejos do que ele. Entretanto, ao cabo de certo tempo, o negrinho possui tantas ideias quanto todos eles”. (VOLTAIRE, 2015, p. 9).
Conde de <b>Buffon</b> Georges-Louis Leclerc, 1707-1788 Francês	Tinha uma visão negativa da natureza do homem americano. Para ele o continente era um local carente onde tudo os animais de pequeno porte, os insetos, o escasso povoamento, tudo colaborava para a debilidade e imaturidade dos povos americanos (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

<p><b>Hegel</b>, Georg Wilhelm Friedrich, 1770-1831 Germânico</p>	<p>“O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano. [...] Sobre a América e seu grau de civilização, especialmente no México e Peru, nós temos informação; porém, isto em nada mais importa haja vista esta cultura ser inteiramente nacional, devendo desaparecer tão logo o Espírito aproxime-se dela. A América sempre se mostrou fisicamente e espiritualmente impotente, e ainda se apresenta assim” (HEGEL, 1999, p. 83).</p>
<p><b>Tocqueville</b>, Alexis 1808-1859 Francês</p>	<p>“E isso ainda não é tudo: naquele homem que nasceu na degradação, naquele estrangeiro introduzido entre nós pela servidão, apenas reconhecemos os traços gerais da condição humana. O seu rosto parece-nos horrível, a sua inteligência parece-nos limitada; os seus gostos são vis, pouco nos falta para que o tomemos por um ser intermediário entre o animal e o homem” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 262).</p>
<p>Joseph Arthur de <b>Gobineau</b> 1816-1882 Francês</p>	<p>Ele acreditava que não poderia se esperar muito de determinadas raças inferiores. Era contra a miscigenação e defendia a manutenção das raças puras pois a mistura de raças resultaria em uma sub-raça de degenerados. (SCHWARCZ; GOMES, 2008).</p>
<p>Francis <b>Galton</b> 1822-1911 Inglês</p>	<p>Foi o criador da eugenia, raça pura, que tinha como meta intervir na reprodução das populações. Segundo sua ótica, poderia ocorrer um aprimoramento genético das raças superiores, sendo contra a miscigenação. Acreditava que poderiam ser identificados, fisicamente, os grupos indesejáveis, as raças inferiores (SCHWARCZ; GOMES, 2008).</p>
<p>Ernest <b>Renan</b> 1823-1892 Francês</p>	<p>Segundo ele, existem três raças: brancos, amarelos e negros, sendo os negros, os amarelos e os mestiços são considerados povos inferiores, incivilizáveis e não suscetíveis ao progresso (SCHWARCZ; GOMES, 2008).</p>
<p>Cesare <b>Lombroso</b> 1835-1909 Italiano</p>	<p>Defendia a ideia de que a raça definia o caráter criminal. Segundo ele “...encontra o recurso para a explicação do desenvolvimento natural do homem para o descobrimento de sua origem, as causas das variações raciais e a hipótese de encontrar na natureza humana as origens da patologia delinquencial” (GOÉS, 2015, p. 46).</p>
<p><b>Durkheim</b> David Émile 1858-1917 Francês</p>	<p>Em seus estudos sobre religião, afirmou que na religião das sociedades inferiores não existe um conceito pois estas civilizações são incapazes de elaborar, sequer entender uma generalização elementar (DURKHEIM, 1978).</p>

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

- **Voltaire** foi um escritor, ensaísta, deísta, filósofo iluminista francês e um defensor da liberdade civil, da liberdade religiosa e do livre comércio. Em suas obras criticava a igreja católica, os reis absolutistas e os privilégios do clero e da nobreza. Voltaire lutou por várias reformas na França como a liberdade de imprensa, a tolerância religiosa, a tributação proporcional e a redução dos privilégios da nobreza e do clero. Foi o porta-voz dos iluministas e não seria exagero dizer que Voltaire foi o homem mais influente do século XVIII. Seus livros foram lidos por toda a Europa e

vários monarcas pediam seus conselhos. Entretanto, ele também foi um defensor das ideias racistas da supremacia da raça branca e da inferiorização dos povos negros africanos. De acordo com Voltaire (2015), as crianças negras não poderiam ser consideradas humanas e as comparava a filhotes de elefantes, inclusive afirmando que os animais teriam mais inteligência que as crianças negras.

- **Buffon** tinha o título de nobreza deconde. Foi um naturalista, matemático e escritor francês e suas teorias foram utilizadas na formação de gerações de naturalistas. Possuía uma visão etnográfica e eurocentrista, defendia a hierarquização de raças, exaltando o povo branco europeu e inferiorizando os povos americanos (SCHWARCZ; GOMES, 2008).
- **Hegel** foi um filósofo alemão e sua obra *Fenomenologia do Espírito* é tida como um marco na filosofia mundial e na filosofia alemã. Foi tutor em uma universidade de Berna, na Suíça, e em Frankfurt, na Alemanha e também lecionou na Universidade de Jena, uma das dez mais antigas da Alemanha, fundada em 1558, local em que ocupou uma cátedra na Universidade de Heidelberg e encerrou sua carreira como professor de filosofia na Universidade de Berlim. Com suas ideias racistas afirmava que os negros eram selvagens, indomáveis e que não se pareciam em nada com os humanos. Hegel (1999) também teceu comentários racistas sobre os povos nativos do Peru e México, dizendo que eles eram física e espiritualmente imponentes e que suas culturas deveriam ser aniquiladas.
- **Tocqueville** foi um pensador, político, historiador e escritor francês. Tornou-se célebre por suas análises sobre a Revolução Francesa, a democracia americana e a evolução das democracias ocidentais. Seus escritos sobre a democracia social se tornaram clássicos, inclusive sendo utilizados frequentemente em cursos de história americana e política. Era um defensor da liberdade e da democracia; porém, também era racista pois, segundo Tocqueville (2005), os homens negros eram seres intermediários entre um animal e um ser humano.
- **Gobineau** foi um escritor, filósofo, teólogo, filólogo e historiador francês. Segundo Schwarcz e Gomes (2008), ele era contra a miscigenação, pois acreditava que ela levaria a uma degeneração física e intelectual dos

povos, e seria um processo que estaria levando a humanidade a graus sempre mais altos de degeneração intelectual e física. Em sua estadia no Brasil, ficou amigo do imperador Dom Pedro II e fez previsões pessimistas sobre a nação, dizendo que o país estava destinado ao fracasso devido à miscigenação e que a única solução seria se livrar dos negros e incentivar a imigração de europeus brancos para o país.

- **Francis Galton** foi naturalista, geógrafo e estatístico. Estudava formas de alcançar o melhoramento das gerações futuras, defendia o controle social das classes inferiores, pregava a existência de uma raça pura e acreditava que a hereditariedade determinaria o caráter não sendo possível intervenções. Era a favor do extermínio dos nascimentos de crianças nas classes inferiores (esterilização) e a favor do incentivo ao aumento populacional nas classes superiores. Foi o precursor da eugenia: “os bem-nascidos” (*eu*=bem; *gênia*=nascido) (SCHWARCZ; GOMES, 2008).
- **Ernest Renan** foi escritor, filósofo, teólogo e historiador francês que defendia a existência de três raças e considerava a branca como raça superior e os negros e amarelos seriam as raças inferiores (SCHWARCZ; GOMES, 2008).
- **Lombroso** foi cirurgião, higienista, criminologista, antropólogo e criador da antropologia criminal. Acreditava que comportamentos criminosos eram traços genéticos de raças primitivas, um reprocesso na evolução e aceitava que os criminosos não tinham domínio sobre sua natureza criminal e que não poderia ser feita nenhuma intervenção para mudar seu comportamento. Também era defensor da pena de morte para pessoas inferiores (GÓES, 2015).
- **Durkheim** foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês. É conhecido como o principal construtor da ciência social moderna e pai da sociologia. Seus artigos ganharam reconhecimento na França onde foi docente na Universidade de Bordeaux no primeiro curso de ciências sociais e também na França lecionou pedagogia e sociologia. Segundo Durkheim (1978), existiam civilizações inferiores que sequer conseguiam ter um raciocínio lógico.

Estes são alguns escritores que defenderam ideais racistas ao longo de

séculos. Vale ressaltar que existiram outros cujo pensamento não estão registrados neste trabalho. No entanto, mesmo com este número limitado de pensadores, podemos afirmar que alguns deles são conhecidos, estudados e admirados até hoje em diversos meios acadêmicos pelo mundo. De acordo com Praxedes (2008), o racismo teve suas estruturas construídas por cientistas como eles, o que tornou mais árduo o trabalho de desconstrução destes pensamentos racistas sedimentados na sociedade.

Em contrapartida, nesse mesmo período, havia intelectuais que discordavam do processo de escravização e inferiorização dos povos nativos das colônias.

De acordo com Ferretti (2017, p. 2),

No entanto, existiram na Europa, entre os séculos XIX e XX, redes de intelectuais socialistas e anarquistas que aplicaram criticamente os instrumentos dessas tendências científicas para finalidades políticas e sociais completamente diversas: por um lado, eles se mantinham no padrão do debate da sua época; por outro lado, sua originalidade foi reverter alguns conceitos da ciência para chegar a conclusões diferentes, construindo saberes não dogmáticos e acessíveis às classes populares, cujo fim, contrariamente a outras interpretações, era mostrar a possibilidade de uma organização social diferente.

Destacamos aqui três intelectuais contrários às teorias racistas:

- Em seus trabalhos, o geógrafo francês **Élisée Reclus** (1830-1905) escreveu, de forma positiva, sobre os povos nativos, suas histórias, culturas e etnicidade nos quais afirmava que os nativos não eram inferiores intelectualmente aos povos europeus e, sim, diferentes. Desse modo, os colonizadores deveriam compreendê-los. Tinha análises esquematizadas sobre a influência do meio ambiente sobre o homem e acreditava que havia diferentes estratégias de adaptação desenvolvidas por cada povo, com a relativização das condições materiais que possuíam, podendo, assim, ser possível apreciar a inteligência e a habilidade dos povos em relação ao ambiente.

Ferretti (2013, grifos do autor) expõe que:

Em algumas das cartas de Reclus endereçadas a Paul Pelet, encontramos sua admiração por povos argelinos como os kabilas, chamados por ele de admiráveis cidadãos. “Estou completamente maravilhado pela mitologia kabila. Eu ficaria muito feliz de voltar aqui e estudar esses admiráveis cidadãos”. Ele também ficou tocado por seus hábitos comunitários, que lhe fizeram recordar a democracia franca que admirava na pólis grega.

- **Conde Constantine de Volney** (1757-1820) filósofo, francês, iluminista, historiador, orientalista político e escritor, escreveu, em 1787, após a invasão colonialista no Egito, que os homens negros são a mesma raça à qual se deve as artes, ciências e até mesmo o uso do discurso. Reconheceu que os homens negros têm o mesmo tipo de inteligência que os homens brancos e considerava a escravização uma barbaridade. (MACHADO, 2018)
- **Piotr Alexeyevich Kropotkin** (1842-1921) foi um geógrafo russo, economista, cientista, político, sociólogo, historiador e filósofo. Em contraposição às teorias racistas, afirmava que existia uma influência do meio na evolução humana. Segundo ele, os povos “primitivos” estariam simplesmente em uma fase anterior da evolução humana e que os europeus milênios antes tinham passado por aquela mesma fase. Conseqüentemente, com o tempo, os primitivos chegariam ao nível material do povo vitoriano. Ele teorizava um processo contínuo de evolução que envolvia toda a humanidade em fases diferentes e afirmava que os seres mais aptos a sobreviver e triunfar são os que se ajudam mutuamente, o que os leva a atingir um maior nível de inteligência e desenvolvimento. (FERRETTI, 2013)

Estes intelectuais representaram um contraponto nas teorias racistas porque questionaram e apresentaram diversos argumentos que contradiziam e questionavam a veracidade das teorias racistas e que, no entanto, a comunidade científica, branca, elitista e capitalista não lhes deu o devido mérito.

## **2.7 Os pioneiros dos estudos das relações raciais no Brasil: o pensamento social subordinado e submisso**

Os intelectuais brasileiros elitistas se dedicaram a estudar questões raciais e, no século XIX, criaram suas próprias teorias racistas. As principais correntes teóricas brasileiras foram a corrente humanista e a corrente de interpretação negativa da natureza e dos povos americanos.

Souza (2021, p.137) salienta que :

Afinal como não nos cansamos de repetir, não existe dominação possível sem um processo de justificação simbólica que torne legítima seja para quem exerce, seja para quem a sofre. Neste caso, teremos um racismo ainda explícito, que se apegava ao dado fenotípico e biológico como base da legitimação do domínio e do privilégio.

A primeira corrente dos adeptos da literatura humanista de Rousseau, que defendia a ideia de uma humanidade única, tinha como conceito-chave a “perfectibilidade”, uma concepção de que os homens tinham a capacidade de sempre se superarem. Os povos selvagens das colônias ainda eram considerados primitivos por estarem no primeiro estágio da evolução, em contrapartida aos europeus que eram o último estágio da evolução – os “perfeitos”. Para Rousseau, a humanidade tinha a mesma origem; porém, seguiu caminhos diversos, o que explicaria as desigualdades entre os homens (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

Esta corrente ganhou força com os legados da Revolução Francesa e as ideias do Iluminismo que, em suas bases filosóficas, “pressupunham” a liberdade e a igualdade como modelos impostos pela natureza. Rousseau via nos nativos um modelo distante dos ocidentais e procurava na identificação e empatia a melhor forma de entender estes “homens primitivos” e utilizou a etnologia, uma ciência que estuda as diferenças entre os povos em uma visão filosófica e humanista como metodologia de estudos (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

A segunda corrente dos adeptos de autores como Buffon e De Pauw, que buscavam justificar as diferenças fundamentais entre os seres humanos, tinha uma interpretação negativa da natureza e dos povos do continente americano classificando os nativos como degenerados, raças inferiores, descaídos. Esta interpretação tinha como base uma visão antiamericanista na qual os povos inferiores estavam fadados à degradação total. De acordo com Schwarz e Gomes (2008), a partir do século XIX, foi a mais influente, estabelecendo-se correlações entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais. Os autores desta vertente se dedicavam a estudar a origem do homem e também a dividiam em duas vertentes: a origem monoteísta e a origem politeísta.

A vertente monogenista acreditava que o homem tinha um único ponto de origem e que as diferenças entre os povos eram, conforme relatado nas escrituras, causadas pelo grau de perfeição ou pelo grau de degradação e resultados da degeneração e via a humanidade como uma escala numérica na qual cada povo receberia uma posição e que, quanto menor o número, mais inferior era e quanto

maior, mais elevado era o grau de perfeição. Entretanto, eles não acreditavam na evolução, ou seja, cada povo já tinha seu local determinado e estático (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

A vertente poligenista, de acordo com Schwarcz e Gomes (2008), acreditava em diferentes pontos de origem e as diferenças eram resultado da existência de diversas raças; portanto, algo natural de acordo com as leis da biologia e da natureza. A frenologia e a antropometria, teorias preocupadas em demonstrar, por meio das medidas e formas de crânios, as diferenças existentes entre os povos, surgiram apoiadas nesta vertente.

O antropólogo sueco Anders Ratzius (1796-1860), desenvolveu a craniologia como uma técnica que fazia a medição do índice encefálico para estabelecer relações entre as características físicas de um indivíduo e a grandeza de seu espírito, e entre as possibilidades de obter, ou não, conhecimentos. Cesare Lombroso (1835–1909) também afirmava que com o estudo do crânio, era possível identificar criminosos pela sua aparência física e hereditária. Estas vertentes de pesquisa também foram utilizadas no campo de doenças mentais que preconizavam que, por meio da aparência física e da hereditariedade, poder-se-ia fazer a diferenciação das pessoas em aquelas que deveriam receber um tratamento moral e as que não tinham doença mental, mas uma degradação intencional. A antropologia, enquanto disciplina, naquele momento, dedicava-se a analisar biologicamente o comportamento humano (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

A publicação, em 1859, do livro *A origem das espécies*, de Charles Darwin, agradou as duas correntes. Os monogenistas justificavam que o evolucionismo continuava a afirmar a hierarquização das raças e povos de acordo com o seu grau de evolução. Os poligenistas confirmavam a existência de um ancestral comum na pré-história e que a divisão entre a humanidade ocorreu há muito tempo, o que deu a cada povo heranças e aptidões distintas. Assim, o modelo evolucionista passou a atribuir ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e social (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

A teoria da evolução criada por Charles Darwin, com bases na fauna e flora, passou a trilhar caminhos diferentes da ideia inicial. Nesse sentido, foram muitos os autores que passaram a utilizar os seus conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução”, “hereditariedade”, até então utilizados por ele para animais e vegetais e tais conceitos passaram a ser utilizados para justificar e analisar as

sociedades humanas. Diversas ciências como a pedagogia, antropologia, a sociologia, a historiografia e a sociologia utilizaram esse conceito evolucionista (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

A teoria social construída por esses autores, a partir de uma distorção do pensamento darwinista, passou a fundamentar as teorias dos poligenistas que insistiam no pensamento da seleção natural no qual só os melhores sobreviveriam e passaram a aplicá-las à realidade brasileira, onde ocorreu a mestiçagem racial. Os poligenistas acreditavam que a mestiçagem traria como consequência a degeneração das raças e deveria ser evitada, pois os mestiços herdavam as características mais negativas de cada raça; e, segundo alguns autores, poderiam gerar indivíduos estéreis. Outros já achavam que eles tinham uma grande fecundidade, o que levaria a um aumento de seres degenerados (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

Nesse mesmo período surgiram, no meio científico, duas escolas deterministas que influenciaram as teorias raciais e sociais: a escola determinista geográfica e a escola determinista racial. (SCHWARCZ; GOMES, 2008):

- os deterministas geográficos, como Ratzel e Buckle, defendiam que o desenvolvimento humano era determinado pelo meio ambiente em que vivia determinada civilização, bastando analisar elementos como clima, relevo e solo para avaliar a potência de evolução.
- o determinismo de cunho racial defendia o darwinismo social, ou seja, a teoria das raças. Assim, as raças estavam em estágio final de evolução imutável, que desaprovava a misturas de raças porque a mestiçagem iria causar a destruição das raças puras, o que levaria a uma degeneração racial e social.

De modo geral, as escolas deterministas defendiam a submissão ou, se possível, a eliminação das raças inferiores. Francis Galton, cientista britânico, naturalista e geógrafo, em seu livro de 1869 denominado *Hereditary genius*, busca demonstrar com métodos estatísticos e genealógicos que o desenvolvimento humano dependia exclusivamente da hereditariedade, e não da educação ou do meio. Este livro foi considerado o texto base da Eugenia. De acordo com Schwarcz e Gomes (2008), a eugenia, como “ciência”, busca obedecer às leis da hereditariedade e permitir somente os nascimentos desejáveis (raças superiores), além de impedir, ou diminuir, os nascimentos indesejáveis (raças inferiores). No campo social, a eugenia

tinha a preocupação de permitir casamentos entre determinados grupos e evitar uniões indesejáveis em outros e foi transformada em um movimento “pseudocientífico”.

Segundo Carvalho (2014, p. 10, grifos do autor):

Os negros eram a evidência material da miscigenação havida. Mesmo naqueles tempos, a concepção de “limpeza étnica” explícita não seria bem-vista. Era melhor fingir que os milhões de novos imigrantes, vindos organizadamente com suas famílias e parentes, fossem “melhorar”, ou contrabalançar, a população negra, miserável e analfabeta por imposição de seus senhores.

No Brasil, existiu um movimento eugênico organizado que só perdeu prestígio após a Segunda Guerra Mundial e gerou repúdio às ideias raciais defendidas por Hitler. A Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, influenciou políticas sanitárias e conseguiu inclusive citação da eugenia na Constituição de 1943, no artigo 138, no qual constava que um dos deveres da União, Estado e Municípios seria estimular a “educação eugênica” entre jovens e adultos, envolvendo desde o incentivo de práticas de melhoria física, como a prática de esportes, até a defesa da exclusão social e segregação racial como meios para evitar “reproduções indesejadas”. (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

No final do século XIX e início do século XX, os intelectuais brasileiros começaram a pensar em projetos para a construção de uma nação e criaram suas próprias teorias racistas, influenciados pelas linhas filosóficas (positivismo, darwinismo, evolucionismo), teorias, vertentes e doutrinas (europeias e americanas) relativas a raças. Ao pensar este projeto para o país, surgiram diversas teorias e posicionamentos destes intelectuais brasileiros, destacados a seguir (SCHWARCZ; GOMES, 2008).

Quadro 3 - Intelectuais Brasileiros Racistas e Suas Teorias (século XIX e início do século XX)

<p><b>João Batista Lacerda</b> (1846-1915) médico e cientista, foi presidente da Academia Nacional de Medicina e diretor do Museu Nacional. Era defensor da eugenia, branqueamento nacional.</p>	<p>Acreditava que com a imigração europeia, e a união entre as etnias, em um século o Brasil estaria livre de traços “ruins” dos negros e que os traços “bons” dos brancos prevaleceriam. No Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911, ele apresentou uma cópia do quadro do pintor espanhol Modesto Brocos, que retrata, à frente de uma casa, uma senhora idosa negra olhando para o céu de braços abertos, como que agradecendo algo aos céus. Ao seu lado havia uma mulher mais jovem de pele mais clara sentada em uma cadeira com um bebê no colo, totalmente embranquecido, ao lado de um homem branco. O quadro nos leva a crer que supostamente a senhora negra é mãe da mulher jovem, avó do bebê e sogra do homem branco. Tudo esse cenário mostra uma inegável referência ao futuro esperado: clarear a população através da miscigenação (SOUZA; SANTOS, 2012).</p>
<p><b>Sílvio Romero</b> (1851-1914), advogado, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</p>	<p>Acreditava que o Brasil só seria viável com a mestiçagem e que a evolução dependeria do sangue dos negros e índios desaparecer. Embasado na eugenia, defendia o melhoramento das raças inferiores através da união entre as etnias pois acreditava que o sangue forte do branco prevaleceria e que em cada geração as pessoas nasceriam mais claras, até atingir um branqueamento da nação. (SCHWARCZ; GOMES, 2008).</p>
<p><b>Nina Rodrigues</b> (1862-1906) médico maranhense e um respeitado doutrinador racista radical da sua época. Fundou, inclusive, a antropologia criminal</p>	<p>Afirmava que era possível determinar a criminalidade de um indivíduo de acordo com suas características físicas (frenologia, antropologia, cronologia técnica) e que negros e índios deveriam ter suas penas criminais aumentadas em relação aos brancos, pois naturalmente pertenciam a raças inferiores. Era contra a mestiçagem, pois defendia que os mestiços já nasciam degenerados e que os negros eram inferiores, e que a mistura racial iria acabar com o sangue superior da raça branca (SCHWARCZ; GOMES, 2008).</p>
<p><b>Euclides da Cunha</b> (1866-1909) escritor e jornalista brasileiro</p>	<p>Defendia a inferioridade biológica e cultural dos negros e índios. Para ele o negro era uma besta de carga e que o índio não tinha capacidade intelectual para compreender as coisas mais simples e os mestiços eram desequilibrados e incuráveis. Em seus livros, este autor reflete seu pensamento racista no enredo das histórias de seus romances. (MOURA, 1994)</p>
<p><b>Oliveira Viana</b> (1883-1951) professor, jurista, historiador e sociólogo. Era adepto do arianismo, em que os arianos seriam a raça branca pura e superior.</p>	<p>Defendia a imigração europeia (eugenia) para o Brasil como o política de clareamento da nação. Ele previa que com o aumento de pessoas brancas (imigração) iria ocorrer uma elevação da taxa de reprodução da raça branca. Já para os negros e mestiços, que iriam desaparecer, morrer em decorrência da miséria em que viviam e imaginava que o Brasil se tornaria uma nação ariana dos trópicos. (SCHWARCZ; GOMES, 2008)</p>
<p><b>Monteiro Lobato</b> (1882-1948) escritor, ativista, produtor e diretor, era defensor da eugenia, da superioridade da raça branca.</p>	<p>Para ele, os negros e mestiços eram pessoas inferiores, subalternas, serviçais. Em suas obras, em trecho de uma carta escrita por ele, podemos ler teor manifestado de ordem racista, segundo Mendes (2019, p. 59), “Um dia se fará justiça ao Ku- Klux-Klan”, uma ordem racista e fascista americana que era admirada pelo referido autor.</p>

<b>Renato Kehl</b> (1889-1974) farmacêutico, médico, escritor considerado entre os eugenistas a maior autoridade neste tem, pelos acurados estudos e numerosos trabalhos publicados.	Seguia linha teórica da eugenia negativa, segundo Fiuza (2016, p.105). Era contra a miscigenação, desejava “transformar a sociedade brasileira em um “raça nacional”, “elite de eugênicos” e defendia atitudes radicais como a esterilização, pena de morte, controle rigoroso da entrada de imigrantes, obrigatoriedade do exame pré-nupcial, proibição do casamento interracial e de portadores de doenças contagiosas”, bem como entre deficientes físicos e outros considerados por ele “degenerados”.
--	--

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

Portanto, conforme apontado acima, estes são alguns de inúmeros autores, pensadores e intelectuais brasileiros que criaram, e divulgaram, ideias e teorias racistas no Brasil nos últimos dois séculos. Alguns destes nomes são desconhecidos pela maioria das pessoas, já outros são familiares e contemporâneos. O certo é que cada um, ao seu tempo e a seu modo, buscou justificar as diferenças entre “raças”, exaltando os homens brancos e inferiorizando os negros, índios e mestiços. Essas vozes apresentadas se calaram, mas suas ideias racistas permaneceram através de suas obras, ecoando e perpetuando o racismo na sociedade brasileira. Racismo que vem sendo denunciado e combatido pelos mais diversos grupos do Movimento Negro e que serão abordados na próxima seção.

### **3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL**

Nesta seção abordaremos os princípios norteadores do pensamento da geração de grupos pertencentes ao Movimento Negro no século XX. Inicialmente temos a visão racial dos anos de 1930, que era de inferiorização da população negra e, posteriormente, o surgimento de grupos empenhados em valorizar esta população. A visão da elite econômica brasileira relativa à miscigenação e à teoria da igualdade racial na década de 1950 é evidenciada e descritos, nesse período, os estudos que evidenciaram os problemas étnicos existentes no Brasil. Temos também a visão de grupos do Movimento Negro que buscaram interpretar o papel das relações raciais na compreensão das desigualdades sociais na década de 1970. Por fim, apresentamos a reorganização política de grupos do Movimento Negro após a ditadura militar e como a inserção de estudos sobre as relações étnico-raciais colaboraram para que houvesse a participação de militantes do Movimento Negro na elaboração da Constituição Federal de 1988.

#### **3.1 A geração dos anos de 1930 e cosmovisão racial continuada da população negra como seres humanos inferiores, subordinados e submissos**

Com a assinatura da lei Áurea, em 1888, foi abolida a escravização no Brasil e este documento punha fim, teoricamente, ao principal instrumento legal que oprimia a população negra. No ano seguinte, com a Proclamação da República, os discursos políticos afirmavam que todos os brasileiros teriam igualdade de direitos. Mas, a prática não acompanhava a teoria e os negros continuaram em desvantagem social e a cor era um empecilho ao sucesso individual. Eles não receberam qualquer indenização pelos mais de 300 anos de trabalho escravizado e tampouco tiveram recapacitação profissional para serem incluídos nas relações de trabalho assalariado. Os ex-escravizados foram jogados à própria sorte sem trabalho, sem qualificação, sem educação, sem teto e sem direitos de fato. No contexto político, as camadas populares neste início de república foram excluídas até dos processos eleitorais porque os analfabetos eram proibidos de votar, e de serem votados, e a população negra era composta majoritariamente por analfabetos.

De acordo com Martuscelli (2021, p.33):

O negro viveu ao deus-dará. Nem à escola – por onde se poderia principiar a adaptação do negro ao meio social do Brasil –, podia mandar os filhos, não só por faltarem escolas, como também porque os serviços dos filhos muito cedo eram necessários para a economia familiar.

Mesmo que não houvesse um sistema de discriminação racial organizado juridicamente, a elite social e econômica brasileira compartilhava sua visão hierárquica da sociedade na qual as pessoas que fossem brancas e tivessem costumes europeus eram vistas com positividade. A população negra, mesmo liberta, continuou a ser vista com um conjunto negativo de estereótipos, o que deu continuidade ao racismo, preconceito e à discriminação racial que já ocorria no Brasil há séculos (HERINGER, 2002).

Destaca-se que o preconceito e a discriminação que existiam eram perpetuados pelas teorias racistas, e permitiam à sociedade brasileira naturalizar uma ideologia das desigualdades que eram reafirmadas também nos ambientes de produção acadêmicas, políticas e jurídicas. Existia uma aceitação da hierarquia racial que deu sustentação às políticas de imigração branca europeia (CARVALHO, 2014). A elite social e econômica acreditava que a vinda dos trabalhadores europeus brancos promoveria um branqueamento da população e que a população negra diminuiria significativamente, ou se extingiria ao longo do tempo, devido às condições de vida desfavoráveis em que viviam ou ainda por causa da miscigenação com os imigrantes. Assim, a população brasileira acabaria por “branquear” e o problema racial seria resolvido naturalmente, não sendo necessário a criação e adoção de medidas antirracistas ou a mobilização de pessoas para lutar contra o racismo. Segundo Carvalho (2014, p. 10, grifos do autor):

O “branqueamento”, junto ao desprezo pelo negro, é a política racista da Coroa Imperial e dos governos republicanos, nos séculos 19 e 20, até 1930, ao menos. Em seguida, o processo continua por dinâmica própria; não mais conduzido pelo Governo. É o racismo à brasileira que se combina com a estratégica negação de educação igual e saúde de qualidade ao povo pobre em geral, que sucedeu aos escravos. Pela política, em referência, seria adequado ao Brasil branco, ou àquele que se queria ligado à Europa, “branquear-se” na sua população obreira.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil iniciava seu processo de modernização e industrialização, ao mesmo tempo em que os intelectuais debatiam qual seria a identidade nacional. Eles tinham uma interpretação distorcida das relações raciais porque acreditavam que elas eram harmoniosas e que não existiam

barreiras que impedissem a ascensão social da população negra. A “competição” que se instaurou entre os brancos pobres imigrantes (ou não) e os negros por trabalho era ignorada. (MARTUSCELLI; SILVA, 2021).

Além de todos os fatos acima mencionados, essa disputa não ocorria em condições paritárias pois, em uma sociedade marcada pelo racismo, discriminação e desigualdades, os atributos como a competência, a capacidade e o esforço pessoal não eram os únicos fatores que determinavam o acesso dos indivíduos aos empregos e aos bens públicos ou privados. Ser negro ou ser branco era determinante para a escolha da função a ser oferecida ao trabalhador.

Conforme esclarece Martuscelli e Silva (2021, p. 33, grifos dos autores):

Ainda aqui sob o capitalismo, o negro ficou sendo o burro de carga da produção nacional, representando a maioria esmagadora da população trabalhadora no Brasil. Era entregue a si mesmo, dono de uma “liberdade” fictícia, ganhando mal, vestindo-se mal, alimentando-se mal, bancando o joguete dos acontecimentos econômicos, embrutecendo-se num trabalho de dez horas diárias em condições anti-higiênicas, sofrendo a opressão racial dos homens brancos (dos senhores do capital) e o desprezo dos próprios proletários brancos, que a burguesia, pondo em prática o velho conselho de “dividir para reinar”, insuflava.

Para eximir-se de sua “culpa”, a elite branca brasileira divulgava a ideologia da meritocracia em que o fracasso e sucesso dependiam unicamente do indivíduo, pois as mesmas oportunidades eram dadas igualmente a todos, independente de raça, e os que não conseguiam era porque “não fizeram por merecer”, não se esforçaram o bastante (DOMINGUES, 2008). Esta ideologia negacionista perversa não admite a existência do racismo e, conseqüentemente, as condições desfavoráveis em que vivia esta parcela da população negra recém-saída de séculos de escravização.

Grande parte da população negra, convivendo diuturnamente com a ideia de meritocracia e o negacionismo da existência do racismo, introjetou esta posição de inferioridade e acreditava ser culpada por sua condição social desfavorável. O jornal O Kosmos, em 1918, por exemplo, destinado à população negra, compartilhava o discurso da elite branca e apresentava uma visão negativa dos negros. Em um dos artigos publicados, o autor declinava sobre as “debilidades” dos negros em relação aos brancos. Ele defendia a necessidade de a população negra se “educar” para poder conviver em sociedade. (DOMINGUES, 2008).

Na visão dos autores dos textos jornalísticos do jornal Kosmos, era necessário enquadrar os negros nos padrões sociais da branquitude para que pudessem ser

aceitos. Apregoavam que os negros tinham uma deformação moral, social e cultural devido aos séculos de escravização a que foram submetidos e que o desejo de serem libertos teria afetado a mentalidade dos negros. No texto, afirmava-se, também, que os negros se tornaram avessos à educação e ao trabalho e não eram capazes de ter disciplina ou responsabilidades. Em síntese, era uma população “débil”, que não seria capaz de colaborar com o progresso do país, era um elemento de atraso para a nação.

De acordo com Pacheco (2001):

Os jornais da raça negra serviam para indicar, através das regras morais, o comportamento que deveriam seguir os membros da comunidade negra. Esses jornais não trabalhavam a imagem na forma de valorização ou estímulo à autoestima e não havia propaganda nelas que utilizassem a imagem do negro para vender o produto do anunciante. O jornal tinha função mais política como: Menelik (1915); Princesa do Oeste (1915); O Alfaiate (1918); A Liberdade (1918); O Bandeirante (1918); Kosmo (1918); O Clarim da Alvorada (1924); A Tribuna Negra (1928); e Quilombo (1929), entre outros.

A partir de 1930, a elite social intelectual brasileira passou a divulgar um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, não mais baseado na teoria racista do branqueamento da população. O projeto agora passava a ser a defesa da Teoria da Igualdade Racial, que consistia na aceitação da miscigenação entre brancos, negros e índios, afirmando que esta era uma característica positiva da composição da população nacional. O caráter mestiço do povo brasileiro, segundo os intelectuais, possibilitava uma convivência harmônica entre todos e impossibilitava a existência de discriminação. (FERREIRA, 2019).

O governo buscava a imagem de uma nação que havia superado o racismo, o preconceito e a discriminação, servindo de exemplo para outros países e inclusive afirmava que o mercado de trabalho estava disponível para todos. O discurso da igualdade racial no Brasil serviu muito bem ao propósito de desarticular, e evitar, a luta da população negra contra os privilégios da elite branca e os séculos de exploração a que fora submetida. Segundo Ferreira (2019), este discurso justificava a falta de políticas compensatórias e isentava os ex-donos de escravizados de qualquer responsabilidade sobre o destino dos libertos e seus descendentes.

Nesse período, uma parte da população negra mantinha laços afetivos, e de dependência, com a elite branca, o que os impedia de tomar consciência da situação desfavorável em que viviam. Assim, muitos tinham uma falsa impressão de que a relação entre os negros e os brancos era de verdade harmoniosa e fraternal. O

discurso afirmava que as diferenças entre negros e brancos eram concebidas não como racismo, mas como desigualdade de ordem econômica e social entre as classes.

Segundo Domingues (2005, p. 118):

No quadro de correlações de forças pós-abolicionistas, supomos que a saída pela teoria da democracia racial era providencial por três motivos. Primeiro, desarticulava e/ou evitava a luta de qualquer movimento de retaliação dos manumitidos contra os ex-senhores, uma espécie de acerto de contas derivado do acúmulo de ódio racial. Segundo, minou qualquer possibilidade de o Estado brasileiro implementar políticas compensatórias em benefício dos ex-excravos e seus descendentes, como forma de reparo às atrocidades, aos danos e à expropriação causados pelo regime escravista. Terceiro, isentava o ex-senhor de qualquer responsabilidade sobre o destino dos manumitidos, nas condições em que se construiria um mercado livre de trabalho.

Um dos expoentes mais significativos deste mito ou teoria da igualdade racial foi o sociólogo Gilberto Freyre que, em seu livro *Casa Grande & Senzala*, narrou a relação entre os senhores e escravizados de maneira romantizada, apregoando que havia uma relação de paternalismo e amizade dos primeiros para com os demais.

Apresenta Barbosa (2018, p. 71) que

De modo geral, a obra do autor em questão, promove uma inversão na ordem tradicional das fontes de pesquisa sobre a temática racial no Brasil, a partir dos anos de 1930. Ao contrário de seus antecessores, Gilberto Freyre aponta outras interpretações, utilizando-se de suas experiências como estudante durante sua estadia nos Estados Unidos de de 1917 a 1922: primeiro na Universidade Baylor (Texas) e depois na Universidade de Columbia (Nova York).

Entretanto, Gilberto Freyre se esqueceu de mencionar a violência e as atrocidades que ocorreram durante séculos de escravização. De acordo com Rodrigues (2018, p. 53), alguns autores “[...] se apropriaram das análises de Freyre” e passaram a propagar a ideia de que no Brasil não existia discriminação por raça ou cor e que, devido à miscigenação, tínhamos uma relação democrática entre as raças, afirmando que não havia preconceito racial no Brasil; a esta ideia foi dado o nome de “mito da democracia racial”.

Segundo Domingues (2005), Gilberto Freyre tornou-se uma referência da assimilação da teoria da democracia racial, por meio de seus escritos, sendo que, ainda hoje no século XXI, continua sendo citado como referência para afirmações de que no Brasil não há racismo mas, sim, preconceito de classe. A representação

amigável de Freyre sobre a mestiçagem e a existência de relações étnico-raciais harmoniosas, passou a ser uma “política nacional”, sendo aceita como senso comum, fortemente arraigado no pensamento brasileiro.

É comum ainda hoje ouvirmos frases como: “No Brasil todo mundo tem o pé na senzala”, ou “Eu tive uma tataravó índia”, ou ainda “Eu tenho um tio, uma avó, um primo, ou amigo negro”. Estas colocações servem para justificar o não ser racista e reduzem a discussão ao fato de gostar e/ou conviver com pessoas negras, deixando de lado uma análise da forma, do modo e da qualidade destas relações, não reconhecendo a situação de privilégio da branquitude. O Livro *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, trouxe também inovações, pois, segundo Barbosa (2018), Gilberto Freyre valorizou a mistura de raças. Ao contrário das teorias raciais de matriz etnocêntricas e eurocêntricas, que consideravam negativa a miscigenação, como um atraso para o país, Freyre afirmava que a mestiçagem era um fator relevante para a formação da beleza e plasticidade do povo brasileiro. O negro foi apresentado, pela primeira vez, de forma positiva, em uma composição inter-racial. (BARBOSA, 2018).

Seus escritos foram considerados um contraponto ao determinismo social, que considerava o Brasil um país miscigenado, portanto, predestinado ao fracasso. Ao contrário das teorias deterministas, Freyre fez com que a sociedade brasileira tivesse um novo olhar prosaico sobre sua composição racial. Entretanto, o autor acaba reforçando um cenário de conformidade e culpabilidade individual dos negros pela sua condição social desfavorável (BARBOSA, 2018). Nesse cenário, surgiu o grupo do Movimento Negro Frente Negra Brasileira (FNB - 1931-1937), tendo como fundadores Justiniano Costa, Arlindo Veiga, Isaltino Veiga dos Santos, José Correia Leite, dentre outros, na cidade de São Paulo. A FNB (Figura 4), foi o desdobramento das entidades de base da população negra que já existiam antes de sua fundação, tais como associações recreativas e jornais que abordavam, nos grandes centros paulistas (São Paulo e Campinas), questões de interesse da população negra. Os fundadores da FNB, em sua maioria, faziam parte da classe média e intelectual negra deste momento. A FNB buscava a defesa dos direitos sociais e políticos dos negros e a elevação da moral e autoestima desta população (MALATIAN, 2016).

Figura 4 - Reunião Frente Negra Brasileira 1935



Fonte: Bezerra (2021).

Grupos do Movimento já existiam; porém, o ativismo político negro era novidade. De acordo com Nascimento (1984, p. 5):

O movimento negro brasileiro está presente desde a fundação da colônia, nos quilombos, no abolicionismo afro-brasileiro, na imprensa negra e nas entidades, irmandades e organizações da comunidade negra. Entretanto, somente agora a sociedade nacional parece começar a demonstrar alguma sensibilidade em relação à justiça e à gravidade desse grito afro-brasileiro.

A FNB criou um jornal: *A Voz da Raça*, que tinha como objetivo combater o racismo e defender políticas voltadas à melhoria das condições de vida desta parcela da população. Eram oferecidos aos sócios atividades sociais como bailes, festas, aulas de música, atendimento médico, alfabetização e palestras sobre temas raciais e políticos. Buscava-se elevar a autoestima da população negra, sendo a primeira a abordar a existência do racismo estrutural e institucional, em uma época que a maioria dos intelectuais nacionais insistia em acreditar na democracia racial e dizia que o racismo era algo excepcional e ocorria de maneira isolada (MARTINS, 2018).

Na FNB, na esfera política, havia um conflito ideológico entre seus líderes, o que causava divisão interna entre dois grupos que, por vezes desviavam do real objetivo que era a luta contra o racismo. Um grupo era liderado por Arlindo e o outro

por José Leite. Um dos fundadores da FNB, Arlindo José da Veiga dos Santos (1902-1978), nasceu em uma família humilde e, graças ao mecenato da Igreja Católica, conseguiu estudar na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo que tinha atuação importante na formação da intelectualidade católica. Atendia à estratégia da igreja de utilizar o ensino superior para sua expansão, em resposta à secularização das instituições.

O projeto associacionista de Arlindo previa uma estrutura de poder dentro da FNB verticalizada e seu grupo abria espaço para as irmandades católicas, por meio de transcrições de artigos de jornais e trechos bíblicos católicos no jornal a Voz da Raça. Ele foi também um dos principais articuladores do movimento político conhecido como Patrionovista cuja proposta era a instauração no país de uma monarquia corporativa e a construção de nova nação baseada na tradição. Este movimento tinha como estratégia arrematar pessoas com certo nível de cultura para atuarem no local em que viviam.

De acordo com Malatian (2016, p. 30, grifo da autora):

A “elevação” dos negros era o objetivo explícito da FNB; porém, não fica obscurecida sua adesão ao projeto católico de expansão da influência da religião na sociedade. Arlindo fora preparado para esta missão desde a adolescência e continuava a se manter nas falanges marianas que se dispunham a defender e propagar o Catolicismo no Brasil

Segundo Malatian (2016), o outro grupo era liderado por José Correia Leite (1900-1989), que viveu sua juventude na pobreza e fez um curso de alfabetização no Mosteiro São Bento. Continuou seus estudos em um colégio mantido pela maçonaria e foi cofundador do Jornal O Clarim d’Alvorada, um jornal da imprensa negra. Ele era simpatizante do ideal de um socialismo democrático e em seus artigos articulava história e política, relacionando a exclusão social experimentada pelos negros com o processo de implantação do trabalho assalariado e a aceleração do capitalismo e da industrialização no país. (MALATIAN, 2016)

Para Martins (2018), o jornal da FNB também costumava abordar os desentendimentos que ocorriam dentro da FNB, o que os atrapalhava e os impedia de alcançar seus objetivos. Apesar de terem divergências, os dois grupos nela existentes tinham uma narrativa da inclusão da população negra na sociedade, o desejo de uma nova “abolição”. Acreditavam que seria necessária uma “segunda abolição” onde fossem adotadas políticas públicas de integração e auxílio à população

negra liberta. O nacionalismo da FNB advinha do desejo de integrar os negros brasileiros à sociedade, uma sociedade que, nesse período, por sua vez, continuava a se espelhar nos modelos de conduta dos países europeus.

Ao mesmo tempo que procurava a valorização da população negra, a FNB reproduzia os mesmos estereótipos racistas, como por exemplo, o de que os negros não eram civilizados, que possuíam comportamentos negativos como a vadiagem e o alcoolismo, que deveriam seguir a doutrina cristã, usar trajes adequados, controlar seus impulsos sexuais, suas taras, enfim, deveriam adotar padrões morais, como se já não os tivesse, para, assim, garantir a sua entrada na sociedade “branca”. Estes eram temas frequentemente abordados nas colunas de seu jornal. (MARTINS, 2018).

Nesse momento histórico, a população negra era incentivada a se enquadrar socialmente em determinados moldes da branquitude, pois era divulgado que esta seria a única maneira viável de inserir os negros na sociedade. A FNB buscava, desse modo, encontrar maneiras de fazer “um novo negro” para o mundo dos “brancos”.

Segundo Martins (2018, p. 1403):

Vozes que às vezes só reproduzem imagens estereotipadas que circulavam sobre o negro, mas que viam isso como única saída para ao “mundo dos brancos”. Esperava-se, com isso, a ascensão de um “novo negro”, mais “sério, de caráter nobre”. A descrição de algumas passagens do jornal *A Voz da Raça* serve para elaborar um quadro preliminar de como tal veículo midiático funcionou como um importante mecanismo de difusão das ideias e anseios de parcela desse grupo social, assim permitindo estratégias de inserção no seio de uma sociedade preconceituosa.

Em 1936, a FNB criou um partido político negro, o único que se tem notícia até agora. O intuito era disputar as eleições e conseguir eleger negros para os mais diversos cargos políticos. Buscava-se uma representatividade. Entretanto, o partido negro não conseguiu sequer disputar uma eleição, pois naquele mesmo ano de 1936, o Presidente Getúlio Vargas suspendeu as eleições e extinguiu a FNB, juntamente com outros partidos políticos e organizações sociais. Mesmo com a proibição da existência de organizações políticas de grupos do Movimento Negro, esses continuaram a atuar, realizando atividades com múltiplas finalidades e objetivos, como, por exemplo a promoção da cultura negra (grupos musicais, a criação das escolas de samba, grupos religiosos e associações esportivas e culturais) e estes grupos continuaram a dar suporte material, assistencial, espiritual e “político” à população. (CUNHA JUNIOR, 2003).

Uma dessas atividades que mais se destacou foi a criação das escolas de samba e outros grupos carnavalescos que se reuniam não só no carnaval, mas durante todo o ano, dando assistência à população negra e realizando diversas atividades sociais. Contudo, devido à patrulha do governo nesse período, a trajetória da maioria das organizações do Movimento Negro foi pouco documentada, noticiada, ou até mesmo pesquisada, por falta de instrumental teórico, dada a informalidade das organizações negras que surgiram (CUNHA JUNIOR, 2003).

Apesar do seu curto período de existência, a FNB foi, sem dúvida, um importante grupo de organização política do Movimento Negro da época. Ela serviu de inspiração para o surgimento de diversas outras organizações negras com inspirações políticas pelo país e também de incentivo para movimentos negros na América Latina e no Caribe, destacando que toda esta mobilização ocorreu 30 anos antes da luta pelos direitos civis dos negros dos Estados Unidos da América (EUA), que é considerado o grande marco da luta mundial contra o racismo ao povo negro (CUNHA JUNIOR, 2003).

Esta primeira geração dos grupos políticos do Movimentos Negros tinha um posicionamento e um entendimento sobre o racismo compatível com a sociedade em que viviam. Era um tempo em que o debate racial ainda estava iniciando e o acesso ao conhecimento crítico e científico sobre o racismo era escasso. A luta da FNB ocorreu de acordo com o seu tempo e seu lugar.

De acordo com Martuscelli (2021, p. 330):

Considerar isso nos ajuda a evitar anacronismos ao olharmos para o passado: por exemplo, não cobramos de sujeitos de uma sociedade recém-saída da escravidão, o entendimento e o posicionamento sobre a questão racial, que se espera de sujeitos do presente, os quais dispõem de todo um acúmulo de debates, reflexões, produção intelectual, lutas do movimento negro e até mesmo implementação de políticas públicas sobre o tema. No entanto, vale ressaltar que tal consciência do processo histórico também impõe o cuidado de não estabelecermos uma relação mecanicista com a história na qual se acredita na inevitabilidade incondicional dos fatos, a qual muitas vezes acaba servindo para justificar eventuais erros ao invés de propor uma reflexão crítica sobre os mesmos.

Outro acontecimento de destaque de organização com viés mais politizado do movimento social negro, após o desmantelamento da FNB, foi a fundação do grupo do Movimento Negro denominado Teatro Experimental do Negro (TEN), que durou de 1944 a 1968, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Abdias de Nascimento, com a colaboração de Guerreiro Ramos. O TEN surge com projetos de valorização desta

população por meio de sua cultura, sua arte, sua história, e sua beleza física. (GOMES, 2011).

Um de seus projetos era alfabetizar seus primeiros participantes, em sua maioria operários, empregadas domésticas, favelados e trabalhadores braçais. O TEN propunha uma luta contra o racismo nos mais diversos aspectos da vida social como no teatro, sistema educacional, na política, na mídia, na cultura e outros e oferecia à população negra um novo olhar sobre si e sobre a realidade; eles buscavam ver, enxergar e valorizar a importância desta população na história do Brasil (GOMES, 2011).

Segundo Oliveira (2018), as mulheres desempenharam um importante papel na criação do TEN e algumas das que participaram da fundação do TEN foram Arlinda Serafin, Marina Gonçalves e Antonieta.

Arlinda Serafina (Figura 5), por ser empregada doméstica, atuou na luta pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Escreveu e publicou, em um periódico, o texto *Problemas das Empregadas Domésticas*, que abordava os dilemas vividos pelas domésticas tanto em suas vidas profissionais como pessoais.

Figura 5 - Arlinda Serafina

Cortesia Elisa Larkin Nascimento



Arlinda Serafina e Marina Gonçalves, co-fundadoras do TEN, ensaiando o papel da "velha nativa" em *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill, com estréia no Teatro Municipal (RJ), em 1945.

Fonte: Nascimento (2004).

A atriz Marina Gonçalves chegou ao TEN por influência de Arlinda e trabalhou no Teatro Glauce Rocha como roupeira. Quanto à Antonieta, segundo Oliveira (2018), não foram encontrados mais dados ou citações sobre sua trajetória.

De acordo com Oliveira (2013), outra mulher que fez história no TEN foi a atriz Ruth Pinto de Souza (Figura 6) que nasceu no subúrbio carioca, no bairro do Engenho de Dentro e que ainda pequena mudou com a família para uma fazenda em Minas Gerais, local em que viveu até os 9 anos de idade. Com a morte do pai, voltaram a morar no Rio, em uma vila no bairro de Copacabana. Em 1945, ingressou no Teatro Experimental do Negro, abrindo caminho para o artista negro no Brasil, tendo participado, ao lado de outras mulheres negras, do primeiro grupo de teatro negro a subir ao palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro com a peça *O Imperador Jones*, de Eugênio O'Neill.

Segundo Oliveira (2013, p. 20):

A atriz foi empregada doméstica, principal atividade que muitas mulheres negras realizavam nesta época, e ainda hoje é a atividade que agrega o maior número de mulheres afrodescendentes. Uma mudança sensível desta condição ocorreu no teatro muitas destas domésticas tornaram-se atrizes e uma destas chama-se Ruth de Souza.

Figura 6 - Ruth de Souza



Fonte: Benedetti (2021).

Em 1959 a atriz viveu outro momento especial no palco, ao protagonizar a peça *Oração para uma Negra*, de William Faulkner, com Nydia Lícia e Sérgio Cardoso, no Teatro Bela Vista, em São Paulo. Por sua atuação em *Sinhá Moça*, tornou-se em 1954, a primeira atriz brasileira a ser indicada para receber o prêmio internacional Leão de Ouro no festival que ocorreu em Veneza (OLIVEIRA, 2013).

O TEN procurou formar atores e dramaturgos negros e dar acesso à população negra em espaços de cultura e buscava alterar o papel do negro na dramaturgia nacional que, segundo Munanga (2016, p.117), “[...] só entrava no teatro vazio para limpar a sujeira deixada pelo elenco e pela plateia, [...]”, exclusivamente compostos pela branquitude.

Segundo Munanga (2016), os atores negros só eram encontrados na mídia em personagens estereotipados como o moleque bobo, a mãe preta renegada, o pai João submisso, a escrava, a doméstica, dentre outros papéis de subordinação social. A tentativa do TEN era alterar esta exposição negativa, discriminatória, inferiorizante e ridicularizada e ofereceu a oportunidade de atores e atrizes negros/as demonstrarem suas capacidades e seus talentos.

Para Nascimento (2004, p. 221):

Dentro desse objetivo, o TEN propunha-se a combater o racismo que, em nenhum outro aspecto da vida brasileira revela tão ostensivamente sua impostura como no teatro, na televisão e no sistema educativo, verdadeiros bastiões da discriminação racial à moda brasileira. No exterior, a elite brasileira propagandeia uma imagem tão distorcida da nossa realidade étnica, que podemos classificá-la como uma radical deformação.

O TEN também organizou o Comitê Afro-Brasileiro de cunho político que reivindicava medidas específicas para melhorar as condições de vida da população negra. O Comitê era formado basicamente por ativistas do Movimento Negro e por líderes estudantis e buscava participar da construção da democracia após a queda da ditadura do Estado Novo. Inicialmente lutou pela anistia dos presos políticos (negros e brancos) mas, quando foram apresentadas as preocupações específicas da população negra, os líderes estudantis ofereceram resistência ao tema. De acordo com Nascimento (2004), a partir daí, o Comitê passou a sofrer uma patrulha ideológica do Estado, o que levou à sua desarticulação sob o pretexto de que lutar contra o racismo divide a classe operária e que o problema não era racial e sim, social, e que resolvendo a questão social, resolve-se o racismo.

No campo político o TEN organizou a Convenção Nacional do Negro, em São Paulo, em 1945 e no Rio de Janeiro, em 1946, onde fez sua proposta de emenda para a Constituição de 1946. Destaca-se, como principal reivindicação, a criminalização do racismo, colocando-o como crime de lesa-pátria e uma série de outras medidas. Apesar das diversas reivindicações apresentadas aos constituintes, não foi incluída, na Constituição de 1946, alusão direta a respeito do racismo, definindo-o como crime porque limitaram-se a criar uma norma que proibia uma conduta discriminatória no parágrafo 5º, do artigo 121, que “[...] ao tratar da liberdade de manifestação do pensamento, dizia não ser tolerada propaganda de preconceitos de raça ou classe” (BRASIL, 1946).

Em 1950 um projeto de lei referente ao combate ao racismo foi elaborado e apresentado na Câmara dos Deputados, fato que precipitou a criação desta lei, um episódio de discriminação racial ocorrido contra Katherine Dunham (Figura 7) que era uma dançarina negra norte-americana de fama internacional. Em visita ao país, fez uma reserva antecipada em um hotel de São Paulo e, ao chegar ao hotel, teve sua hospedagem negada supostamente por sua cor. A artista denunciou o caso, provocando uma repercussão negativa a respeito do Brasil na imprensa internacional (GOMES, 2016).

Figura 7 - Katherine Dunham



Fonte: KDCAH (2020).

Com a divulgação do caso, foram organizados protestos por parte de grupos do Movimento Negro, com o apoio da imprensa brasileira e de determinados setores da sociedade civil. Em decorrência da notoriedade do fato nos meios de comunicação, o governo, preocupado em manter uma visão positiva do país no exterior, com relação às relações étnico-raciais, por meio de um deputado, às pressas, o projeto da Lei Afonso Arinos foi redigido e aprovado, em menos de um mês, em julho de 1950, pela Câmara dos Deputados. A lei foi aprovada pelo Senado aproximadamente um ano depois. Na visão de Campos (2016), esta Lei foi fruto da luta da população negra e veio concretizar uma reivindicação apresentada, e negada, na Constituição de 1946.

De acordo com a Lei 1390, de 3 de julho de 1951:

EU, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta, e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial, ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor. (BRASIL, 1951).

Segundo Campos (2016, p. 39):

Vista da perspectiva da evolução legislativa brasileira quanto à criminalização do racismo e da discriminação racial, a Lei Afonso Arinos aparece como desdobramento de um processo iniciado por ocasião dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que redigiu a Constituição de 1946. No texto constitucional não havia nenhum dispositivo fazendo alusão direta ao racismo, ou definindo-o como prática criminosa, mas tão somente uma norma que proibia uma conduta discriminatória: o parágrafo 5º do artigo 121, ao tratar da liberdade de manifestação do pensamento, dizia não ser tolerada propaganda de preconceitos de raça ou de classe.

Outro evento de destaque realizado pelo TEN foi o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, no Rio de Janeiro que promoveu concursos de beleza negra, masculino e feminino, buscando levantar a autoestima e realçar a beleza negra. Era uma tentativa de educar o gosto estético popular, que legitimava somente os padrões de beleza da população branca. Segundo Nascimento (2004 p. 223), “[...] o TEN militava em várias questões como a denúncia, e o apoio psicológico” para a os negros para que pudessem superar questões emocionais, sentimento de inferioridade e situações desagradáveis a que eram submetidos.

Em 1964, ocorre no Brasil o golpe cívico militar que impôs censura e a patrulha ideológica à população. As militâncias políticas sofreram perseguição do governo e o

TEN, em 1968, ao lançar no Museu da Imagem e do som, a primeira coleção de arte Negra, foi forçado a fechar as portas, encerrar seus projetos e mudar a forma de lutar. Seu fundador Abdias do Nascimento foi exilado e, do exílio, continuou sua luta e passou a denunciar o racismo brasileiro, desfazendo, assim, a ideia de que o Brasil era um país em que reinava a democracia racial (NASCIMENTO, 2004).

### **3.2 A geração dos anos de 1950 patrocinada pela UNESCO: os problemas étnicos emergentes na sociedade brasileira e os possíveis conflitos raciais daí decorrentes**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que havia sido criada logo após a Segunda Guerra Mundial, patrocinou, no início dos anos de 1950, um projeto de estudos sobre as relações raciais no Brasil. O objetivo era determinar quais fatores positivos e negativos ocorriam em virtude das relações entre raças e grupos étnicos brasileiros, pois, neste pós-guerra, ainda sob impacto do genocídio causado pelos nazistas, havia uma preocupação em combater o racismo. Esperava-se encontrar uma sociedade que servisse como modelo para os países que sofriam com problemas de intolerância racial, supondo-se que esse país-modelo seria o Brasil

Tauil (2014, p. 16) salienta que:

O trabalho de Florestan Fernandes sobre a temática tomou rumos inesperados, desvencilhando-se da proposta inicial anunciada com o Projeto – a busca da confirmação do paradigma das relações raciais harmoniosas no Brasil. No trabalho, não só o “mito da democracia racial” foi desmistificado, mas também ficou claro como - através do modo qual foi operada a desintegração da sociedade escravagista no Brasil – foi obstada aos negros ex-escravos a integração na ordem competitiva que se formava.

O projeto da Unesco foi um marco nas pesquisas sobre as relações sociais no Brasil e nas Ciências Sociais de forma geral. Apesar dos seus resultados terem decepcionado as expectativas, foi revelado que o preconceito racial era persistente no Brasil e que não era verdade a imagem de que o país era um “paraíso racial”. Este projeto conseguiu demonstrar, de uma forma mais complexa, a realidade da população negra no cenário racial brasileiro (HENRIGER, 2002).

Até aquele momento o Brasil tinha no exterior uma imagem positiva das relações raciais e acreditava-se que as relações eram benevolentes, quando

comparadas aos regimes de segregação que ocorriam nos Estados Unidos e na África do Sul. Participaram da pesquisa da UNESCO os pesquisadores Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros. Este projeto foi um inventário do preconceito e da discriminação racial, revelando o ponto de vista dos intelectuais brasileiros (MAIO, 2014).

Já os primeiros depoimentos de pessoas negras, em relação às suas vidas cotidianas, proclamavam e confirmavam a existência do preconceito e do racismo, só por serem homens e mulheres negras. O pesquisador Florestan Fernandes assumiu a tarefa de analisar a posição econômica dos negros na história de São Paulo e reconstituiu, historicamente, o papel do negro e do índio escravizados no período colonial, e as mudanças étnicas da população em relação à transição do colonialismo para o capitalismo (MAIO, 2014).

No projeto, Florestan deixou claro o modo em que ocorreu a desintegração do trabalho escravizado para o trabalho assalariado e como a sociedade escravocrata passou a ser a sociedade capitalista. A pesquisa revelou que a passagem de escravizado para homens livres foi um processo penoso, pois a elevação à “cidadão” restringiu-se apenas ao estatuto legal. Segundo Maio (2014), esta população não recebeu nenhuma medida compensatória e passaram a viver em condições degradantes às margens do desenvolvimento comercial e industrial das metrópoles, limitados aos trabalhos braçais, domésticos e de baixa remuneração, nas décadas seguintes à abolição.

Segundo Taui, (2014, p.15):

Deste modo, Fernandes propõe um ajuste referente ao modo pelo qual a sociedade escravocrata foi sendo substituída - sem nenhuma intervenção por parte do Estado ou das elites econômicas - pela ordem social capitalista, resultando em uma sociedade “desenvolvida” do ponto de vista econômico; porém, atrasada do ponto de vista da sociedade e da mentalidade política que a compunha.

Florestan observou que foi somente a partir da década de 1930, principalmente na construção civil, que os negros começaram a ter novas oportunidades de salário e trabalho, surgindo até mesmo uma pequena classe média negra. Entretanto, as funções de liderança ou as que atendiam diretamente o público como, por exemplo, em bancos e comércios, somente eram ocupados por pessoas brancas. Segundo

Maio (2014), os papéis sociais privilegiados eram vedados aos negros e mulatos. A cor da pele era um símbolo da posição social do indivíduo e servia de justificativa e racionalização para legitimar a espoliação dos brancos sobre os negros.

Uma parcela da população negra que estava profissionalizada e qualificada tinha muita dificuldade em obter postos de trabalho compatíveis com sua formação. Eles começaram, então, a buscar por uma organização política dos negros, para alterar esta situação. Nesse período, o pesquisador Florestan observou o surgimento de organizações políticas de grupos do movimento negro como um elemento positivo que configurava a luta por uma nova ordem social que era canalizada pela revolta da população negra, pelo resgate da autoestima e a viabilização da luta por seus interesses. Foi o início de uma mudança na mentalidade e nas aspirações de parte da população negra que passou, por exemplo, a valorizar a educação formal. Florestan acreditava que uma sociedade moderna competitiva, aberta, igualitária surgiria neste momento, após séculos de escravização do negro, e que esta sociedade moderna seria incompatível com o racismo (MAIO, 2014).

Nesse ínterim, ocorria uma ascensão social de negros e mestiços, mas eram casos isolados que não alteravam a posição recíproca destes grupos étnicos na estrutura social. Estes casos isolados eram utilizados pela elite social e econômica para reforçar a ideia da meritocracia que afirmava que todos tinham as mesmas oportunidades e que a ascensão dependia do esforço individual de cada indivíduo. Hoje ainda nos deparamos, por vezes, com pessoas negras ou brancas que têm este mesmo pensamento, acreditando na meritocracia, ao afirmar que o sucesso depende unicamente do esforço pessoal de cada um, ignorando as condições desfavoráveis e a falta de oportunidade da população negra. Esta visão simplista causa em muitos negros um sentimento de frustração, pois, por mais que se esforcem, não alcançam o sucesso e não serão bem aceitos em determinados ambientes.

De acordo com Maio (2014, p. 19):

O fim da ordem social escravocrata em São Paulo não provocou alterações significativas nas posições sociais de brancos, negros e pardos em função, entre outros aspectos: 1) da importância secundária da força de trabalho negra nos primórdios do capitalismo urbano industrial em comparação com o passado escravocrata, devido à competição com os imigrantes; 2) da fixação dos negros em atividades sociais mal remuneradas, que não contribuíram para a melhoria de seu padrão de vida nem para o aumento de seu reconhecimento social.

O preconceito racial ajudou a preservar a integridade social das camadas mais

elevadas economicamente da população branca que se opunham a aceitar uniões inter-raciais entre seus membros. A miscigenação, ou “clareamento”, era aceita e até mesmo incentivada para os pobres, mas miscigenação entre os membros da elite social e econômica era vista como degradação desta família. Nos relatos de Florestan, a miscigenação ocorreu predominantemente entre as camadas mais pobres da população. Os mestiços e pardos passaram a ser vistos como diferentes “categorias raciais”. Quanto mais clara sua pele, havia mais possibilidades de ascensão social. (MAIO, 2014).

Os mestiços que em alguns casos conseguiam uma certa ascensão, normalmente passavam a servir e a incorporar os valores e costumes da classe dominante, negando suas raízes. Assim, esta sociedade capitalista fomentava a divisão entre a população negra. Os negros, os mestiços e pardos não se enxergavam como pessoas pertencentes ao mesmo grupo étnico e social. Até mesmo no âmbito familiar e doméstico havia tensões e atitudes negativas relacionadas à cor da pele de seus membros, surgindo “divisões” e eufemismos como: os quase brancos, os mais claros, os mais escuros, os “morenos”, entre outros. (MAIO, 2014).

De acordo com Souza (2021, p. 54), “[...] racismo é precisamente esse processo de tornar inarticulado o mundo moral compartilhado coletivamente de modo a manipular o sofrimento social para jogar os oprimidos uns contra os outros e convencer as vítimas da própria inferioridade.”

### **3.3 A geração de 1970 e uma nova linha de interpretação sobre o lugar das relações raciais na compreensão das desigualdades**

Grupos do Movimento Negro, com viés político, ressurgem na década de 1970, após um período de fortes pressões políticas, e adotam um discurso radical e contestador. Alguns autores afirmam que estes grupos do Movimento Negro decorreram da ascensão econômica e cultural de pequenos grupos de negros operários, negros universitários, negros funcionários públicos, entre outros. Eles surgem com o desejo de criar no Brasil uma nova consciência. Vale lembrar que este foi um período histórico marcado pelas lutas das colônias africanas para se libertarem dos colonizadores e pelas lutas dos negros pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos (GOMES, 2011).

Os grupos do Movimento Negro que surgiram na década de 1970 denunciavam a imagem negativa do negro até então apresentada pela sociedade brasileira e assumem, e enaltecem, a história de seus ancestrais, resgatando a identidade do negro, sujeito de sua história e de sua cultura. Esta nova consciência buscava a valorização dos elementos negros na cultura, filosofia e religiões de matriz africana. Eles faziam contestações à historiografia oficial estudada até aquele momento e que passou a ser contestada e negada. As organizações do Movimento Negro se apresentaram com os principais objetivos de valorização da cultura negra e melhoria das condições socioeconômicas desta parte da população.

De acordo com Jaccoud (2009, p. 25, grifos da autora):

O termo “negro” é resgatado e dotado de nova significação: “Negro tornou-se uma palavra de ordem, de reconstrução da dignidade, de desenvolvimento da auto-estima. Transformamos desqualificação na qualificação maior de nossa identidade”. De fato, o tema da identidade assume grande importância no processo de reorganização do movimento negro. A denúncia do racismo vinha associada à demanda por respeito à cultura dos descendentes de africanos e da afirmação de sua identidade específica.

Mesmo estando ainda em período de ditadura civil militar, sob patrulha de órgãos do governo, grupos reuniam-se estrategicamente, de modo informal, em várias partes do país para discutir temas relacionados às questões raciais. Um destes agrupamentos se reunia no Viaduto do Chá, na cidade de São Paulo, às sextas-feiras. Alguns pesquisadores afirmam que era um movimento com viés político, ao passo que para outros seu objetivo era estritamente cultural, espontâneo, sem lideranças, onde eram trocadas informações sobre bailes, festas e passeios, chegando a reunir de dois a três mil negros por encontro (GOMES, 2011).

Em Porto Alegre/RS, outro grupo de destaque foi o de teatro chamado Palmares que, em 1971, já propunha a comemoração do dia da consciência negra em 20 de novembro. Outros grupos aderiram a esta ideia, sendo iniciada uma campanha para propagação deste dia por todo o país. Inicialmente, houve uma grande resistência de uma parte conservadora de grupos do Movimento Negro porque entendia-se que tradicionalmente o dia de referência para as comemorações da população negra era 13 de maio. Consideravam que este dia deveria ser dedicado às homenagens à Princesa Isabel, dando-lhe uma aura de redentora, a heroína do povo negro em detrimento à luta dos escravizados por liberdade e os sofrimentos causados pela escravização (GOMES, 2011).

A mídia que pertencia à elite econômica brasileira reforçava esta visão conservadora de comemoração no dia 13 de maio e produzia reportagens exaltando a “redentora” e os livros didáticos também traziam esta mesma visão. Na mídia, as matérias sobre relações étnico-raciais ou não eram produzidas, ou eram censuradas. Havia a intenção clara de ocultar as lutas do povo negro por liberdade e tentava-se colocar no imaginário nacional a ideia que a Abolição foi um “presente” dado aos negros. Mesmo em um terreno inóspito, esse grupo do Movimento Negro conseguiu agregar um número considerável de grupos e transformaram o dia da morte de Zumbi dos Palmares em um dia de conscientização e, com o passar dos anos, ele foi sendo relativamente aceito (CUNHA JUNIOR, 2003).

Mesmo sem contar com a adesão de determinados grupos, foi fundado nesse período o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação (MNUCD), que se tornou um importante marco na história dos grupos do Movimento Negro, pois sintetizou as principais propostas de combate ao racismo na década de 1970. O movimento se reproduziu em vários estados e realizou expressivas ações políticas na área junto aos sindicatos e partidos políticos de esquerda (CUNHA JUNIOR, 2003).

Uma das fundadoras do MNUCD foi a ativista negra Leila Gonzales (Figura 8), uma protagonista do movimento de lutas das mulheres negras. Ela era graduada em História, Geografia e Filosofia e inicialmente foi professora de colégios de ensino médio e, posteriormente, em universidades. Como liderança negra, dentro e fora do movimento, teve suas ideias expostas em jornais destinados à população negra e em periódicos de grande circulação (GARRIDO, 2018).

Figura 8 - Leila Gonzales



Fonte: Loureiro (2020):

Ela foi atuante em diversas entidades negras, sendo reconhecida nacional e internacionalmente, tendo palestrado em inúmeras instituições. Participou do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, órgão submetido ao Ministério da Justiça. Este órgão teria originalmente o poder de promover políticas de eliminação da discriminação das mulheres e articular discussões sobre a elaboração da constituição.

Segundo Garrido (2018, p. 441):

Atuante em diferentes entidades negras desde a década de 1970, acadêmica reconhecida nacional e internacionalmente, nas décadas de 1980 e 1990 palestrou em inúmeras instituições de ensino estadunidenses e africanas, por suas reflexões sobre a questão racial brasileira e inserida nos espaços da política partidária, Lélia Gonzalez representava um nome de extrema relevância para representar as demandas do segmento negro da população junto aos deputados e senadores constituintes.

Durante a elaboração da Constituinte de 1988, Leila Gonzales representava um nome de relevância para apresentar as demandas do Movimento Negro junto aos deputados e senadores constituintes. Na Assembleia Constituinte, deve-se considerar que a credibilidade erigida pela trajetória e argumentação dos militantes do Movimento Negro, a exemplo de Leila Gonzalez, garantiram ganhos significativos, além de dar visibilidade à mulher negra e às demandas do Movimento Negro (GARRIDO, 2018).

### 3.4 A reorganização do Movimento Social Negro em plena Ditadura Civil Militar

No ano de 1967, o governo civil militar (1965-1985) editou a Lei de Segurança Nacional que tipificava como crime incitar publicamente a discriminação racial e o ódio, proibindo a veiculação deste tema, o que fez aumentar a pressão sobre os movimentos sociais, em especial nos movimentos antirracistas. Os órgãos repressivos deste governo acusaram os ativistas negros de incitar, no Brasil, conflitos raciais, como estavam ocorrendo em outros países, e de difundir a propaganda marxista.

Segundo Barbosa (2018, p. 100):

De certa forma, quanto mais a ditadura militar apertava o cerco, mais o Movimento Social Negro se articulava. No ano de 1975, surgiu a Fundação da Federação das Entidades Afrobrasileiras do Estado de São Paulo- SP e o Jornal Versus Seção Afro-Latino-América (12ª à 24ª edição). No lançamento da secção do Afro-Latino-América (n.11, Jornal Versus), a jornalista e educadora Neusa Maria Pereira, escreveu o contundente manifesto em defesa da dignidade das mulheres negras em uma sociedade racista.

No entanto, mesmo com a repressão, grupos do Movimento Negro continuaram a sua luta e, em 1969, foi criada a Fundação do Centro de Estudos Africanos na Universidade de São Paulo (USP), na qual o jornalista, sociólogo, escritor e historiador Clóvis Moura realizava pesquisas sobre as questões sociais dos negros e organizava palestras. A partir deste período, iniciou-se a chamada “época de ouro” dos grupos dos movimentos negros e a primavera de maio do movimento”. Os pilares dos grupos do Movimento Negro nos anos de 1970 foram: a denúncia do racismo e da discriminação e a valorização da cultura negra no Brasil (BARBOSA, 2018).

Houve também a formação de inúmeros grupos de teatro e dança, além da procura pela afirmação de uma literatura de expressão negra, como por exemplo: Instituto das Culturas Negras, no Rio Janeiro; o grupo André Rebouças, em Niterói (que criou um trabalho junto às universidades); o Centro de Arte e Cultura Negra, em São Paulo; e o grupo Ilê Aye, em Salvador. Os Grupos do Movimento Negro foram importantes divulgadores de informações sobre a África, a cultura e a estética negra, o combate ao racismo e atuação na educação (CUNHA JUNIOR, 2003). Segundo Cunha Junior (2003), com o intuito de criar uma unidade teórica e prática entre os grupos, em 1974 e 1976 foram organizados dois encontros entre os grupos de São Paulo e Rio de Janeiro. Os grupos do movimento viam a unidade como uma necessidade política frente à ditadura civil militar. Em 1976 houve uma primeira

tentativa de unificação em São Paulo com a criação da Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo, que reunia escolas de samba, clubes recreativos, grupos de teatro, entre outros.

De acordo com Cunha Junior (2003), milhares de pessoas se reuniram em um ato público de protesto em 07 de junho de 1978, no viaduto do Chá, próximo ao Teatro Municipal em São Paulo, articulado em protesto pela polícia ter assassinado o operário negro Robson Silveira da Luz, e pela forma discriminatória com que eram tratados os atletas negros no Clube Tietê. Após o ato, passaram a acontecer reuniões entre diversos grupos do Movimento Negro, iniciando, assim, uma tentativa de criar um movimento unificado contra a discriminação racial. Este protesto foi um marco por ter conseguido unir, em um único evento, representantes negros ditos de direita e de esquerda, além de vários outros grupos externos.

Houve esforços de unificação dos diversos grupos do Movimento Negro que participaram deste ato; porém, não foi possível conciliar os anseios de todos para que se unissem em torno de um mesmo movimento, pois alguns grupos tinham divergências políticas aparentemente inconciliáveis como os grupos de esquerda e grupos de direita. A exemplo, participaram do ato grupos negros de conservadores de direita em cujas lideranças havia pessoas filiadas ao Partido Político da Ditadura Militar Aliança Renovação Nacional (ARENA) e grupos em que alguns de seus membros estudaram na Escola Superior de Guerra e receberam uma formação militar conservadora e tradicional, não concordando com ideias mais liberais (CUNHA JUNIOR, 2003).

Também participaram do ato grupos negros de esquerda e, entre eles, havia membros radicais que não aderiram ao movimento alegando que, em um primeiro momento, a palavra negro deveria constar na sigla do movimento. Também não concordavam com a participação de um grupo denominado Convergência Socialista que alegavam ser compostos por universitários brancos marxistas sem nenhuma conexão com as ideias do Movimento Negro. Entretanto, mesmo com a aceitação da inclusão da palavra negro na sigla, e o afastamento da Convergência Socialista, não aderiram ao movimento. Os interesses políticos e ideológicos de alguns grupos negros sobressaíram à questão principal: a luta contra o racismo (CUNHA JUNIOR, 2003).

Mesmo não conseguindo a desejada unidade, este ato de protesto de 1978 lançou sementes que surgiam e se reproduziam nos sindicatos e partidos políticos de esquerda, suscitando a necessidade de se discutir uma pauta única antirracista. O

período compreendido entre 1970 e 1978 marcou as comemorações dos 90 anos da abolição, com diversas manifestações de protesto nas ruas contra a ditadura, o mito da democracia racial e a violência policial.

Cunha Junior (2003, p. 52) destaca que

O ato foi realizado em 7 de julho de 1978. A proposta, em caráter amplo, de um movimento unificado contra a discriminação racial surge nas reuniões que se seguiram à realização do ato e redundou na formação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Mas, a unidade pretendida fracassou.

Destacamos que o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial durante o ato de protesto do dia 07 de julho de 1978 em assembleia realizada nas escadarias do Teatro Municipal, aprovou o dia da Consciência Negra e lançou um manifesto contra o racismo. O dia 20 de novembro passou a ser dia da Consciência Negra, ou melhor dizendo, o dia de divulgar a verdadeira história do povo negro e suas lutas contra o racismo. Já o Manifesto Nacional Contra a Discriminação Racial foi um documento que fomentou a mobilização da população negra, influenciando a criação de outros grupos que protestaram contra o racismo.

Conforme Barbosa (2018, p.101):

Desta sorte, assistimos em 1980, a criação da Fundação do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiro - IPEAFRO-SP5, em 1981, à Fundação do Grupo União e Consciência Negra do Brasil – RJ; em 1982, ao III Congresso de Cultura Negra das Américas, na Pontifícia Universidade Católica/ SP; em 1983, à Fundação dos Agentes de Pastoral Negros no Brasil – APNs – SP; ainda em 1983, ao I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferias – RJ, que reuniu mulheres negras do movimento de favelas, Movimento de Mulheres e do Movimento Negro, o que estimulou a presença da mulher negra na direção das organizações negras de caráter popular; no mesmo ano de 1983, vimos também a Fundação do Coletivo de Mulheres Negras do Estado de São Paulo.

Nesse período, surgiram organizações importantes que permanecem até hoje, como a Fundação da União pela Igualdade (UNEGRO), a Fundação do Geledés, o Instituto da Mulher Negra (SP) e, em 1984, o Conselho de Participação de Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo. Os grupos políticos do Movimento Negro passaram a ser vistos como força política, o que colaborou para sua institucionalização gerando internamente vários debates e reflexões entre os ativistas que se encontraram no dilema de avançar ou conciliar (BARBOSA, 2018).

### **3.5 A inserção institucional dos estudos étnico-raciais e os caminhos para a Constituição de 1988**

Com o fim do regime cívico militar, em 1985, a sociedade brasileira iniciou um processo de redemocratização. À medida que este processo avançava, vários movimentos sociais se organizaram, ou se reorganizaram, em torno de demandas identitárias solicitando espaço e participação na construção de uma nova sociedade civil, onde houvesse mais justiça social. Nesse momento, as estruturas e instituições públicas aparentaram estar mais sensíveis a ouvir as reivindicações da sociedade civil. Concomitantemente, sob o prisma de uma sociedade civil organizada, surgem diversos debates acerca da garantia de direitos sociais e individuais que levaram à elaboração da Constituição Federal de 1988. Para tal elaboração, foram realizadas eleições para escolher os integrantes da Assembleia Nacional Constituinte. O Movimento Negro organizado em todo Brasil em sua luta contra o racismo se faz um dos protagonistas da construção da Constituição Federal de 1988. Mesmo com poucos parlamentares negros eleitos, eles apresentaram demandas históricas da população negra e pleitearam direitos. (GUALBERTO,2019).

Em preparação para participar da assembleia constituinte, grupos do Movimento Negro, na segunda metade da década de 1980, organizaram encontros municipais e estaduais com o objetivo de discutir estratégias para sua participação na elaboração da Constituição Federal. O primeiro encontro estadual ocorreu em Minas Gerais, em 1985, e diversas ações se prolongaram por todo o ano, culminando na criação de um documento que sintetizava as reivindicações de todos os encontros. Segundo Gomes (2018, p. 930):

Negras e negros organizados politicamente no Brasil sempre reconheceram que a luta contra o racismo não poderia acontecer separada da luta pela democracia. Por isso, no processo de retomada democrática dos anos de 1980 do século XX, o Movimento Negro foi um protagonista importante na construção da CF/88. Os poucos parlamentares negros eleitos foram personagens fundamentais na construção de alianças políticas para que demandas históricas pleiteadas pela população negra após a abolição e o advento da República se tornassem direitos e induzissem a políticas públicas

Um grande encontro em Brasília denominado Convenção Nacional do Negro ocorreu em em 1986 e nele foi discutido o tema do “Negro e a Constituinte” e dele saíram propostas e demandas a serem incorporadas à Constituição Federal de 1988.

As demandas principais versavam sobre política do respeito, a reconstrução das narrativas do negro na história do Brasil, a luta contra o mito da teoria racial ou democracia racial, a proteção aos remanescentes de quilombos, o combate ao racismo, o combate à violência policial, a defesa dos direitos humanos, as políticas afirmativas no âmbito da proteção a educação, o direito aos cultos de religiosidade de matriz africana e os estudos de cultura africana e afro-brasileiras (GOMES, 2011).

As reivindicações do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) sofreram resistência e oposição de alguns setores de partidos progressistas que alegavam que a questão do racismo estaria resolvida com a integração do negro à sociedade de classes chegaram até a afirmar que no Brasil havia uma democracia racial e que não havia racismo mas, sim, preconceito de classe. Uma outra vertente de oposição ao Movimento Negro foi do grupo dos democratas que, mesmo manifestando uma visão equivocada sobre o marxismo, não consideravam as questões raciais um status teórico e político de extrema importância de ação afirmativa para a população negra. Alegavam que as questões raciais causariam uma divisão da luta da classe operária (GOMES, 2018).

O texto encaminhado pelo movimento e apresentado na ANC passou pelo crivo de outras comissões e instâncias e sofreu diversos ataques de grupos com interesses contrários que forjaram diversos impasses e disputas. Entenda-se por estes grupos contrários como os representantes da elite branca e racista. Esses setores conservadores procuravam manter seus privilégios e dos seus representados, causando uma profunda pressão contrária, principalmente nas questões relacionadas ao reconhecimento do direito à terra dos índios e dos remanescentes de quilombos no território nacional (GOMES, 2011).

Foi necessário que os representantes do Movimento Negro usassem estratégias de negociação, cedessem em determinados pontos, subtraíssem determinadas demandas e deslocassem outras. As conquistas do Movimento Negro foram conseguidas somente após muitas negociações

Segundo Gualberto (2019, p. 8):

Os temas mais polêmicos foram duramente atacados pelos setores mais conservadores. Quanto aos temas mais polêmicos, destaco aqui principalmente as questões referentes à propriedade e reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas. Os tensionamentos foram tão profundos, a ponto de os defensores das causas verem suas negociações e futuras conquistas ameaçadas.

Na assembleia a temática racial foi reduzida a uma subcomissão que tratava das questões referentes aos negros, aos indígenas, às pessoas com deficiência e às minorias. Esta subcomissão integrava a Comissão Temática “Da Ordem Social” e a amplitude das temáticas desta subcomissão acabou restringindo a discussão racial. O pouco espaço dado a esta temática refletia a pouca importância atribuída ao tema na Assembleia Nacional Constituinte. Enfrentando dificuldade e com um espaço limitado, os representantes do Movimento Negro apresentaram suas propostas e acompanharam os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, conseguindo a aprovação de um anteprojeto que tinha proximidade com as propostas apresentadas. Entre os representantes da comunidade negra que desempenharam um importante papel como parlamentares, podemos destacar: Benedita da Silva (Deputada Federal pelo PT do Rio de Janeiro 1987-1995); Carlos Cáo (Deputado Federal pelo Partido Democrático Brasileiro - PDT do Rio de Janeiro 1982-1990); Edmilson Valentim (Deputado Federal pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB do Rio de Janeiro 1987-1991); e Paulo Paim (Deputado Federal pelo PT do Rio Grande do Sul 1987-2003).

Gomes (2018, p. 934) aponta que:

As notas taquigráficas registram aquelas pessoas/representantes que fizeram uso do direito de voz durante as discussões e, dessa forma, os nomes a seguir não dizem respeito ao todo. Foram registrados: Lélia Gonzáles, Helena Teodoro e Maria da Graça dos Santos, do Movimento Negro Unificado (MNU); Murilo Ferreira, da Fundação Afro-brasileira de Recife; Lígia Garcia Melo, do Centro de Estudos Afro-brasileiros; Orlando Costa, do Instituto Nacional Afro-brasileiro (INABRA); Januário Garcia, Mauro Pare, Professor Lauro Lima, Professor Paulo Roberto Moura, Natalino Cavalcanti de Melo e Raimundo Gonçalves dos Santos, do Núcleo Cultural de Girocan da Bahia; Lino de Almeida, do Conselho de Entidades Negras da Bahia; Marcília Campos Domingos, do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB); B. de Paiva, do Teatro Experimental do Negro (TEN); Hugo Ferreira e Ricardo Dias, do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo; e João do Pulo Carlos de Oliveira, Joel Rufino e Gilberto Gil. É importante ressaltar que, entre 1983 e 1987, Abdias do Nascimento se tornou o primeiro congressista, como deputado federal, a defender explicitamente no Congresso temas e direitos pertinentes à equidade étnico-racial.

Segundo Gomes (2018), o Movimento Negro obteve duas importantes conquistas na Constituição Federal de 1988. A primeira delas foi a criminalização do racismo e a segunda, o reconhecimento do direito à terra das comunidades quilombolas. A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagra às comunidades de quilombolas o

direito à propriedade de suas terras, expresso textualmente no artigo 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado demitir-lhes os títulos respectivos”.

Fica estabelecido na Constituição Federal de 1988 que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. (BRASIL, 1988).

Entretanto, mesmo com a lei da criminalização do racismo, na prática os atos racistas continuam, na maioria dos casos, impunes ou as penas aplicadas são muito brandas. Outras formas de racismo foram ignoradas na assembleia ou deixadas de lado. Permanecendo impunes são diversas as formas de racismo que ocorrem no nosso país como o racismo que ocorre na mídia, nas instituições públicas e/ou privadas, nos materiais didáticos, no sistema educacional, no sistema judiciário, entre outras. Enfim, aquelas formas de racismo às quais normalmente entendemos como racismo estrutural (GOMES, 2018).

A Constituição Federal de 1988, mesmo com suas limitações, é um importante instrumento no enfrentamento das desigualdades sociais. A atuação do Movimento Negro na assembleia constituinte fomentou a construção de estratégias de atuação do movimento. Após o término da assembleia, os membros do movimento continuaram politicamente solicitando emendas parlamentares que tratavam dos direitos da população negra. Os parlamentares negros e seus aliados políticos continuaram a se organizar para influir também no conteúdo das legislações e decretos que iriam orientar as políticas educacionais brasileiras.

Destacamos algumas, conforme Gomes (2018):

- A Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana na educação básica (BRASIL, 2003). Esta lei teve como um de seus objetivos o reconhecimento e a valorização das características multiculturais que existem no país, interrompendo a matriz educacional brasileira que era orientada pelo eurocentrismo,

etnocentrismo e pela homogeneização social.

- O Decreto nº 4.887/03 que regulamenta a posse das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas; e a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- A Lei nº 11.645/2008 obrigou os currículos escolares a abordar a história do povo indígena e do povo negro, tanto na África como no Brasil. Nessa abordagem, deveriam ser valorizadas a cultura e a identidade destes povos e ser apresentado o papel que tais povos tiveram enquanto sujeitos ativos na construção do Brasil. Houve, também, a reivindicação de abordar na educação escolar o impacto que o racismo e a discriminação causaram na mobilidade social da população negra. No entanto, tal reivindicação não foi bem aceita por muitos parlamentares (BRASIL, 2008a).
- A Lei nº 12.711/12 e Lei nº 12.990/14 que institui cotas sociorraciais nas Instituições de Ensino Superior e cotas raciais nos concursos públicos, respectivamente; e a Resolução Nacional de Educação Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 08/2012.
- O Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que dá as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre outras.

As conquistas obtidas na educação tiveram desdobramentos nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Porém, vale ressaltar que a educação é uma das diversas áreas em que a luta contra o racismo deve ser travada por estar presente em toda a sociedade e se apresentar em diversas situações. Entretanto, combater o racismo deve perpassar toda a sociedade e não somente um ou outro segmento como, por exemplo, só na escola.

A escola é, sem dúvida, o local onde são transmitidos e reforçados, estereótipos, conceitos e conhecimentos científicos, sempre de acordo com os interesses da sociedade a que ela serve. Portanto, há que se pensar, e refletir, como alcançar um ensino mais inclusivo e antirracista.

A educação brasileira por si só enfrenta dificuldades e limitações, como a formação inicial e continuada de docentes, muitas vezes insuficiente, e/ou inexistente,

sobre esta temática etnico racial, entre outras dificuldades. Muitas vezes não é oferecida capacitação nas escolas e os professores que se interessam devem adquirir formação por conta própria. Outro fator é o “engessamento” dos currículos que inviabiliza a flexibilização na aplicação de determinados temas e faz com que o docente tenha que cumprir o currículo, não havendo espaço para aprofundamento em determinados temas. (SILVA, 2021)

Outro problema existente na educação brasileira é a evasão escolar e o analfabetismo. Segundo o IBGE (2021), na população de 50 milhões jovens entre 14 e 29 anos, dez milhões não terminaram alguma das etapas da educação básica e o número de analfabetos, na população total, chega a 11 milhões de pessoas. Ainda existem pessoas que já concluíram a educação básica, antes da aprovação destas leis, portanto, não se beneficiaram delas.

Dessa forma, não se deve colocar somente na educação a solução do racismo, o que seria simplificar uma questão complexa, profunda e estrutural da sociedade. O combate ao racismo, nas instituições de ensino, sinaliza, sim, um dos caminhos a serem percorridos. Vale destacar que a luta contra o racismo dos mais diversos grupos do Movimento Negro deram respaldo para a criação e aplicação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial e as Ações Afirmativas que serão estudadas na próxima seção.

## **4 A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

Nesta seção, abordaremos diversas lutas enfrentadas por grupos do Movimento Social Negro junto aos movimentos sindicais e ONGs, para obter dos governos a criação e efetivação de Ações Afirmativas. Veremos que para atender à pressão do Movimento Negro, o governo foi obrigado a reconhecer oficialmente a existência do racismo no país, fato que levou à criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da população negra que era ligado ao Ministério da Justiça. Demonstraremos como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001 em Durban, ajudou a entender e mapear formas de racismo. Relataremos como foi a criação e atuação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), que buscava acompanhar e coordenar políticas antirracismo nos diversos ministérios e nos outros órgãos do governo. Versaremos sobre a criação e aprovação da Lei nº 10639/2003 que determina a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do ensino fundamental e médio. E, por último, a criação, por incentivo do governo, das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) realizadas nos anos de 2005; 2009; 2013; e 2018, para dar uma aparente legitimidade representativa à população negra.

### **4.1 O Movimento Social Negro e as Lutas Pelas Ações Afirmativas**

O Movimento Negro na década de 1990 conseguiu incluir suas reivindicações históricas contra o racismo nas pautas de sindicatos e centrais sindicais, o que refletiu numa organização de cursos, seminários e diversas publicações sobre o tema. Com a mobilização junto aos movimentos sindicais, foi possível inclusive a criação de órgãos específicos nestes sindicatos que discutiam sobre o tema (JACCOUD, 2009).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, criou uma Comissão Nacional contra a discriminação racial. Outras Organizações Não Governamentais-ONGs passaram a discutir as questões raciais. Outro fato importante nesse período foi a mobilização de diversas entidades da sociedade civil e celebridades do meio artístico como atores, atrizes, cantores/as e intelectualidade do mundo acadêmico em torno da campanha “*Não deixe sua cor passar em branco*”. Esta campanha visava

mobilizar a comunidade negra a se autodeclarar como preto ou pardo no senso de 1991. Esta mobilização foi importante, pois permitiu um reconhecimento numérico e, conseqüentemente, a dimensão política em termos do número de votos da população negra (JACCOUD, 2009).

Esta mobilização entre grupos do Movimento Negro e os movimentos sindicais foram os responsáveis pela organização da Marcha Zumbi dos Palmares (Figura 9), contra o Racismo pela Cidadania e a Vida que reuniu mais de 30 mil pessoas em Brasília no ano de 1995, sendo que aproximadamente cinco mil eram dirigentes de sindicatos. Frente a esta mobilização, o governo federal se viu pressionado a assumir um compromisso público de criar ações contra a discriminação racial (JACCOUD, 2009).

Figura 9 - Marcha Zumbi dos Palmares



Fonte: Documento... (1996).

Os dirigentes da marcha entregaram ao governo um documento em que demandava ações efetivas do Estado, relatando as mais diversas formas de racismo sofridas pelo povo negro. Foi apontado o racismo nas escolas, devido à maneira como a história do povo negro era apresentada nas grades curriculares, sobre a divisão racial que ocorria no trabalho, a dificuldade de acesso à saúde, a violência e falta de segurança pública e jurídica (JACCOUD, 2009)

Duas frentes de intervenção foram propostas. A primeira solicitava medidas de valorização da pluralidade étnica da sociedade, sendo que a segunda apresentou um programa de ações visando à promoção da igualdade e incluindo ações afirmativas para o acesso da população negra aos cursos profissionalizantes e às universidades. As ações demandadas por essas iniciativas passaram a ser conhecidas como políticas de ações afirmativas (JACCOUD, 2009).

As ações afirmativas foram, e são, baseadas no preceito constitucional universalmente reconhecido que é o da igualdade de oportunidades a todos os seres humanos e podem ser estabelecidas em diversos setores além da educação como na saúde, nos cargos políticos, reserva de vagas em universidades, em concursos públicos, bolsas de estudo, reforço escolar, assistência estudantil, entre outros (BARBOSA, 2018).

De modo geral, as ações afirmativas são orientações para políticas públicas ligadas a órgãos governamentais que alocam recursos e benefícios para pessoas pertencentes a grupos socialmente excluídos. Esta exclusão pode ser social ou econômica e ocorrer no presente ou ter ocorrido no passado. Estas ações objetivam combater as mais diversas formas de discriminação: racial, religiosa, de gênero, de casta, entre outros tipos (BARBOSA, 2018). Podem também ser classificadas como espaços de contratação, reserva de vagas, fundos, bolsas de estudo, participação na mídia, reparações financeiras, distribuição de terras e habitação, proteção e valorização identitária e incluir medidas que englobam tanto a promoção como a igualdade material e os direitos básicos. Elas podem ocorrer no âmbito público ou privado e serem adotadas de modo voluntário ou por força de lei.

Segundo Barbosa (2018, p. 164):

Num plano geral, denominam-se ações afirmativas as políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Desse modo, trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta e ainda aquelas que tenham caráter regional no sentido de combater o desequilíbrio em uma dada nação, aumentando, assim, a participação dos segmentos sociais considerados minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural.

As ações afirmativas privadas no Brasil surgiram a partir da mobilização e reivindicações da população negra nos diversos movimentos a que pertenciam. No

período escravista, mesmo sob o domínio físico da elite branca, os negros e negras se uniam para fazer contestações, resistências e pressões e um destes exemplos vem do século XIX, quando os negros na cidade de Uberlândia/ Minas Gerais, proibidos de frequentar as missas, organizaram-se em torno de congada e criaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens de cor de Uberlândia. Assim, após muitas manifestações e negociações, conseguiram junto ao poder religioso e público da cidade, a construção de uma Igreja do Rosário, onde puderam assegurar seu direito de exercer sua cultura e sua fé (BARBOSA, 2018).

A Ação Afirmativa pública mais conhecida atualmente se refere à reserva de vagas para negros nos cursos e serviços das universidades públicas e são denominadas como sistema de cotas raciais, as quais, inclusive, já são adotadas em outros países. Embora tenha causado um amplo debate e, conseqüentemente, uma controvérsia nacional, este sistema de cotas étnico-raciais já vem sendo utilizado por diversos países há várias décadas e aceito como um importante mecanismo de combate às desigualdades raciais, pois possibilita o acesso dos segmentos étnico-raciais historicamente excluídos da educação de qualidade, de acordo com as leis reparatórias do Estado.

Segundo Brasileiro (2003, p. 49, grifos do autor):

As cotizações foram adotadas para os **dalits** na Índia; **siberianos** na Universidade de Moscou; **judeus** de origem etíope em Israel; **afro-americanos** nos EUA e no ano de 2003 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro para negros e pardos oriundos de escolas públicas. [...] cotas representam uma forma de política afirmativa. Cota não é caridade, ela existiu para filhos de fazendeiros que iam estudar na Europa e continua privilegiando esses grupos caracterizados pela cor da pele (branca) e poderio socioeconômico.

As Ações Afirmativas públicas para enfrentamento do racismo e discriminação racial passaram a ocorrer de forma institucionalizada no ano de 1984, com a criação do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo (CPDCN), considerado o primeiro órgão aparente de representação afro-brasileira. Este fato ocorreu no estado de São Paulo no governo peemedebista (1983-1987) de André Franco Montoro. Este órgão, sem dúvida nenhuma, representou um avanço na visibilidade das questões raciais. Mas, por se tratar de um órgão chancelado ao Governo, funcionou dentro dos limites impostos pela burocracia elitista branca.

Segundo Barbosa (2018, p.189):

De certa forma, entendemos que essas ações afirmativas públicas intensificaram ainda mais o reconhecimento institucional da existência do racismo e a responsabilidade do Estado com o mesmo. Contudo, não deixou de ser uma peripécia política para conter os avanços da Luta dos Negros e Negras em Movimento, uma vez que muitas lideranças do Movimento Social Negro Brasileiro acabaram por se subjugarem aos governantes e atrelar o movimento ao Estado.

Na década de 1990, conseqüentemente depois de grandes manifestações de ruas promovidas por grupos do Movimento Negro, a sociedade passou a assistir uma avalanche de ações afirmativas, tanto públicas como privadas, que foram implementadas por instituições privadas como empresas, sindicatos, ONGs, e pelos poderes públicos municipais, estaduais e federal (BARBOSA, 2018).

#### **4.2 O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra**

Nos anos subsequentes da década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, grupos do Movimento Negro passaram a buscar novas articulações para a aprovação de leis ordinárias e poder delinear as políticas de ações afirmativas no campo da saúde e da educação. Através de manifestações públicas, e de uma militância especializada, ocorreu a ampliação da participação de negros e negras nos partidos políticos que conseguiu pressionar o governo para conceder uma agenda de discussão sobre o racismo e discriminação da população negra (XAVIER, 2020).

Segundo Xavier (2020), atendendo à intensa mobilização do Movimento Negro no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve de se posicionar reconhecendo oficialmente que a população negra era vítima de racismo e preconceito no país. Assim, FHC também criou o GTI de Valorização da População Negra e o Decreto Presidencial de 20 de novembro de 1996 que versava sobre as vítimas de racismo

Art. 108: Reconhecemos a necessidade de se adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, linguísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando todos em igualdade de condições. (BRASIL, 1995).

O GTI era presidido pelo Ministério da Justiça e integrado por representantes da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro, ligado à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e ainda a oito Ministérios, entre os quais o da Saúde. Além das questões de combate à discriminação e promoção de políticas afirmativas, a criação do GTI representou um passo inicial para a promoção da discussão e internalização na administração pública das questões relacionadas à população negra no Brasil. O GTI incluiu um anexo sobre as ações afirmativas em um dos seus documentos e as definiu como ações integradas, temporárias, e especiais, para o combate à discriminação racial.

Como afirma Sardenberg e Santos (1997, p. 30):

O primeiro passo nessa direção foi a criação, por decreto em novembro de 1995, do Grupo de Trabalho Interministerial — GTI — para a Valorização da População Negra; Fórum que reúne representantes da sociedade civil e do Governo Federal. Esse GTI representa um primeiro passo para a discussão e internalização da discussão das populações negras no âmbito da Administração Pública.

Estas metas tinham o objetivo de eliminar desigualdades sociais, garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas de grupos que eram descriminalizados e marginalizados em decorrência de sua raça, etnia, religiosidade, gênero entre outras motivações. As ações afirmativas podem ocorrer de maneira espontânea, ou compulsória, determinadas ou tomadas pelo Estado e ainda por instituições privadas.

Segundo Sandenberg e Santos (1997, p. 30):

Nos anos subsequentes, após novas manifestações públicas e ação de negros e negras nos partidos, ampliaram-se a participação de negros e negras na formulação de políticas públicas, a exemplo do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI (1995) durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Cabe destacar que a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida que ocorreu em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, que contou com mais de 30 mil manifestantes, desencadeou a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). De acordo com o Decreto Presidencial, o GTI tinha como finalidade o desenvolvimento de políticas para a valorização da População Negra, através da articulação de diferentes ministérios.

O GTI não conseguiu obter força ou apoio político suficiente para realizar as diversas políticas públicas por ele idealizadas. Entretanto, deixou desenhos e propostas de políticas que foram aprovadas e desenvolvidas posteriormente.

Analogamente, o desenho das ações políticas voltados à saúde e educação da população negra é um resgate de saberes da história e memória dos negros no Brasil. O modelo metodológico e de trabalho do GTI foi, inclusive, utilizado para a criação, em 2003, da SEPPIR (XAVIER, 2020).

### **4.3 A III Conferência Mundial Contra o Racismo**

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata foi convocada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, sendo realizada em Durban na África do Sul. Esta conferência ocorreu em um contexto de efetivar ações contra o racismo e, para participar da conferência da ONU, foi instituído um Comitê Nacional para preparação dos representantes do Brasil no evento (JACCOUD, 2009).

A conferência ajudou a entender como o racismo tem operado ao longo do tempo em vários países e nela foram criados diversos Comitês e eventos preparatórios pelo mundo para discutir esta questão, tendo sido mapeadas muitas formas de racismo e identificados os grupos sujeitos à sua manifestação, o que possibilitou a realização de ações aos Estados-membros e aos órgãos das Nações Unidas. Uma das características desta conferência também foi a intensa participação das mulheres ativistas em todo o processo.

De acordo com Bairros (2002, p. 169):

A Conferência, um ponto de inflexão nas formas de entender como o racismo historicamente tem operado no mundo e caracterizou-se pela atuação destacada de mulheres. Começou pela sólida presença das ativistas em todo o processo, passando pelo papel, ainda que às vezes criticado, da Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, Mary Robinson, para garantir a sua realização. Além disso, como diz Alzira Rufino, em seu depoimento para este dossiê, a escolha de Dlami Zuma, Ministra das Relações Exteriores da África do Sul, e de uma brasileira negra, da Organização Fala Preta! Edna Roland, respectivamente como Presidente e Relatora-Geral da Conferência, materializou a visibilidade crescente das mulheres e do poder feminino na transformação do planeta.

Nesse processo preparatório, as organizações brasileiras do Movimento Negro realizaram um intenso trabalho de mobilização e preparação dos delegados e da população negra em geral, tendo sido realizada inclusive uma Conferência Nacional precedida de reuniões em todos os estados. Com as reuniões preparatórias nos estados, as ações afirmativas começaram a ser vistas como instrumentos para

redução das desigualdades, (JACCOUD, 2009). Esta conferência foi um marco na luta brasileira de combate ao racismo, pois, apesar de já existir uma legislação constitucional antirracista no Brasil, a situação da população negra continuava praticamente inalterada (BRASIL, 2018). Para mudar este cenário, concluiu-se que haveria a necessidade de efetivar ações mais específicas.

De acordo com Jaccoud (2009, p. 35):

No Brasil, a Conferência Nacional contou com mais de dois mil participantes e foi precedida por reuniões preparatórias realizadas em quase todos os estados. No âmbito internacional, além das reuniões oficiais preparatórias, como a reunião regional das Américas, foram realizados encontros entre os movimentos negros de vários países, elaborando diagnósticos, pautas e documentos reivindicativos. As ONGs enviaram entre 150 e 200 representantes à conferência de Durban, que se somaram à delegação oficial de mais de 50 representantes.

O governo brasileiro nesta conferência assumiu o compromisso de criar medidas de enfrentamento ao racismo e criou o Conselho Nacional de Direitos Humanos, ligado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, com o intuito de criar políticas públicas afirmativas e combater a discriminação (JACCOUD, 2009).

Um programa de ações afirmativas foi também iniciado em alguns ministérios, as primeiras experiências em órgãos públicos no país e as medidas determinavam cotas para negros em cargos de direção, vagas em concursos, contratação de negros por empresas prestadoras de serviço ao governo, entre outras. No ano de 2002 também foi publicado o Decreto nº 4.228, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas, no âmbito da Administração Pública. Todas estas ações foram comemoradas e representavam um avanço na luta contra o racismo. Entretanto, o governo não ofereceu meios para que tais ações fossem efetivadas; porém, elas serviram de referências para futuras ações a serem desenvolvidas (JACCOUD, 2009).

#### **4.4 A Instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**

Durante os governos petistas (2003-2016), que tinha características de apoio às pautas dos segmentos populares, o governo federal criou órgãos de representação da população negra. Em 2003, *con status* de Ministério, foi criada a SEPPIR. Aparentemente era o início da concepção de representação da população negra

dentro de um órgão governamental para a elaboração de uma política efetiva de combate ao racismo.

Segundo Babosa, (2018, p. 33):

Assim uma parcela considerável do movimento passou a ser grande articulador para a criação da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) no governo federal na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), inaugurado por Lula. Ou seja, atuaram veementemente nas negociações de bastidores para a criação da SEPPIR em 2003 e, como resultados dessas articulações políticas de bastidores envolvendo uma negociação entre o Movimento Social Negro Brasileiro e o governo federal petista, obtiveram o staff político para indicar alguns quadros para compor a equipe de gestão da SEPPIR no governo do Presidente Luís Inácio da Silva Lula (PT).

A SEPPIR (2003-2014) tinha, oficialmente, o objetivo de formular e coordenar políticas e ações do governo federal no combate à discriminação e à desigualdade social. Ela buscava, por meio destas políticas, a valorização da população negra, promover a igualdade, a equidade e o acesso aos serviços públicos como saúde, assistência, educação e mercado de trabalho. A SEPPIR marcou a ressignificação simbólica na administração pública da maneira como as políticas raciais eram vistas no Brasil e a visão do próprio perfil das desigualdades existentes.

Jaccoud (2009, p. 147) apresenta que:

O enfrentamento às iniquidades raciais tem obtido, do governo federal, uma maior atenção desde a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003. Tais iniquidades vêm sendo combatidas pela implementação de políticas de valorização da identidade negra e por iniciativas que visam promover a igualdade e a equidade no acesso aos serviços públicos (saúde, educação, previdência social, assistência social) e ao mercado de trabalho. Contudo, os desafios ainda são extremamente significativos, exigindo do governo e da sociedade brasileira empenho e determinação no combate à desigualdade racial e às suas causas.

Nesse período ocorreu uma promoção “ilusória” nos órgãos de representatividade negra dos poderes públicos, propagando que as conquistas até então obtidas pelas lutas dos movimentos negros teriam sido conseguidas por meio de atos institucionais da Secretaria, como a Lei 10639/2003<sup>3</sup>. Porém, algumas já tinham sido aprovados em artigos de leis orgânicas municipais como, por exemplo, o

---

<sup>3</sup> A Lei 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003, que alterou o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

caso da cidade mineira de Uberlândia que, desde 1992, possuía a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira (BARBOSA, 2018).

Supostamente tentaram passar para a população negra a ilusão de que tudo, a partir de então, seria diferente e que não haveria necessidade de mobilização e luta, o que levou os movimentos negros e a população negra em geral a se colocarem em posição de aceitação, conformidade e espera. Esta população acreditava que, naquele momento, tinha seus representantes do Movimento Negro nos governos e que eles iriam defender as questões que beneficiassem a população negra (BARBOSA, 2018).

Entretanto, a situação real continuou a mesma e a sociedade branca capitalista continuou a produzir, e reproduzir, as mesmas desigualdades sociais, raciais e econômicas e nem mesmo o “Mito da Democracia Racial” foi posto em discussão.

Segundo Barbosa (2018, p. 199):

Em linhas gerais, entendemos que o governo petista e uma gama expressiva das entidades de base do Movimento Social Negro Brasileiro que se alinharam às lógicas econômicas e ideológicas do Estado elitista branco e historicamente racista, passaram a cumprir o papel de ilusionistas das grandes massas de Negros e Negras em Movimento, no sentido de que se tornassem passivos, conformistas e distantes da luta contra o racismo, sobretudo no que concerne ao questionamento do “*Mito da democracia*” do racismo à brasileira.

A SEPPIR conseguiu criar dois grupos de trabalho com os seguintes objetivos, sendo o primeiro relacionado à promoção e combate das desigualdades raciais no âmbito do discurso social e legal. Desse modo, ocorreu a participação do Brasil em conferências internacionais de combate ao racismo, com interlocução do Itamaraty. O segundo grupo tinha o objetivo de combater concretamente as desigualdades raciais e as suas causas. No entanto, suas ações neste quesito foram insuficientes para alterar a realidade da população negra.

Segundo Jaccoud, (2009, p. 143) as causas deste insucesso foram:

Contribuem para isso a falta de capacidade institucional da SEPPIR para exercer seu papel de articulação e coordenação de ações; a cultura organizacional presente na administração pública, marcada pela atuação setorializada e pela falta de diálogo horizontal; e a indiscutível dificuldade que perpassa a problemática da discriminação racial, processo que alimenta as desigualdades raciais em nosso país. Tais desigualdades, que têm em sua base desde ações cotidianas calcadas no preconceito até a prática do racismo institucional, exigem, da parte do órgão coordenador da política da igualdade racial, não apenas um importante exercício de articulação, mas

também uma ampla capacidade de formulação de estratégias de largo alcance e de seu monitoramento.

Como Secretaria a SEPPIR buscava acompanhar e coordenar políticas antirracismo nos diversos ministérios e nos outros órgãos do governo; porém, enfrentou muitas resistências ao seu trabalho. Ademais, o governo, atendendo também aos interesses da elite branca, capitalista e racista, montou estratégias para direcionar e obstruir as atividades deste órgão.

Havia nos órgãos governamentais a prática de cada setor trabalhar de modo isolado e esta prática de isolamento acarretou muitas dificuldades de articulação das ações da Secretaria. Cada Ministério tinha a sua própria “lógica” de trabalho e para que as ações fossem efetivas, seria necessário criar alianças e estratégias para a mobilização de especialistas e gestores para atuarem juntos nas questões raciais bem como na efetivação das políticas públicas de cada setor, o que não ocorreu. (JACCOUD, 2009)

Uma das estratégias utilizadas pela elite foi a de cooptar vários membros do Movimento Negro para ocuparem cargos de gestão com altos salários. Estes gestores, por sua vez, atendendo seus próprios interesses, mesmo que estes fossem alheios ao movimento, criavam na mídia uma atmosfera de euforismo e ilusionismo quanto à efetividade de suas ações (BARBOSA, 2018).

Outra estratégia foi a falta de dotação orçamentária. A SEPPIR não tinha a materialização de planos orçamentários próprios; logo, tinha que buscar exercer influência sobre o orçamento alheio em outros órgãos do governo. Desse modo, sem recursos, suas ações eram limitadas ou não conseguiam ser efetivadas.

Destacamos, também, o fato da própria estrutura administrativa e física da SEPPIR não atenderem suas necessidades, ou mesmo condizerem com sua tarefa. As suas ações não se materializaram e acabaram ficando no âmbito do discurso (JACCOUD, 2009). Em outubro de 2015, por meio da Medida Provisória nº 696, enviada ao Senado, ela perdeu o seu status de Secretaria e foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

#### **4.5 A Lei 10639/2003: a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e da cultura afro-brasileira**

A literatura nos mostra que desde meados do século XX a educação já era

considerada espaço prioritário de ação e reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura. (GOMES, 2011, p. 136).

A iniciativa da criação do projeto de lei que estabelecesse a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, sempre teve a ação direta de grupos do Movimento Negro Brasileiro que, junto a outros movimentos sociais progressistas, realizaram inicialmente diversas ações na Assembleia Nacional Constituinte, para que a promulgação da Constituição Federal de 1988 ocorresse como o primeiro esforço político para sua concretização (XAVIER, 2009).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o deputado Paulo Paim apresentou , como uma primeira tentativa, um projeto de lei para estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo oficial da escola básica, sendo considerado o embrião da Lei nº 10.639/2003. Porém o projeto só foi aprovado em 1995, após anos de paralisação. Inicialmente o projeto foi encaminhado da Câmara dos Deputados ao Senado que, por sua vez, o arquivou. Nesse mesmo ano, em uma segunda tentativa, o deputado federal Humberto Costa apresentou novamente o projeto Lei nº 859/95 que mais uma vez foi arquivado.

Uma terceira tentativa ocorreu em 1999 quando os membros do Movimento Negro, em conjunto com os deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi, apresentaram novamente o projeto que, desta vez tramitou pelas Comissões de Educação Cultura e Desporto (CECD) e Constituição, Justiça e Redação, não recebeu nenhuma emenda parlamentar e nem suscitou debates entre os políticos, o que causou certa estranheza, pois o mesmo projeto havia sido arquivado outras duas vezes.

Segundo Xavier, (2009, p. 577):

O silenciamento dos parlamentares na tramitação da lei no Congresso Nacional nos revela uma forma sutil de desviar o foco do debate da questão racial para a questão educacional. Será que os parlamentares que aprovaram sem discussão e sem embates políticos, por unanimidade, a Lei nº 10.639 efetivamente acreditaram no seu potencial para promover mudanças culturais capazes de desencadear mudanças políticas e sociais? Ou terá sido mais uma forma sutil de volatilizar o debate sobre a nossa identidade negra?

Após ser aprovada pelo relator da CECD, o Deputado Evandro Milhomen, de

acordo com Xavier (2009), a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), foi encaminhada ao Senado, quando finalmente foi aprovada por unanimidade. Ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, inclusive com a inclusão do dia 20 novembro no calendário escolar como o Dia da Consciência Negra.

Uma das hipóteses levantada sobre a ausência de debates políticos e a rápida aprovação do projeto, nove meses, decorre da ideia existente na política brasileira de que algumas leis são "inofensivas", ou seja, que esta seria mais uma lei que não iria ser cumprida.

Segundo Xavier (2009, p.574):

Após tramitar de forma conclusiva pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto (CECD) e Constituição, Justiça e Redação (CCJR)<sup>7</sup>, sem provocar disputa política ou debates em plenário, o projeto cumpriu o prazo de cinco sessões à espera de ementas, que não chegaram a ser apresentadas. Esgotado o prazo, o então Projeto de Lei nº 259/1999 recebeu parecer favorável do relator da CECD, Deputado Evandro Milhomen, e foi encaminhado ao Senado onde foi aprovado como Lei nº 10.639, sendo posteriormente remetido ao Conselho Nacional de Educação com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da Temática História e Cultura Afro-brasileira e dá outras providências".

A Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi aprovada em 1999 e promulgada em 2003. Durante o processo de sua aprovação, o projeto de lei sofreu dois vetos no poder executivo, sendo o primeiro dele relativo à carga horária que seria dedicada a este ensino. A proposta de 10 por cento do conteúdo programático das disciplinas de História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio, foi rejeitada nos despachos da Presidência da República. Com este veto, a aplicação da carga horária fica a cargo da instituição de ensino, o que pode dar margem a uma sub apreciação do tema e demonstrava a pouca importância dada ao tema na formação escolar (SILVA; PEREIRA, 2013).

O segundo veto foi em relação à capacitação dos professores, cuja proposição era oferecer cursos em parceria com entidades do Movimento Negro, universidades e outras instituições de pesquisa ligadas ao tema. Este veto afetou a formação dos docentes para ministrar os temas, uma vez que deixou de determinar de quem é a responsabilidade de promover esta capacitação; se é dos docentes, por conta própria, ou se é de responsabilidade das instituições de ensino. (SILVA; PEREIRA, 2013). Em

10 de março de 2008 a Lei nº 11 645 alterou o art. 26 da Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, e incluiu, dentro da temática obrigatória, o estudo da “História e cultura indígena”. De acordo com Brasil (2003), a redação final ficou assim determinada:

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º-O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º-Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

A intenção desta lei é provocar, nas escolas, debates sobre a contribuição da população negra na identidade e história do Brasil. O reconhecimento oficial destas contribuições é condição necessária para que ocorra uma mudança do olhar da escola e, por conseguinte, da sociedade sobre a população negra. Para que tal possibilidade se efetive, faz-se necessário unir esforços de historiadores e outros profissionais da educação para ampliar a produção de conhecimentos sobre a temática e mudanças nas práticas pedagógicas (XAVIER, 2009)

A lei, segundo Xavier (2009), representa um estímulo aos educadores interessados em ampliar seus conhecimentos, e de seus alunos, sobre a realidade

social brasileira e sobre o jogo de forças que caracteriza a construção desta sociedade. É também um estímulo para indagar qual é o tratamento dado aos negros nos currículos escolares. Porquanto, é inegável que a história do negro nas escolas sempre esteve limitada a estudos sobre o tráfico e a escravização e que o ensino eurocentrista comum nas escolas anulou nos currículos escolares a contribuição de outros grupos étnicos como os negros e os indígenas.

Historicamente, sob as influências eurocêntricas e etnocêntricas nas escolas, foram difundidos crenças e estereótipos sobre a população negra e indígena, juntamente com o quadro de desigualdade social, o que contribui para a manutenção do preconceito e da discriminação racial destas populações. As temáticas apresentadas nas escolas, por exemplo, apresentam o fim da escravização no final do império, mas não problematizam a ausência de ações políticas para a inserção social dos ex-escravizados e luta pela sobrevivência desta população.

De acordo com Xavier (2009, p. 570):

De forma inédita, a política educacional brasileira reconheceu a existência de uma lacuna de estudos sobre a história e a cultura africana nos currículos escolares e destacou o significado dessa ausência no processo de luta do negro brasileiro por sua inserção social. O reconhecimento oficial da expressiva e inegável contribuição da presença do negro e da cultura africana na formação da sociedade brasileira coloca-se como condição fundamental para desencadear um movimento de mudança do olhar da escola sobre a população negra.

Fala-se na “escravização”, mas não são abordados o protagonismo histórico dos sujeitos e os movimentos de resistência dos escravizados contra os colonizadores. Tratar o processo de escravização apenas como um momento de total submissão dos escravizados não os colocam como seres humanos capazes de lutar por seus direitos humanísticos. Os debates escolares têm deixado de lado o papel dos indígenas e negros na construção econômica, cultural e social do Brasil (XAVIER, 2009).

O ensino das africanidades nas escolas é uma aposta no potencial que a educação tem para a transformação das mentalidades e promover a construção de uma sociedade mais democrática. A partir dos anos 1980, com a abertura política, professores, intelectuais e celebridades do mundo artístico passaram a defender que o ensino, em especial de história, pudesse protagonizar um movimento de criticidade acerca da “identidade brasileira”. Eles denunciavam a manipulação da história com interesses políticos e ideológicos (XAVIER, 2009).

Pesquisadores do ensino de História do Brasil revelam que sempre houve a existência de confrontos e disputas pela educação nacional, em que políticos e agentes escolares organizam e determinam quais saberes são incluídos nos currículos. Tais currículos são organizados por intelectuais, de acordo com os interesses do Estado e suas elites econômicas e sociais, para que sejam disseminados determinados discursos sobre a realidade que acabam se tornando senso comum (XAVIER, 2009). Por exemplo, no início da colonização do Brasil foram usados diferentes argumentos para defender que fosse ensinada, nos ambientes ditos escolares, a história da Bíblia Sagrada, atendendo aos interesses das ordens religiosas que constavam de grande prestígio junto ao Estado Português. Outro exemplo ocorreu durante o regime cívico militar (1964-1985) quando o ensino tinha um papel direcionado a suscitar a coesão nacional e a construção de um patriotismo, atendendo aos interesses do governo autoritário (XAVIER, 2009).

A Lei nº 10.639/2003 não é somente uma intervenção no currículo escolar e visa interferir diretamente no cotidiano escolar e, conseqüentemente, no ambiente social; diz respeito à vida de todos os cidadãos, ao desencadear um movimento de reparação social e superação das desigualdades étnico-raciais. O ensino da história realmente verdadeira dos africanos, e dos afro-descendentes, tem a incumbência de desvelar a origem dos processos discriminatórios que influenciam as práticas sociais e pedagógicas. Trata-se de substituir paradigmas, produzir narrativas capazes de problematizar o passado, interrogar e desnaturalizar o presente.

Segundo Xavier (2009, p. 583):

No chão da escola o importante é não perder de vista um duplo movimento: o conhecimento oferecido por uma disciplina escolar tanto pode oportunizar a ideia de a mudança social quanto cooptar alunos para projetos de conservação no qual predominam valores das classes dominantes, ou ainda, prendê-los mais fortemente a sistemas de desigualdade de classe, gênero e raça. Portanto, para além da alteração dos conteúdos escolares, a Lei nº 10.639/03 nos estimula a interrogar as práticas escolares e ampliar nossa capacidade de pensar o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e democrática

Entretanto, sem a devida formação continuada e qualificada nas escolas, corremos o risco desta lei ser apenas mais uma disciplina do currículo escolar, subordinando a ação docente somente ao cumprimento da agenda, sem reflexão ou aprofundamento e, para além disso, reduzindo o tema a um amontoado de informações. É importante que haja, nas escolas, o envolvimento em torno de projetos

e ações, tanto coletivos como individuais, onde as práticas ideológicas que defendem os interesses da elite branca possam ser confrontadas cotidianamente, possibilitando, assim, estimular e interrogar as práticas escolares e pensar qual é o papel da educação na construção de uma sociedade justa e democrática (XAVIER, 2009).

A implementação desta lei exige uma mudança de práticas de descolonização nos currículos escolares, bem como mudanças na forma como são apresentados a África, os afro-descendentes e os indígenas. Descolonizar exige uma mudança de práticas, de representações, questionamentos sobre espaços de poder quanto aos privilégios arraigados em nossa cultura política e educacional. Os currículos devem ser vistos como parte da formação humana; portanto, devem valorizar e articular o conhecimento científico e os outros conhecimentos que são produzidos pelos sujeitos sociais em suas realidades de contextos de desigualdades e diversidades.

Segundo Gomes (2012, p. 105):

Na escola, no currículo e na sala de aula, convivem, de maneira tensa, valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos. Nesse contexto, a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade.

A escola, enquanto instituição social, é a responsável, em parte, pelas representações negativas difundidas sobre a população negra e indígena, o que demonstra sua importância em se tornar um local onde esta visão seja superada. O educador deve entender o conjunto de representações apresentadas e buscar mudanças nas práticas pedagógicas. É necessária uma mudança que englobe todos os níveis de ensino e a formação inicial e continuada de professores, profissionais da educação e pesquisadores.

Segundo Gomes (2003, p. 77):

Cabe ao educador, e à educadora, compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática.

A educação deve entender o conjunto de representações sobre o povo negro, as relações de hierarquização criadas no contexto do racismo entre os diferentes povos e como isso interfere na sociedade, e na escola. Implementar esta ação

afirmativa é assumir uma postura política, repensando as relações culturais e sociais existentes no Brasil.

#### **4.6 As Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR): 2005; 2009; 2013; e 2018.**

Seguindo as reivindicações históricas do Movimento Negro, o governo federal cria um plano nacional de promoção e implementação de ações com o objetivo de criar e executar políticas públicas de promoção da igualdade social e uma delas foi a criação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), nos anos dos governos petistas, 2003 a 2016. O FIPIR teve a intenção de ser um instrumento estratégico para a incorporação nacional, estadual e municipal das políticas de promoção da igualdade racial. Segundo Barbosa (2018), o governo, de forma intencional e institucional, juntamente com a cumplicidade de militantes do Movimento Negro, começou a organizar as Conferências Nacionais de Promoção da igualdade racial (CONAPIR). Estas conferências foram utilizadas como um instrumento estratégico de incorporação nacional para dar uma aparente legitimidade representativa.

Segundo Barbosa (2018, p. 203):

Somados aos esforços intencionais dos governos petistas e da cumplicidade imprudente de uma expressiva quantidade de militantes das entidades que compõem o Movimento Negro Brasileiro, para dar maior legitimidade representativa à FIPIR, começaram a organizar as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)

Foram realizadas conferências nos anos de 2005, 2009, 2012 e 2018:

- Em 2005 foi realizada a I CONAPIR, em Brasília, cujo tema era “Estado e sociedade Civil Promovendo a Igualdade Racial”. Como preparação, foram realizadas conferências estaduais, consultas nacionais, audiências públicas e reuniões políticas por todo o país. Foram escolhidos os delegados e levantadas as demandas. Acredita-se que aproximadamente 90 mil pessoas participaram destes pré-eventos.
- A II CONAPIR foi realizada, em 2009, sob o tema “Estado e Sociedade Construindo a Igualdade Social”. Aproximadamente 1.500 participantes aprovaram e encaminharam proposta de ações políticas públicas

referentes aos eixos temáticos Educação, Cultura, Controle social, Saúde, Terra, Segurança e Justiça, Trabalho, Política nacional e Internacional para a FIPIR.

- A III CONAPIR ocorreu em 2013 e tinha como tema: “Democracia e Desenvolvimento, sem Racismo: por um Estado e um Brasil Afirmativos”. O número de participantes foi de aproximadamente 1400 pessoas e, segundo sua organização, esta conferência orientou a reafirmação e ampliação dos compromissos do governo e da sociedade com as políticas de enfrentamento ao racismo e promoção de igualdade.
- A IV CONAPIR ocorreu em 2018, já no governo peemedebista em Brasília. O tema foi: “O Brasil na Década dos Afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento e Igualdade de Direitos” e cerca de 1.100 participantes de todo o Brasil discutiram e aprovaram 118 propostas referentes à consolidação e ao aperfeiçoamento da política nacional de promoção da igualdade social (BRASIL, 2018).

Foram apresentados relatórios, pela SEPPIR, relacionados aos CONAPIR, quanto aos resultados positivos e entusiasmados que suas ações tinham promovido na vida da população negra. Mas, na realidade, ainda estava muito distante a superação das desigualdades raciais. As ações não conseguiram se concretizar em melhoria das condições de vida desta população, eram restritas e suas propostas não foram efetivadas. O que ocorreu foi um mascaramento da realidade para dar aos negros a impressão que seus representantes estavam obtendo vitórias significativas junto aos poderes. (BARBOSA, 2018).

Mesmo após a criação da SEPPIR e de diversos eventos e órgãos nas administrações públicas para promover a igualdade racial, os dados indicavam um abismo econômico entre brancos e negros, dados negativos que ainda hoje se repetem. Para o governo foi uma forma de ludibriar esta população, dando-lhes a impressão de que estava sendo realizado, de fato, algo que minimizasse os danos sofridos por eles em decorrência do racismo. As desigualdades sociais da população negra continuaram, como apontou o IBGE (2011) e o salário desta população era seis vezes menor que o de uma pessoa branca.

Diversos grupos do Movimento Negro continuam a luta contra o racismo com o intuito de transformar os mais diversos cenários de desigualdades. Esta é uma luta que tem várias faces, pois o racismo está presente em toda a sociedade e causa

desigualdades de tratamento à população negra no judiciário, na mídia, na saúde, nas instituições, no acesso à moradia, nas abordagens policiais, nos ambientes políticos, na locomoção urbana, no acesso ao emprego, dentre tantos outros setores. Como a educação é um destes setores em que ocorrem desigualdades raciais, destacamos neste estudo um ambiente escolar, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) Campus Uberaba/MG e um grupo do movimento negro, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), deste mesmo Campus, para darmos seguimento a nossos estudos na próxima seção.

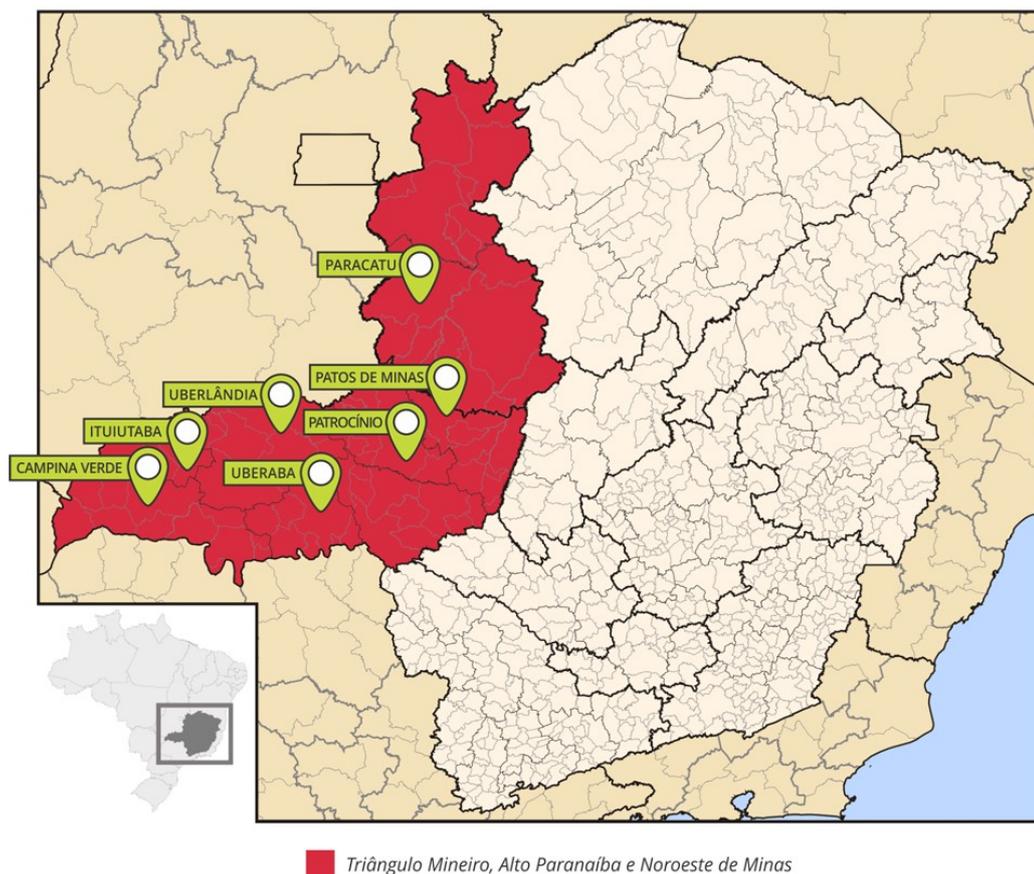
## **5 O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS UBERABA E SUAS AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

Nesta seção apresentamos nosso objeto de estudo: o IFTM *Campus* Uberaba. Inicialmente, trazemos uma breve descrição de sua unidade I, do seu espaço físico, localização geográfica, sua história, os cursos e as vagas oferecidas e sua Política de Ações Afirmativas. Abordamos políticas de ações afirmativas realizados pelo IFTM, em especial pelo NEABI, a fim de analisarmos as ações realizadas e dificuldades encontradas por este núcleo para implementar a Lei nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O recorte temporal relacionado à pesquisa de campo ocorreu de 2019 a 2021. Procuramos nesta seção alcançar o objetivo geral desta pesquisa que foi identificar quais são as ações realizadas pelo NEABI e, conseqüentemente, também buscamos atingir nossos objetivos específicos que são analisar a política de ações afirmativas do IFTM *Campus* Uberaba e as dificuldades encontradas para a realização destas ações.

### **5.1 IFTM Campus Uberaba/ Unidade I: espaço físico, localização geográfica, sua história, os cursos e vagas oferecidas**

Escolhemos como objeto de estudo o IFTM *Campus* Uberaba que faz parte da composição organizacional do IFTM. O IFTM foi criado de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, integrando os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, Técnica e Agrotécnicas e é uma "instituição de ensino superior, básico e profissional, pluricurricular e multicampi" (BRASIL, 2008b). Tem uma natureza autárquica com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Disponibiliza diferentes níveis de educação como o ensino médio, graduação, pós-graduação *Lato sensu* (Especialização) e pós-graduação e *Stricto sensu* (Mestrado). Sua estrutura organizacional é atualmente composta pelos *Campi* (Figura 10) de Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Uberlândia Centro, *Campus* Avançado Uberaba, *Campus* Avançado Campina Verde e a Reitoria, localizada na cidade de Uberaba-MG (IFTM, 2021).

Figura 10 - Campi do IFTM



Fonte: IFTM (2020a).

O IFTM *Campus* Uberaba desenvolve atividades de ensino, extensão e pesquisa, com a missão de promover a construção, disseminação e aplicação de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural. Tem a proposta da construção de uma sociedade justa e solidária e oferece cursos regulares nas suas duas unidades - I e II. Os cursos técnicos são: Administração (integrado ao ensino médio e concomitante); Agropecuária Integrado ao ensino médio; Alimentos (integrado ao ensino médio); e Técnico em Química Concomitante. Os cursos superiores de Bacharelado são: Engenharia Agrônômica; e Zootecnia; Licenciaturas: Ciências Biológicas; Química; e Tecnologia em Alimentos na área Tecnológica. Também há a oferta de pós-graduações: a) *Lato Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica Aplicada à Gestão de Programas; e Projetos de Aprendizagem, em Gestão Ambiental e Saneamento Ambiental; e b) *Stricto Sensu* em Ciência e Tecnologia de Alimentos; e em Educação Profissional e Tecnológica e Produção Vegetal (IFTM, 2020c). O *campus* Uberaba oferece anualmente 480 vagas, assim distribuídas (Quadros 4-6):

Quadro 4 - Cursos de Graduação Presencial IFTM - Campus Uberaba

Cursos		turno	Vagas /anual
Graduação Presencial	1. Bacharelado em Administração	N*	40
	2. Bacharelado em Zootecnia	D**	30
	3. Engenharia Agrônômica	D	30
	4. Licenciatura em Ciências Biológicas	I***	35
	5. Licenciatura em Química	N	35
	6. Tecnologia em Alimentos	M	35
* N: noturno      **D: diurno      ***I: integral			205

Fonte: Organizado pela pesquisadora de acordo com IFTM (2020a).

Quadro 5 - Cursos de Pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu IFTM - Campus Uberaba

Cursos		turno	Vagas/anual
Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização Presencial	1. Geoprocessamento	N*	25
	2. Gestão Ambiental: Diagnóstico e Adequação Ambiental	N	25
	3. Saneamento Ambiental	N	25
Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Presencial	1. Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos	D**	12
	2. Mestrado Profissional em Educação Tecnológica	D	12
	3. Produção Vegetal	D	15
* N: noturno      **D: diurno			114

Fonte: Organizado pela pesquisadora de acordo com IFTM (2020a).

Quadro 6 - Cursos Técnicos Concomitante/ Integrado ao Ensino Médio IFTM

Cursos		Turno	Vagas/anual
Técnico Concomitante ao Ensino Médio - Presencial	1. Química	N*	35
Técnico integrado ao Ensino Médio - Presencial	2. Administração	D**	64
	3. Agropecuária	D	30
	4. Alimentos	D	32
* N: noturno      **D: diurno			161

Fonte: Organizado pela pesquisadora de acordo com IFTM (2020a).

O IFTM *Campus* Uberaba/ Unidade I (Figuras 11 e 12), está localizado no Distrito Industrial II, na cidade de Uberaba/MG e tem uma área de 4. 710 288 m<sup>2</sup> (472 hectares), cerca de 20.000 metros quadrados de área construída, estrutura que abriga 53 blocos, nos quais as salas de aula são construídas com equipamentos e dosagem multimídia. Há também laboratórios, um auditório com 168 lugares, um miniauditório com capacidade para 42 pessoas, cafeteria, biblioteca, cantina, academia de esportes, ginásio de esportes, quadra poliesportiva, campo de futebol society e um

bloco administrativo (IFTM, 2021).

Figura 11 - Vista aérea do IFTM Campus Uberaba Unidade I



Fonte: IFTM (2020d).

Figura 12 - Portaria do IFTM Campus Uberaba Unidade I



Fonte: IFTM (2020b).

O IFTM é uma organização social responsável pela transmissão e socialização da cultura e, assim como as demais escolas, tem responsabilidade sobre a não perpetuação de representações preconceituosas e negativas sobre os povos negros e indígenas. Para isso, é necessário que os educadores entendam e enfatizem as

representações positivas reivindicadas pelos grupos do Movimento Negro e é preciso discutir as contribuições dos povos negros e indígenas na construção do Brasil, bem como suas histórias e suas culturas (GOMES, 2003).

Em síntese, a escola deverá fazer uma ressignificação do pertencimento étnico-racial tanto no plano individual como no coletivo. Desse modo, o IFTM, com o propósito de ajudar nessa ressignificação, passou a contar com a colaboração do NEABI.

## **5.2 NEABI no âmbito do IFTM**

### **5.2.1 Finalidade do NEABI/IFTM**

As diversas lutas de grupos do Movimento Negro, no âmbito político, conseguiram aprovar a Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, que alterou o artigo 26 da LDB nº 9.394/96, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003). Em 10 de março de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.645/08, que ampliou a lei anterior, acrescentando o ensino da história e da cultura dos povos indígenas brasileiros (IFTM, 2021).

No IFTM o NEABI tem a finalidade de implementar a Lei nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade de incluir, no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A abordagem étnico-racial deve partir da valorização destes povos, das conquistas, dos saberes, da cultura, enfim, deve ser uma abordagem que garanta e amplie a cidadania. (IFTM, 2021)

### **5.2.2 A Proposta Educacional adotada pelo IFTM Relacionada às Ações Afirmativas**

O IFTM, com o intuito de desenvolver uma política institucional para a implantação de Ações Afirmativas em seus *Campi*, criou alguns mecanismos para a efetivação delas. Vale reforçar que as políticas de Ações Afirmativas são medidas que buscam atenuar a situação de exclusão, e/ou desvantagem, de determinados indivíduos ou grupos relegados, são reparatórias e possuem um caráter efetivo, e não punitivo, de atos discriminatórios.

Araújo, Martins e Florêncio (2018, p. 193) destaca que:

Tem-se a necessidade da implementação de políticas afirmativas. Os negros, bem como os indígenas, em um maior contingente, adentram os espaços escolar e/ou acadêmicos. Para que os mesmos permaneçam e obtenham êxito nos seus processos formativos, se faz necessário um permanente trabalho institucional de fortalecimento das identidades historicamente suprimidas.

Assim, o IFTM, com o intuito de aplicar em seus *campi* políticas de Ações Afirmativas, fez seu regulamento, criou núcleos e incluiu em alguns de seus documentos diretrizes para aplicação dessas ações. A fim de atingir nossos objetivos, foram analisados os seguintes documentos: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); o Regulamento do Programa de Ações Afirmativas (RPAA); os Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs) e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (RNEABI).

### **5.2.3 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - IFTM**

O PDI – IFTM (2019a) é um documento norteador de ações para o planejamento e o desenvolvimento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Está fundamentado nas diretrizes instituídas pela Secretaria da Educação Superior do MEC (SESu) e foi elaborado com a participação coletiva, ou por representação docente, técnico-administrativa e discente dos *campi* e da Reitoria, juntamente com a Equipe Gestora do Planejamento Estratégico.

Nele são definidas as metas e ações para a garantia dos objetivos propostos para o instituto, bem como ações e atividades a serem desenvolvidas nos planos acadêmico/administrativo, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), na organização didático-pedagógica, no planejamento da oferta de cursos e na infraestrutura.

O PDI atual tem a vigência de 2019 a 2023 e cita o NEABI em dois itens: no primeiro deles o NEABI é apresentado no item Políticas de Atendimento aos Discentes/ Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro, como sendo uma das modalidades de ações afirmativas oferecidas aos estudantes para garantir o seu acompanhamento e sucesso. Neste item, o NEABI divide espaço na redação do texto com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e ambos são citados como núcleos que desenvolvem um trabalho para a formação,

conforme a temática da “Diversidade e Inclusão” (IFTM, 2021).

No segundo item, sua citação ocorre no item Plano Diretor e Infraestrutura Física, onde está escrita “a previsão da reforma de estrutura física de antigos alojamentos para a criação de uma sala para o NEABI, no *Campus* Uberlândia” (IFTM, 2021). Em síntese, no PDI, o NEABI é citado sem qualquer indicação ou explicação do que venha a ser ou quais as funções que deve desempenhar e, com exceção do *Campus* Uberlândia, não foi proposta a criação de uma estrutura física (salas específicas) para abrigar o NEABI nos outros *campi*.

#### **5.2.4 Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do IFTM (RPAA)**

O Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do IFTM (RPAA) de 2018 estabelece quais são as ações afirmativas no âmbito do IFTM e afirma que o objetivo do regulamento é oferecer condições diferenciadas de acesso aos cursos, permanência e sucesso escolar aos grupos socioeconômicos desprivilegiados. Além disso, busca garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Segundo o IFTM (2021), também é assegurada a reserva de vagas para candidatos autodeclarados como pretos, pardos e indígenas. As ações afirmativas oferecidas pelo IFTM referem-se ao acesso, à permanência, ao acompanhamento e à dimensão estratégica dos direitos humanos.

Conforme o Regulamento do Programa de Ações Afirmativas na seção 2:

Art. 4º As modalidades de Ações Afirmativas oferecidas pelo IFTM são: a. Acesso: composto por ações vinculadas ao programa de inclusão social, ao ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e à isenção da taxa de inscrição dos processos seletivos para professores da rede pública e candidatos de baixa renda comprovada; b. Permanência: composta por ações vinculadas ao programa de assistência e auxílio estudantil, ao programa de bolsas acadêmicas; atividades científico-culturais em geral e outros; c. Acompanhamento: de ações de Nivelamento Acadêmico; de atividades de Monitoria; de atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); do Programa de Educação Tutorial (PET); do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); e outras ações pertinentes. d. Dimensão estratégica dos Direitos Humanos composta por estudos relacionados as políticas para a Educação em Direitos Humanos e o Polo de Inovação e Inclusão.

Art. 11 Em conformidade com a Lei nº 12.711/2012, e suas alterações, para os cursos Técnicos e de Graduação, ofertados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro há a reserva 60% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino

fundamental/médio em escolas públicas, sendo que, 50% deste percentual para candidatos com renda familiar igual, ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e 50% para candidatos com renda superior a 1,5 salário-mínimo per capita. Destas vagas, um percentual é destinado aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (mediante laudo médico), em proporção no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência existentes na população de Minas Gerais, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 12 Para os cursos: Formação Inicial e Continuada e Pós- Graduação (Lato e Stricto Sensu), inclusive em atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação Tecnológica, ofertados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro reserva 20% de suas vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), quilombolas e indígenas, independente de Renda Familiar e escola de origem (IFTM, 2018).

.A Seção III do RPAA é dedicada ao NEABI e no art. 35 é apresentada sua finalidade do como sendo instrumento de implementação da Lei nº 11.645/2008, afirmando que esta Lei é pautada na construção da cidadania, valorização da identidade étnico-racial dos afrodescendentes e indígenas. Ainda, neste artigo, em seus incisos, há a determinação de que o NEABI organize atividades que contemplem aspectos da história, cultura e formação da população.

No RPAA também está determinado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena seja ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e histórias brasileiras. O regulamento também estendeu o estudo das Relações Étnico-Raciais aos conteúdos das unidades e atividades curriculares dos cursos de graduação do IFTM.

### **5.2.5 Projetos Pedagógicos dos Técnicos do IFTM - Campus Uberaba**

Foram analisados quatro Projetos pedagógicos (Quadro 7), sendo um do curso técnico, concomitante, e três dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Analisamos se consta neles citação e/ou explicação sobre : a legislação referente ao tema, o regulamento de ações afirmativas e sobre o NEABI.

Quadro 7 - Análise dos PPCs dos Cursos Técnicos do IFTM Campus Uberaba

Cursos/ carga horária/ ano do PPC		Legislação RPA	NEABI	Carga horaria do curso	Disciplina / carga horaria
Técnico Concomitante ao Ensino Médio Presencial	1.Química 2018	Sim	Sim 16	1400h	Não
Técnico integrado ao Ensino Médio Presencial	2.Administração 2019	Sim	Sim 16	3450h	História 65h
					Geografia 65h
					Artes 33h
					Sociologia 33h
	3.Agropecuária 2019	Sim	Sim 16	3495h	História 66h
					Sociologia e Extensão Rural 66h
	4.Alimentos 2019	Sim	Sim 16	3340h	História 33h
Literatura 33h					
Sociedade e cidadania 33h					
Sociologia 33h					

Fonte: Organizado pela pesquisadora de acordo com IFTM (2020a).

### **5.2.6 Os PPCs dos Cursos Técnicos do ensino médio oferecidos pelo IFTM Campus Uberaba**

Nos PPCS dos Cursos técnicos do ensino médio oferecidos pelo IFTM Campus Uberaba, buscamos identificar:

#### **5.2.6.1 As disciplinas que abordam a temática étnico-racial**

As disciplinas em que aparecem a temática étnico-racial estão de acordo com os termos da lei, preferencialmente nas disciplinas da área de humanas e o tema está presente na ementa das seguintes disciplinas: História, Geografia, Artes, Sociologia e Extensão Rural, Sociedade e Cidadania e Literatura.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, e dos povos indígenas brasileiros, constam nos PPCs dos três cursos que são integrados ao

ensino médio, quais sejam, Agropecuária, Alimentos e Administração. Somente no curso Subsequente/Concomitante de Química não foram encontradas disciplinas que fazem referência ao tema, sendo que neste curso são oferecidas somente matérias técnicas.

Os temas relativos às relações étnico-raciais estão nos PPCs, de acordo com os termos da Lei nº 11645/2008, no seu artigo § 2º, em que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” Identificamos, nas disciplinas, temas cujos enunciados estavam diretamente ligados a eles, o que não exclui que poderiam estar subentendidos em outro tema. Os temas estão assim distribuídos:

– *Curso de Alimentos*

Na disciplina de Artes, no primeiro ano, o tema é citado nos objetivos como as principais matrizes culturais brasileiras (europeia, africana e indígena) e sua importância na formação cultural do Brasil. No segundo ano ele aparece nos objetivos: conhecer as principais culturas brasileiras (matriz europeia, matriz africana e matriz indígena).

Na disciplina Sociedade e Cidadania, no terceiro ano, o tema é citado no item relacionado Áreas de Integração como História: Colonialismo na África e descolonização.

Na disciplina de História, na ementa do primeiro ano, o tema aparece como As várias áfricas e a África no tempo do tráfico transatlântico. Na ementa do segundo ano temos a crise da escravização no Brasil e a formação do Estado moderno, Raça e etnia (o racismo e a escravização no Brasil; e os povos nativos do Brasil colonizado. Na do terceiro ano, temos O fim do Apartheid na África do Sul e como se deram os processos de dominação sociopolítica, econômica e cultural burguesa sobre (os povos americanos afro-asiáticos).

Na disciplina de Sociologia, no segundo ano, está na ementa Raça e Etnia: racismo, preconceito, discriminação.

– *No curso de Administração*

Na disciplina de Artes, o tema aparece no primeiro e no segundo anos nos objetivos: Conhecer as principais matrizes culturais brasileiras (matriz europeia, matriz africana e matriz indígena) e sua importância na formação cultural do

Brasil.

Na disciplina de Geografia, está na ementa do segundo ano: Conhecer as principais matrizes culturais brasileiras (matriz europeia, matriz africana e matriz indígena) e sua importância na formação cultural do Brasil. No terceiro ano, aparece como: África.

Na disciplina de História, o tema pode ser encontrado nos objetivos : Conhecer as culturas indígenas americanas e caracterizar a África dos grandes reinos e impérios, ao passo que no terceiro ano está como Estudar o Imperialismo na África e na Ásia.

Na disciplina de Sociologia temos Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais.

– No curso de Agropecuária

Na disciplina de Artes, está na ementa do primeiro ano: Diferentes manifestações artísticas e culturais na construção da identidade humana, da diversidade cultural contemporânea e das relações étnico-raciais.

Na disciplina de História, está no primeiro ano como: As várias Áfricas e Sociedades coloniais na era do mercantilismo: Impérios e sociedades coloniais; A colonização na América portuguesa; A América portuguesa em expansão; A África nos tempos do tráfico atlântico. Na ementa do segundo temos: Américas independentes: A construção do império e a tentação absolutista; Regências e revoltas no Brasil; As Repúblicas das Américas; O Brasil na crise da escravização; O Brasil é o vale – cafeicultura no século XIX; e O Brasil do Império à República. Na ênfase tecnológica temos: As questões Afro-Indígenas no Brasil Contemporâneo. Está na área de Integração em: Sociologia: o pensamento marxista e sua influência no movimento operário mundial; Ciência política, poder e dominação e formação do Estado moderno; Raça e etnia (o racismo e a escravização no Brasil; Os povos nativos do Brasil colonizado; Colonização e etnocentrismo. No terceiro ano: Guerra e Revolução: Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Revolução Mexicana, e Colonialismo na África.

– Na disciplina de Sociologia e Extensão Rural está na ementa como: A questão indígena e quilombola. Na área de integração: O sistema escravocrata e a economia brasileira e discriminação. No segundo ano, na ementa: A influência

dos valores sociais e culturais sobre os indivíduos; Estilos de vida, tribos urbanas e formação de identidades coletivas; Discriminação e exclusão social na atualidade: racismo, xenofobia, homofobia, transfobia, sexismo, machismo e fundamentalismos religiosos. Nos objetivos temos: Pluralidade cultural em suas variadas formas de manifestação, incentivando o diálogo e o respeito às diferenças étnicas, políticas, morais, religiosas e culturais.

- Na disciplina de Geografia, está no terceiro ano, na ementa: Etnia e modernidade; Conflitos étnico-nacionalistas e separatismo. Nos objetivos: Conhecer e analisar os principais conflitos étnicos-nacionalistas- religiosos existentes no mundo atual.

#### *5.2.6.2 Menção nos PPCs das Leis nº 10639/2003 e nº 11645/2008 e/ ou Regulamento do Programa de Ações Afirmativas (RPAA) do IFTM.*

Identificamos que as Leis nº 10639/2003 e/ou nº 11645/2008 foram citadas em todos os cursos técnicos no item relativo à legislação do curso, o que indica que os docentes da Comissão que elaborou os PPCs têm conhecimento da lei e da obrigatoriedade de sua aplicação. Nos quatro cursos técnicos, existe a expressão Ação Afirmativa citada no item relacionado ao ensino, pesquisa e extensão, informando aos discentes que quando houver projetos de fomento e parcerias, haverá editais que contemplem a modalidade “Ação Afirmativa”. Também é citado o termo no item relativo à Educação, Pesquisa e Extensão, o que demonstrou uma visão simplificada sobre elas, tidas aqui como ações que auxiliem os alunos na aquisição das bolsas de órgãos de fomento à pesquisa. No entanto, não é indicado, ou citado, a existência do RPAA, nem mesmo há uma explicação de quais agentes e situações discentes são atendidos/as por este regulamento.

#### *5.2.6.3 Quanto à citação e/ou explicação nos PPCs sobre o NEABI*

O núcleo é citado nos cursos técnicos, no item que trata do atendimento ao discente, como sendo responsável por organizar atividades relacionadas aos povos indígenas e negros. É um relato sucinto sem quaisquer esclarecimentos de como ou onde encontrar o NEABI, ou outras formas de contato.

### **5.2.7 Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (RNEABI) do IFTM**

O Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do IFTM foi aprovado com a Resolução nº 43/2012, de 26 de novembro de 2012 e visa à normatização, à organização e aos modos de funcionamento dos NEABIs no âmbito do IFTM. O Regulamento do NEABI aponta como finalidade a implementação da Lei nº 11.645/2008. Para atingir esta finalidade, o Núcleo deve organizar atividades que contemplem os aspectos da lei : História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. (IFTM, 2012b).

O Regulamento do NEABI define, no Art. 3º, os seguintes objetivos do NEABI/IFTM:

- I. Divulgar a influência e a importância da cultura negra, afrodescendente e indígena na formação do povo brasileiro e suas repercussões no âmbito do país, do estado, da região e do município;
- II. Promover a realização de atividades de extensão como cursos, seminários, palestras, conferências e atividades artístico-culturais voltadas para a formação inicial e continuada referentes às temáticas de que trata o presente regulamento;
- III. Organizar encontros de reflexão e capacitação de servidores em educação para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
- IV. Implementar ações inerentes à Lei 11.645/08 direcionadas para uma educação pluricultural, para a construção da cidadania, por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas;
- V. Fazer intercâmbio entre os câmpus do IFTM e escolas da rede pública (estadual e municipal) e privada, comunidades negras rurais, quilombolas, aldeias e outras instituições públicas e privadas com o intuito de realização de atividades voltadas para as questões étnico-raciais dos negros, afrodescendentes e indígenas;
- VI. Promover a realização de pesquisas e a publicação de resultados relacionados à questão do negro, afrodescendente e indígena em variados veículos de comunicação;
- VII. Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa nos aspectos étnico-raciais;
- VIII. Estimular o desenvolvimento de conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi, trans e interdisciplinares, de forma contínua e permanente;
- IX. Realizar discussões sobre os componentes curriculares dos cursos ofertados pelo IFTM no sentido de concretizar o Plano Nacional de Implementação da Lei 11.645/2008;
- X. Articular ações entre ensino, pesquisa e extensão, de caráter interdisciplinar, que permitam desenvolver a temática da diversidade étnico-racial;
- XI. Assessorar o trabalho docente na busca de temáticas étnico-raciais, metodologias de ensino/ aprendizagem e propostas de atividades de avaliação no desenvolvimento das ações relacionadas aos negros, afrodescendentes e indígenas;

XII. Criar estratégias de divulgação do conjunto de ações, estudos, conteúdos (textos, artigos, monografias, dissertações, teses e vídeos) e propostas do Núcleo como suporte para o trabalho docente, sobretudo por meio do portal da web, relacionadas especificamente ao estudo das questões étnico-raciais dos negros, afrodescendentes e indígenas (IFTM, 2012).

No Regulamento está definido que o NEABI/IFTM deve ser composto por representantes docentes, técnicos administrativos, discentes dos *campi* e comunidade externa, mediante indicação da Direção do *Campus* e homologação do Reitor, em portaria específica e determina que a representação seja de, no mínimo, dois anos e que as reuniões sejam mensais (IFTM, 2021b).

Em relação às competências, o presidente, segundo o Regulamento do NEABI, no Art. 15 define:

Compete ao presidente do NEABI/IFTM: I. Propor, elaborar, executar e avaliar ações educativas que concretizem a promoção do conhecimento e da valorização da história dos povos africanos e indígenas e de suas culturas; II. Articular e/ou promover parcerias com vistas à realização de atividades interdisciplinares que permitam desenvolver a temática da diversidade étnico-racial. III. Convocar, presidir e registrar as reuniões do Núcleo; IV. Divulgar e responder publicamente pelo Núcleo e/ou indicar formalmente seu substituto; V. Elaborar relatório anual de desempenho das atividades realizadas pelo Núcleo; VI. Promover a integração do NEABI/IFTM com outras entidades/instituições afins, públicas e privadas; VII. Colaborar em ações que levem à constituição de um acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica (IFTM, 2012b).

No Art. 16 são definidas as atribuições dos membros:

[...] Compete aos membros do NEABI/IFTM: I. Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias; II. Participar das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Núcleo; III. Apresentar ao Núcleo projetos de pesquisa, ensino e extensão; IV. Divulgar em eventos científicos e culturais os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo; V. Participar da organização de eventos do Núcleo; VI. Auxiliar o presidente em todas as atividades do Núcleo (IFTM, 2012).

O Regulamento do NEABI/IFTM possui cinco capítulos em que são apresentadas as disposições preliminares, o objetivo do regulamento, descreve a denominação e a finalidade do núcleo, a estrutura organizacional, e as competências do presidente e dos membros (IFTM, 2021).

### 5.3 NEABI/IFTM Campus Uberaba

#### 5.3.1 *Antecedentes históricos e motivadores para o surgimento do NEABI/IFTM – Uberaba*

O fomento à pesquisa sobre as relações étnico-raciais não é recente. Ainda em 1950, a Universidade Federal da Bahia, por meio do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), promovia estudos sobre luta e resistência do povo negro. Mas, somente a partir de 2015 é que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), determinou a organização dos NEABIs nos Institutos (ALVES, 2020).

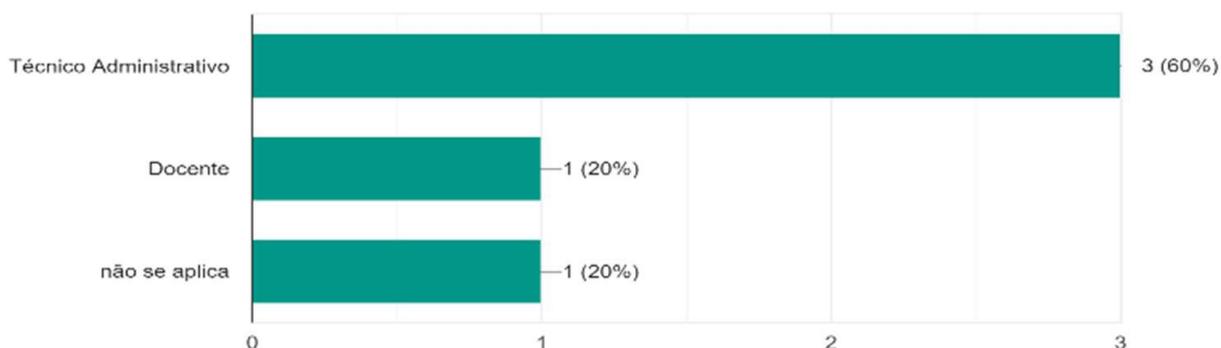
Araújo, Martins e Florêncio (2018, p.187) esclarecem que:

Na Rede Federal Brasileira alguns órgãos são responsáveis pela emissão de normas e regulamentações nacionais; no caso do Ministério da Educação, existe a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Nos Institutos Federais esse órgão emite notas e normativas que visam à padronização do sistema educacional na rede. De acordo com uma portaria emitida pela SETEC, entre 2011 e 2012, os Institutos devem estimular a criação de núcleos para o estudo das condições de acesso e permanência de indígenas e quilombolas, além de fortalecer os vínculos entre as comunidades e o ambiente escolar.

Em 2012, atendendo à solicitação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), os NEABIs foram criados no IFTM e cada um dos *campi* possui um núcleo que realiza periodicamente atividades relacionadas à temática. O NEABI do IFTM *Campus* Uberaba teve duas portarias de nomeação de composição de seus membros, com mandato de quatro anos. Na primeira gestão, de 2012 a 2018, o presidente nomeado foi o docente Wellington José Custódio Costa; e, na segunda, de 2019 até o momento, o presidente nomeado é o técnico administrativo Gleisson Marques Gonçalves. Na Portaria nº 33/2019, consta a nomeação de dezessete membros do núcleo, quais sejam: o presidente; cinco docentes; três técnicos administrativos; cinco discentes; e três membros da comunidade externa. As reuniões ocorrem no *Campus*, bimestralmente, em horário de trabalho. De acordo com os cinco membros do Núcleo, que responderam ao questionário, foi possível afirmar que:

Quanto ao cargo que ocupam no IFTM (Figura 13), 60% são técnicos administrativos, 20% docentes e 20% não responderam.

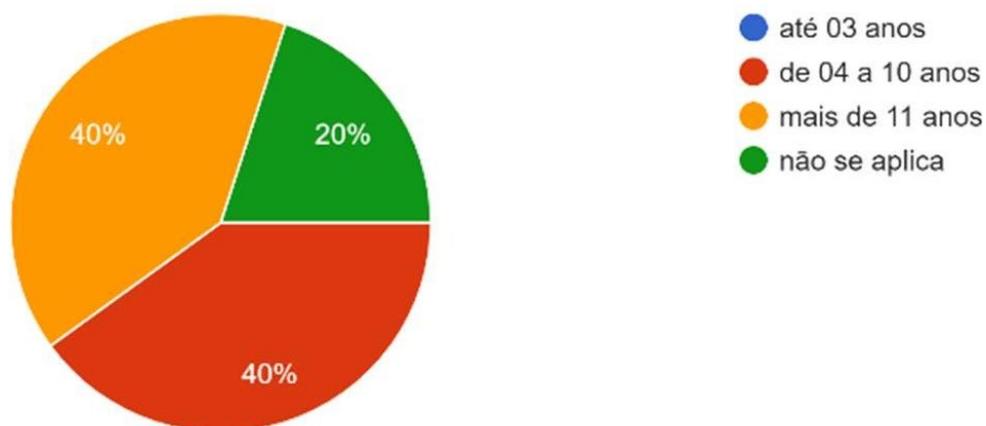
Figura 13 - Perfil Membros do NEABI/IFT /Campus Uberaba: cargo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

Quanto ao tempo de instituição (Figura 14), 40% têm de 04 a 11 anos, 40% mais de 11 anos e 20% não responderam.

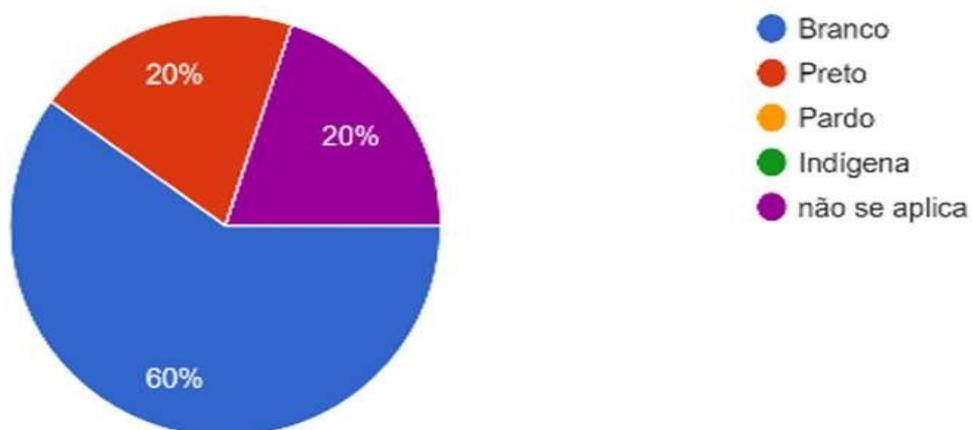
Figura 14 - Perfil Membros do NEABI/IFTM Campus Uberaba: Tempo de Instituição



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

Quanto à etnia (Figura 15), 60% se declararam brancos, 20% pretos e 20% não responderam.

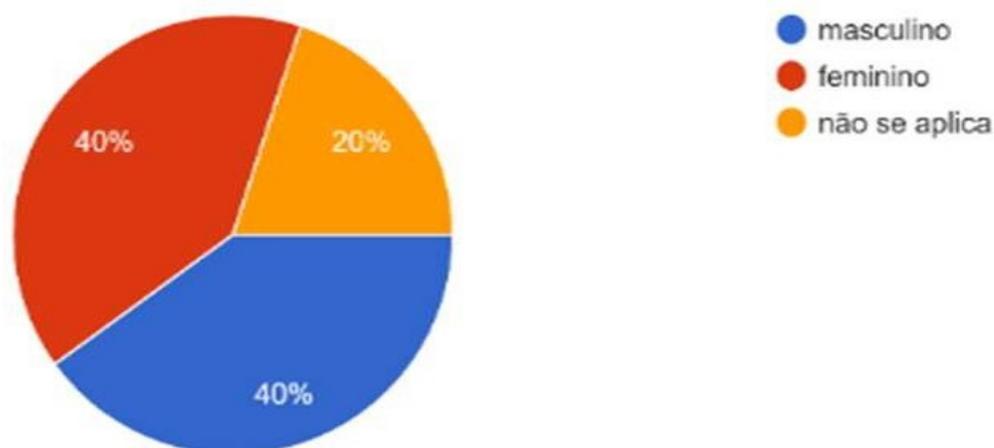
Figura 15 - Perfil dos Membros do NEABI/IFTM/Campus Uberaba: Etnia



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

Quanto ao sexo (Figura 16), 40% são homens, 40% mulheres e 20% não responderam.

Figura 16 - Questionário X Pergunta X Qual é o seu sexo?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

### **5.3.2 Os desafios encontrados pelo NEABI/IFTM Campus Uberaba para inclusão da temática da educação para relações étnico-raciais**

Para colocarem em prática a efetivação da proposta presente na Lei nº11.645/08, nas diferentes áreas de conhecimento nas ações pedagógicas e currículos escolares, os membros dos NEABIs precisam superar algumas dificuldades e obstáculos. Em questionário realizado, o Presidente do NEABI/IFTM Campus Uberaba – (P/NEABI/IFTM) descreveu as seguintes dificuldades:

*“O núcleo deveria ter mais apoio da direção do Campus e Reitoria para promover mais ações de consolidação do NEABI”.*  
(P/NEABI/IFTM,2020)

*“Há uma necessidade de institucionalização do núcleo, tornando-o setores com espaço físico e lotação exclusiva de servidores”*  
(P/NEABI/IFTM, 2020)

*“Então... as dificuldades são diversas desde estrutura física, recurso financeiro para fomentar as ações do NEABI [...]”.*(P/NEABI/IFTM,2020)

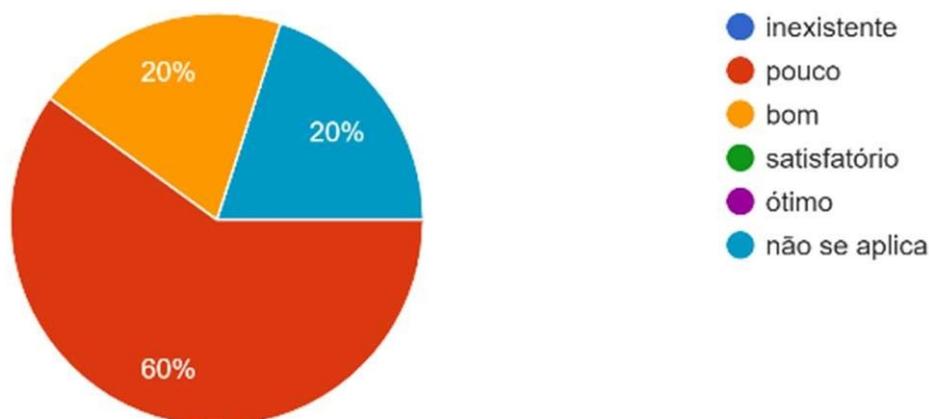
Constatamos que o NEABI não possui uma sala própria no *campus*, o que acarreta que as reuniões e eventos aconteçam em locais diversos, no próprio Campus e que devem ser previamente cedidos ou agendados. O fato de não existir uma estrutura física dificulta a visibilidade e atendimento do NEABI, tanto para os alunos quanto para os docentes, os quais têm que procurar seus membros em seus respectivos locais de trabalho, ou por meio de agendamento.

*“[...] Para além disso, falta apoio institucional em nível de Reitoria e de Campus desde gestão, coordenação pedagógica, até investimento em ações efetivas sobre a temática das relações étnico-raciais no IFTM”.*  
(P/NEABI/IFTM, 2020)

Observa-se que não ocorre uma integração entre os diversos órgãos com as atividades a serem realizadas pelo NEABI, como por exemplo: a falta de liberação dos servidores, sejam membros ou não, para realizarem as atividades. A dispensa e o incentivo dos/aos discentes para assistirem às atividades realizadas do NEABI não ocorrem com frequência, e não há apoio financeiro. Deste modo, a percepção dos membros quanto ao apoio institucional, conforme (Figura 17), é de que 60% dos

membros afirmam que o apoio é pouco, 20% afirmaram que o apoio é inexistente e 20% não responderam.

Figura 17 - Quanto à Percepção de Apoio Institucional para o NEABI



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

Devido à insuficiência de membros do NEABI e ao acúmulo das funções profissionais, não há disponibilidade de pessoal para fiscalizar *in loco* como está sendo aplicada, nas aulas, a Lei 11.645/2008. Existe o desejo de fazer um acompanhamento individual dos alunos que ingressam no IFTM por meio das cotas raciais para ajudar na permanência e êxito nos cursos; porém, a falta de membros inviabiliza tal ação, como vemos nos relatos:

*“Ademais, falta acompanhamento efetivo da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 na Instituição [...]”*,

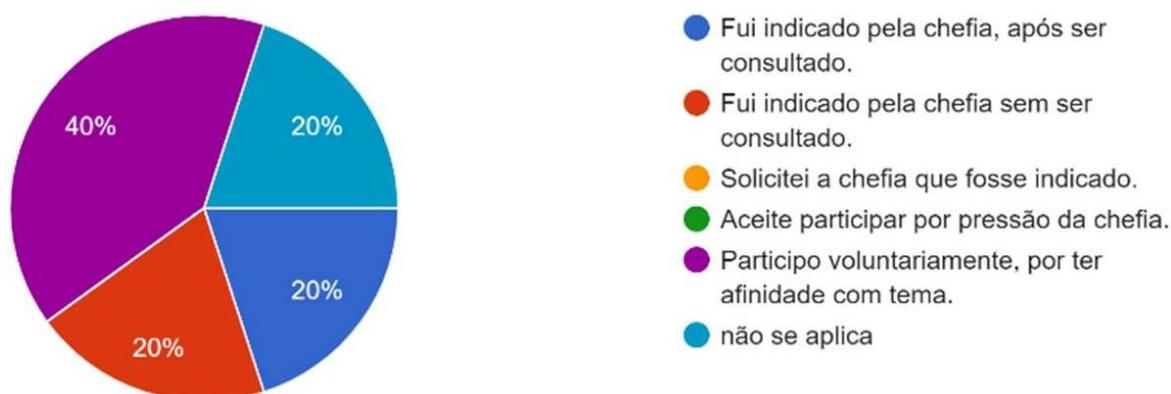
*“Acompanhamento alunos cotistas e ações concretas voltadas para sua permanência’ (P/NEABI/IFTM,2020)*

*“[...] falta envolvimento dos membros que estão na Portaria do NEABI.” (P/NEABI/IFTM, 2020)*

Os membros do NEABI, que são indicados pelas pró-reitorias, nem sempre estão envolvidos com as questões e ações étnico-raciais, o que leva ao desinteresse em participar ativamente, não comparecendo às reuniões, à formação e às atividades promovidas, o que sobrecarrega o presidente que, por vezes, não consegue sozinho atender às demandas e propostas esperadas do NEABI. A resposta da Figura 18

corroborar esta fala pois 20% dos membros que responderam ao questionário confirmam terem sido indicados pelas chefias e aceitado a nomeação, 20% não foram sequer consultados, 40% disseram participar voluntariamente por afinidade com o tema, e ainda 20% preferiram não responder esta questão.

Figura 18 - Motivação Para ser Membro do NEABI



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

No ano de 2019 houve a realização exitosa de seis atividades que promoveram o debate sobre questões que envolvem as questões étnico-raciais, apesar das dificuldades enfrentadas pelo NEABI/IFTM *Campus* Uberaba, tais como: falta de infraestrutura; pouco apoio institucional; e ausência de compromisso de alguns de seus membros. Vale destacar a atuação do seu presidente.

### **5.3.3 Ações promovidas pelo NEABI/IFTM – Uberaba. Em sintonia com as Leis 10639/2003 e 11645/2008**

Na primeira reunião do NEABI/IFTM *Campus* Uberaba, no ano de 2019, foram apresentadas diversas propostas de atividades a serem realizadas naquele ano. Nela estiveram presentes membros nomeados do NEABI e servidores simpatizantes da causa. Os participantes da reunião inicial foram: um aluno de curso técnico; dois alunos de cursos de graduação; dois simpatizantes; cinco professores; e três técnicos administrativos.

As propostas principais apresentadas para o ano de 2019 foram: a) conseguir novos membros para o NEABI, mesmo sem Portaria; b) realizar atividades além das datas comemorativas; c) realizar reuniões mensais, promover encontros de formação

dos membros do NEABI como docentes, discentes e interessados; d) trabalhar com ações juntamente com os alunos das licenciaturas, e) produzir e dar visibilidade e publicidade às ações realizadas pelo NEABI na comunidade escolar; f) promover cine cultura; e g) fortalecer a Comissão de Autodeclaração.

Com base nas propostas apresentadas, foram realizadas as seguintes atividades, indicadas no Quadro 8.

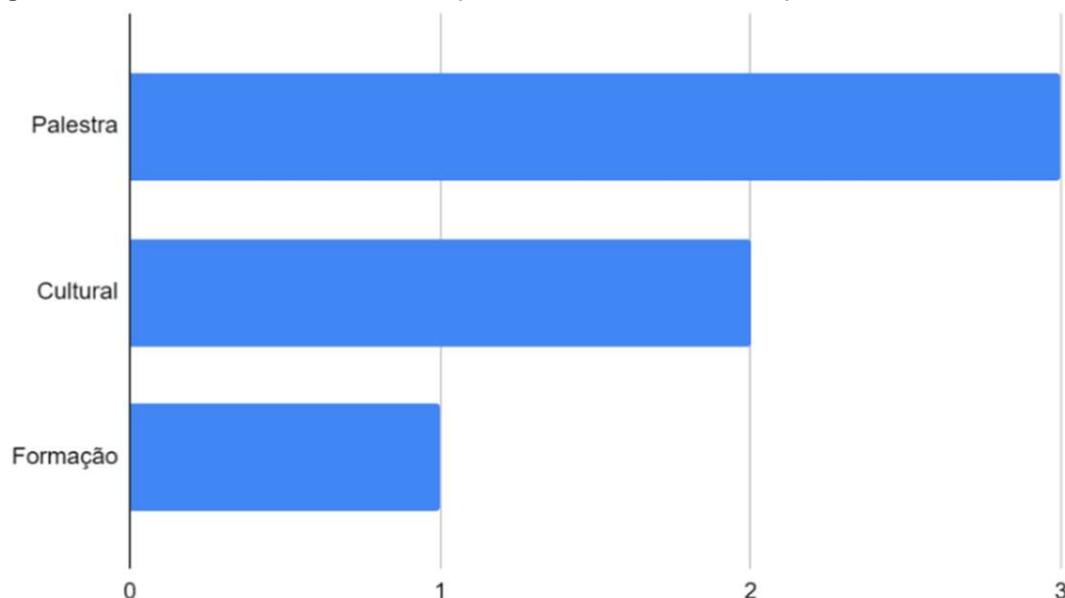
Quadro 8 - Atividades realizadas pelo NEABI/Campus Uberaba em 2019

Período	Local	Atividade/horário	Descrição	Público	Participação aproximada
Abril/maio dia: 29/04 a 02/05	Auditório do Campus Uberaba/I e Salas de aula	Ramé Paba Xá Xiu?  Horário: matutino e vespertino	Tratou-se de um relato oral com a indígena, residente na cidade de Uberaba, Amanda Oliveira que abordou o tema: O índio na sociedade e a naturalização da "inexistência" do indígena no Brasil.	Alunos dos cursos técnicos e graduação	100 alunos
Abril/maio dia: 29/04	Espaço livre em frente à Secretaria do Campus Uberaba/I	Intervalo Cultural  Horário: 11h as 13h	Ocorreram atividades artística/cultural com a indígena Amanda Oliveira, como dança, pintura, exposição de arte indígena.	Comunidade interna e externa do IFTM	Não se aplica
Maio dia: 14	Auditório do Campus Uberaba/I	Palestra Horário: 19h às 22h30	Tratou-se de uma palestra com o Tema: "A falsa abolição e seus desdobramentos na sociedade atual". O palestrante foi o Professor Dr. Flávio Henrique Dias. Saldanha UFTM	Alunos dos cursos de graduação e pós-graduação	70 alunos
Maio dia: 17	Auditório Campus Uberaba/I	Palestra Horário: 12h30 às 15h	Tratou-se de uma palestra como o tema "As cotas raciais: uma necessidade ou um problema no Brasil". Palestrante Professora Dra. Márcia Cristina Souza UFTM	Alunos dos cursos técnicos e graduação	30 alunos
Maio dia: 24	Auditório Campus Uberaba/I	Cine debate Horário: 12h30 às 15h	Atividade Cultural, com a exibição do filme: "O menino que descobriu o vento" e, logo após, um debate.	Alunos dos cursos técnicos e de graduação	30 alunos
Junho dia: 05	Cidade de Igarapava-SP	Palestra Horário 19h às 20h30	Palestra para formação dos Membros do núcleo como Tema: "Quem tem medo do ativismo negro", proferida pela filósofa, escritora, mestra e ativista Djamilia Ribeiro	Membros e simpatizantes do NEABI e comunidade interna e externa	02 membros do NEABI 9 pessoas da comunidade externa
Obs.: no segundo semestre não ocorreram atividades planejadas e/ou executadas pelo NEABI/ Campus Uberaba					

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As seis atividades realizadas pelo Núcleo em 2019 (Quadro 8 e Figura 19), no IFTM *Campus* Uberaba/I foram três palestras, um cine cultura, uma exposição de arte e uma atividade (palestra) para formação. Apesar das dificuldades encontradas, pode ser verificado o empenho de seu presidente e de alguns poucos membros na realização e efetivação das atividades.

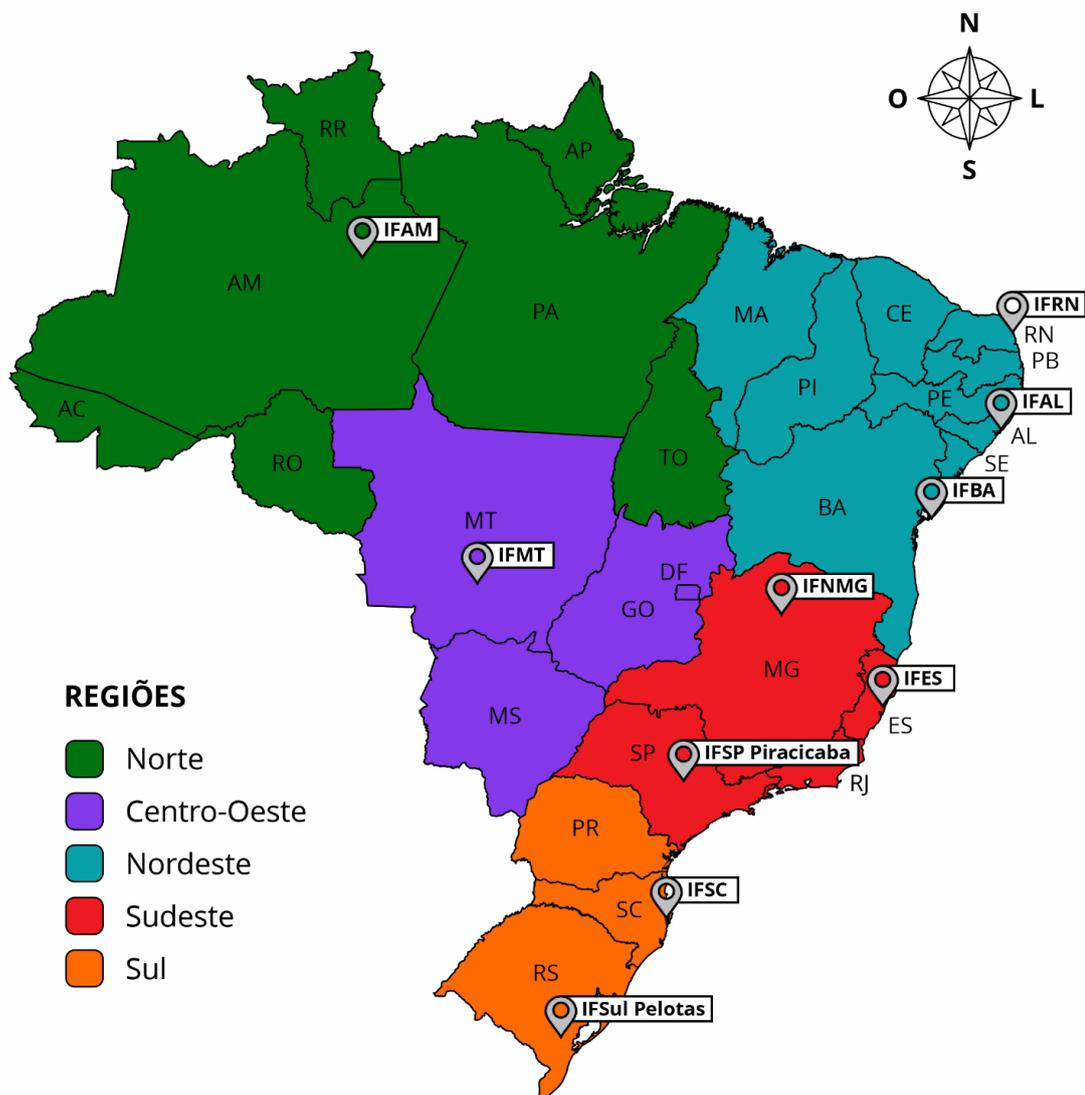
Figura 19 - Atividades realizadas pelo NEABI/IFTM/Campus Uberaba em 2019



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

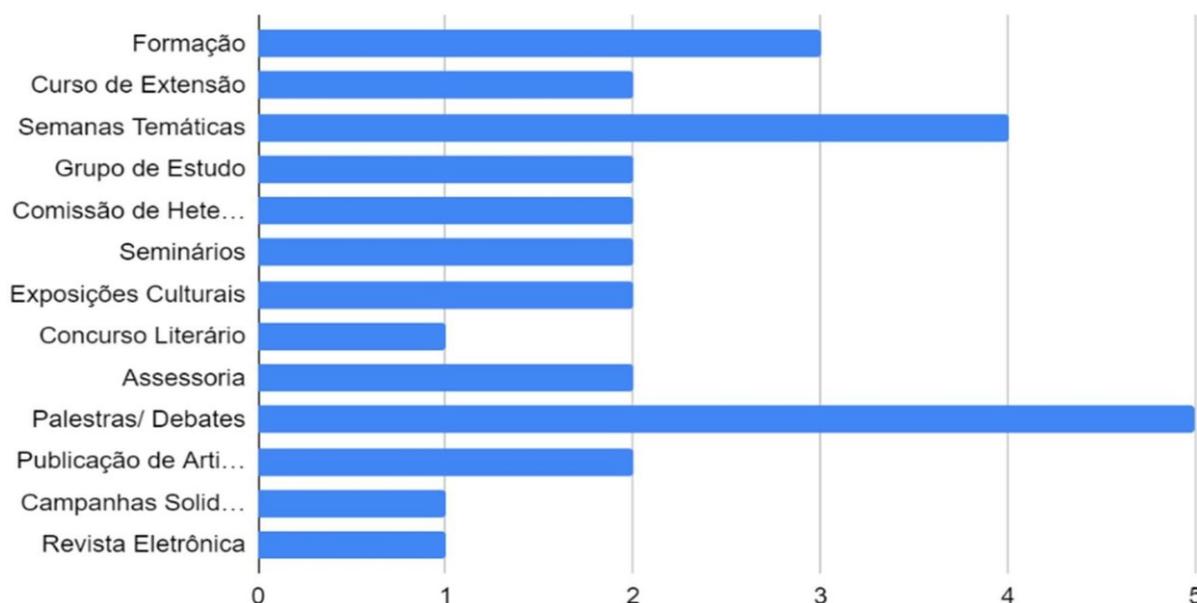
As atividades realizadas pelo NEABI/IFTM *Campus* Uberaba não divergiram das realizadas em outros dez Institutos Federais (IFs): IF Bahia; IFSUL Pelotas; IF Espírito Santo; IF São Paulo Piracicaba; IF Rio Grande do Norte; IF Amazonas; IF Norte de Minas Gerais; IF Mato Grosso; IF Santa Catarina; e IF Alagoas (Figura 20). Os NEABIs apontaram suas principais atividades: debates/ palestras; atividades temáticas em datas comemorativas; e atividades de formação (Figura 21).

Figura 20 - IFs que responderam ao questionário



Fonte: Adaptado pela pesquisadora, 2022

Figura 21 - Principais Atividades Realizadas Pelos NEABIs nos IFs



Fonte: . Elaborado pela pesquisadora.

A atividade que obteve o maior número de participantes da comunidade do IFTM foi “Ramé Paba Xá Xiu”? que, em tradução livre é: “O índio na sociedade?”. Na ocasião, alguns docentes liberaram os discentes e cederam suas aulas para que a indígena Amanda Oliveira realizasse a sua atividade. O docente G , em conversa informal, relatou que durante a atividade foi possível notar o interesse e curiosidade dos alunos que fizeram diversas indagações à palestrante. Este docente solicitou que seus alunos dos cursos técnicos apresentassem, por escrito, um relato sobre a atividades e eles foram socializados com os membros do NEABI. Vale destacar alguns deles:

*“A importância da palestra da Amanda Oliveira é prá que a gente tenha consciência e sabedoria do quão grave está sendo a condição dos nossos indígenas”. (ALUNA A/Campus Uberaba/curso técnico)*

*“Eu amei a palestra; este assunto é muito importante, ainda prá nós que estamos fazendo curso de agropecuária. Muitos agricultores não têm consciência sobre seus atos [...] acabando com o solo”. (ALUNA B/Campus Uberaba/curso técnico)*

*“Foi maravilhosa a palestra. A história dela é motivadora. Sim, o cuidado com a natureza; o homem está pensando só em novas empresas sem pensar nos índios”. (ALUNA C/Campus Uberaba/curso técnico)*

A palestrante Amanda Oliveira (Figuras 22 e 23), fez um dia de exposição de seus trabalhos manuais no espaço livre em frente à Secretaria do IFTEM *Campus* Uberaba, local que tem fluxo contínuo de alunos e de servidores. Ela também fez pintura facial indígena nos discentes.

Figura 22 - Pintura Facial



Fonte: IFTEM (2019b).

Figura 23 - Palestra RAME PABÁ XA XIU?



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019).

Na palestra “A falsa abolição e seus desdobramentos na sociedade atual” (Figura 24), o palestrante foi o Prof. Dr. Flávio Henrique Dias Saldanha /UFTM, ocorreu no período noturno e obteve um público significativo dos alunos dos cursos de graduação, liberados por professores para participar da atividade. Houve grande interesse e motivação por parte dos alunos que participaram, com questionamentos ao final da atividade e uma estudante relatou que

*“[...] só não ficariam até o fim da atividade porque dependiam do transporte público” (Aluna D/graduação).*

Figura 24 - Cartaz de Divulgação das Atividades do dia 13 de maio

**13 DE MAIO**  
**(RE)CONTAR A HISTÓRIA É (RE)DESCOBRIR,  
 (RE)PENSAR E (RE)FAZER O BRASIL.**

**PROGRAMAÇÃO**

**14/05 - 19h às 22h30**  
 Auditório do CGAE - IFTM Campus Uberaba  
 Palestra "A falsa abolição e seus desdobramentos na sociedade atual" com o Prof.Dr. Flávio Henrique Dias Saldanha (UFTM/Uberaba).

**17/05 - 12h30 às 15h**  
 Auditório Padre Agostinho Zago - IFTM Campus Uberaba  
 Roda de Conversa "Cotas raciais: uma necessidade ou um problema no Brasil?" com a Profª.Drª. Maria Cristina Souza (UFTM/Uberaba).

**24/05 - 12h30 às 15h**  
 Auditório Padre Agostinho Zago - IFTM Campus Uberaba  
 Cine Debate com membros do NEABI IFTM Campus Uberaba  
 Filme "O menino que descobriu o vento" (2019, Drama, 1h53, censura 12 anos).

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

INSTITUTO FEDERAL  
 Triângulo Mineiro  
 Campus Uberaba

Fonte: IFTM (2019)

A atividade cine cultura exibiu filme *O menino que descobriu o vento* (Figura 25), seguido por um debate que contou com a participação de alunos dos cursos técnicos.

Figura 25 - Cartaz do Filme: O menino que descobriu o vento



Fonte: O menino... (2019).

Na palestra com o tema “As cotas raciais: uma necessidade ou um problema no Brasil?” (Figura 26 e 27), a palestrante foi a Profa. Dra. Márcia Cristina Souza/UFTM e teve a participação de apenas uma turma: o Curso de Agronomia.

Figura 26 - Palestra Cotas Raciais: uma necessidade ou um problema no Brasil



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019).

Figura 27 - Palestra Cotas Raciais Profa. Márcia



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2019).

A participação na palestra *Quem tem medo do ativismo negro* foi proferida por

Djamila Ribeiro, pesquisadora, mestra em Filosofia, ativista feminina e também negra (Figura 28). Foi idealizada como momento de formação para os membros do NEABI. Além da palestra, houve apresentações artísticas relacionadas ao tema como dança, poesia e música negra. Esta atividade ocorreu em um sábado na cidade paulista de Igarapava- SP, próxima a Uberaba-MG. O presidente do Núcleo alugou o transporte, uma van, e o valor foi rateado entre os participantes. Esta atividade contou com a participação de 11 pessoas, sendo somente dois integrantes do NEABI. As demais pertenciam à comunidade externa como professores de outras instituições, ativistas e simpatizantes do Movimento Negro.

Figura 28 - Djamila Ribeiro



Fonte: Agência FOTEC (2019).

Nesta atividade de formação os participantes puderam ter contato pessoal com a palestrante Djamila Ribeiro (Figura 28), que conversou com o grupo do NEABI após o término da palestra. Os participantes puderam conhecer o movimento artístico Slam<sup>4</sup>, conversaram com os artistas e assistiram às suas performances artísticas. Devido ao número reduzido de participantes, foi possível haver um entrosamento entre eles, possibilitando o compartilhamento de experiências e vivências em grupos

---

<sup>4</sup> Slam é uma batalha de poesias e rimas. No Brasil tem apresentado suas manifestações, sobretudo entre os jovens periféricos, e traz consigo um forte teor auto afirmativo, identitário e de ocupação de espaços públicos (MORAES, 2019).

do Movimento Negro.

Constatamos, assim que, no ano de 2019, o NEABI/IFTM *Campus* Uberaba realizou seis atividades no primeiro semestre e, como é preconizado no Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do IFTM, com estas atividades, o Núcleo conseguiu atingir um dos seus objetivos, segundo o art. 36:

b. Promover a realização de atividades de extensão como cursos, seminários, palestras, conferências e atividades artístico-culturais voltadas para a formação inicial e continuada referentes às temáticas de que trata o presente regulamento; organizar encontros de reflexão e capacitação de servidores em educação para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país (IFTM, 2012a).

Desse modo, pode-se afirmar que o NEABI/IFTM *Campus* Uberaba buscou promover estudos, pesquisas e debates a respeito de questões que afetam as populações afro-indígenas como o preconceito, a discriminação e o racismo, de forma a entrelaçar o debate entre ensino, pesquisa e extensão. As ações promovidas pelo NEABI/IFTM *Campus* Uberaba têm ocorrido junto à comunidade escolar, com ênfase em ações e eventos que ocorrem nas semanas do mês de abril “indígena” e “Negro”, nos meses de maio e novembro.

## 6 RESULTADOS

### 6.1 Categoria de Análise: 1- Ações e atividades realizadas pelo NEABI e 2 - dificuldades encontradas pelo NEABI para a realização de atividades

Iniciamos esta análise com a opinião de servidores sobre o NEABI:

*Núcleo de extrema importância para a instituição” (SERVIDOR 1/Campus Uberaba)*

*O NEABI é o núcleo de estudos afro-brasileiro e indígena e visa provocar reflexões, formação e produção de conhecimentos, bem como a proposição para a realização de ações que possam contribuir para a valorização das identidades e culturas dos povos afrodescendentes e indígenas’. (SERVIDOR 2/Campus Uberaba)*

*É o núcleo desenvolvedor de ações voltadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena’ (SERVIDOR 3/Campus Uberaba)*

*O NEABI poderia exercer apoio pedagógico para além de ter a finalidade de núcleo de estudos. (SERVIDOR 4/Campus Uberaba)*

*É um núcleo de extrema importância para a instituição, apesar de não receber apoio. (SERVIDOR 5/Campus Uberaba)*

Com base nestes depoimentos, podemos dizer que o núcleo no IFTM *Campus* Uberaba tem reconhecida a sua importância e relevância na luta por uma educação antirracista, o que é um fato positivo, pois demonstra que alguns servidores têm conhecimento do que vem a ser o Núcleo e reconhecem suas ações. Isso, teoricamente, ajudaria o núcleo a atingir seus objetivos. Ao longo desta análise, verificaremos se esta impressão inicial se sustenta, ou não.

Nas ações do NEABI, no primeiro semestre letivo do ano de 2019, identificamos quatro palestras, um cine cultura, uma exposição de arte e um encontro de formação e nelas foram abordadas histórias dos negros e indígenas de maneira positiva, sendo suscitadas discussões sobre cultura, a existência do racismo e a importância das ações afirmativas.

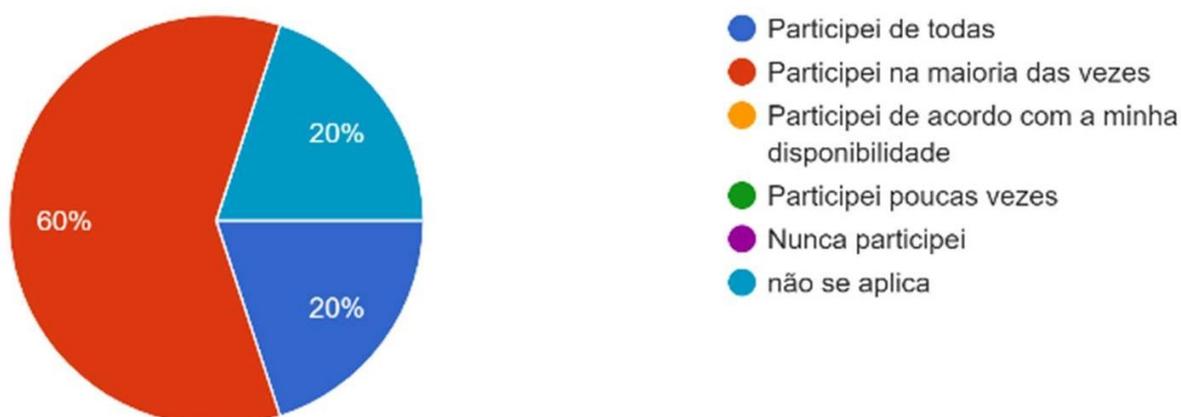
Os alunos presentes nas atividades promovidas se mostraram participativos e atentos às atividades, o que demonstra terem uma pré-disposição para debater estes temas porque interagiram com perguntas e comentários, participação com pintura corporal, dançaram e aplaudiram, entre outras manifestações positivas durante os eventos. Alguns docentes também participaram das ações, envolvendo-se nas

atividades e inclusive cederam suas aulas.

Um docente, além de ceder suas aulas, encaixou a atividade “Ramé Paba Xá Xiu?” no seu planejamento escolar e, após a palestra, solicitou aos alunos uma atividade avaliativa na qual os discentes registraram suas impressões sobre o tema. Dessa forma, percebemos que os docentes que demonstram sensibilização à temática compreendem a sua importância e conseguem incluir o tema em suas atividades cotidianas, sem a necessidade de grandes alterações no planejamento curricular. Verificamos, assim, a necessidade de oferecer uma formação continuada aos docentes, técnicos e discentes.

Podemos perceber que uma das dificuldades para a realização destas atividades do NEABI foi a falta de uma equipe disponível para planejar e executar as atividades, o que impossibilitou sua divulgação com maior antecedência. As atividades realizadas foram planejadas e executadas em um curto período de tempo e por poucas pessoas. Uma das questões observadas foi a baixa adesão de membros do NEABI na realização e preparação das atividades. A participação em reuniões e atividades ocorre de modo inconstante, como por exemplo, na primeira reunião realizada, houve 13 participantes (3 discentes, 2 simpatizantes, 5 docentes e 3 técnicos administrativos). Na segunda reunião, foram 8 participantes (3 docentes e 3 técnicos administrativos). Na atividade de formação, foram 2 técnicos administrativos e na palestra sobre cotas foi apenas um membro técnico administrativo, uma contradição quanto à participação nas reuniões e atividades (Figura 29), pois 80% dos membros que responderam ao questionário afirmaram ter participado de todas, ou da maioria das atividades.

Figura 29 - Quanto à sua Participação nas reuniões e Atividades do NEABI



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

No que diz respeito às dificuldades para participar das reuniões nas atividades (Figura 30), 40% dos membros afirmaram não terem tido dificuldades e que foram liberados pelas chefias, 20% alegaram dificuldades de participar em outro horário diferente do seu expediente, 20% afirmaram que só participaram das atividades que ocorreram durante o seu horário de trabalho e 20 % não responderam.

Figura 30 - Quanto às dificuldades para participar das reuniões e atividades do NEABI



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa direta com membros do NEABI/IFTM/2021.

Na condução das atividades promovidas pelo NEABI, os técnicos administrativos desenvolveram um papel fundamental com conhecimento e formação notória, embora tenham encontrado limitações, como, por exemplo, não serem liberados e incentivados a participar por suas chefias. Este acúmulo de função e a indisponibilidade de tempo dos membros resulta na dificuldade da participação em determinados momentos. Como relatou um membro:

*“Ninguém falou nada, mas vi que não gostaram. Neste período tem muito trabalho”.* (Membro 1)

A ausência de um servidor com dedicação exclusiva, ou parcial, para atender às demandas do Núcleo é um fator que merece especial atenção. Um servidor exclusivo facilitaria a organização e o planejamento das atividades, por exemplo, e ele poderia fazer periodicamente o acampamento dos alunos cotistas (pretos e indígenas), identificar e atender suas necessidades, ou até mesmo identificar demandas dos docentes e planejar atividades de formação. Do modo que ocorre hoje,

todos os membros não têm, durante o seu expediente, um tempo dedicado para pensar as questões exclusivas do Núcleo.

Assim, sugerimos que o responsável seja o profissional docente negro para presidir, gerenciar e direcionar os núcleos, pois nos ambientes escolares os docentes são vistos em posição “hierarquicamente” superior a outros profissionais, fato que facilitaria o acompanhamento, formação e sensibilização de seus pares para o tema.

Outra dificuldade identificada é que o Núcleo não tem planejamento para destinação de orçamento, o que dificulta a realização de determinadas atividades. As atividades de formação demandam normalmente recursos financeiros como, por exemplo, contratar palestrantes, participar de cursos, congressos, adquirir e disponibilizar materiais didáticos (livros, revistas, jornais, entre outros). Com a falta de recursos, a participação em eventos e a aquisição de materiais fica deficitária, mesmo quando as ações são custeadas pelos próprios membros, como na atividade de formação que ocorreu em outra localidade, quando foi necessário que cada membro utilizasse de recursos próprios para pagar o transporte.

Os palestrantes que participaram das atividades do NEABI o fizeram de maneira voluntária, atendendo a um pedido pessoal de um dos membros, como forma de demonstrar amizade e solidariedade. Mesmo de modo voluntário, existe um custo com transporte, hospedagem e alimentação, o que torna evidente o esforço do Núcleo em realizar tais atividades. Contudo, contar somente com a vontade e solidariedade não permite a realização e execução de um projeto eficaz de formação inicial ou continuada. Portanto, faz-se necessário superar o voluntarismo para poder qualificar, satisfatoriamente, os docentes, técnicos e discentes.

Outra dificuldade do NEABI é o fato de não possuir local físico específico como uma sala porque as pessoas que necessitam de algum esclarecimento, ou auxílio do Núcleo, têm que se dirigir ao departamento no qual os servidores deste Núcleo trabalham, ou entrar em contato com eles de forma virtual, ou pelo telefone do trabalho, ou ainda pessoal. A falta de um local físico dificulta a percepção da comunidade escolar de que o NEABI é um núcleo permanente de estudo das questões étnico-raciais e que tem um trabalho contínuo de formação, acompanhamento, esclarecimento e estudo.

Percebemos que para melhor desempenho do Núcleo é essencial conseguir um local físico, fomentar a formação continuada, disponibilizar recursos financeiros e obter um servidor com dedicação exclusiva para estabelecer a ligação do núcleo com

a comunidade escolar. Cabe, portanto, à direção da instituição a tarefa de proporcionar tais recursos para garantir a viabilidade e efetividade dos NEABIs.

Pudemos perceber, durante conversas informais com três servidores do *campus*, que as atividades realizadas pelo Núcleo são negligenciadas e/ou desconhecidas por eles, o que acaba por dar-lhes a impressão de que ele tem pouca eficácia, é inativo ou pouco produtor, como ouvimos em seus relatos:

*“Você não vai ter material suficiente para pesquisar; o NEABI daqui não faz nada”* (SERVIDOR 6/Campus Uberaba)

*“É melhor você pesquisar na UFTM porque aqui eles (NEABI) não fazem nada”*. (SERVIDOR 7/Campus Uberaba)

*“Eles só fazem militância; e no lugar errado”*. (SERVIDOR 8/Reitoria)

As dificuldades encontradas pelo Núcleo são enfrentadas por outros grupos do Movimento Negro, conforme pudemos verificar nas seções anteriores. Cria-se uma lei para atender às demandas do grupo, uma aparente vitória, mas não se dá condições necessárias para a efetivação, de modo satisfatório, desta lei, e o que foi reconhecido, por muitos, como “falta de apoio institucional” é, na verdade, uma forma do racismo estrutural e institucional, presente nos mais diversos órgãos governamentais e que vem se perpetuando ao longo do tempo. Ao longo dos séculos são diversas as formas encontradas pela branquitude para burlar, enganar, trapacear, dificultar e silenciar a luta contra o racismo e, assim, manter seus privilégios.

As leis e decretos são homologados, mas não são criados mecanismos para a sua aplicação como, por exemplo, a lei Áurea que deu liberdade aos cativos, mas não lhes deu meios para sobrevivência, ou a lei de criminalização do racismo que existe mas são diversos os entraves e recursos para a aplicação da punição. Com a Lei nº 11.645/2008 e os NEABIs não foi diferente pois foram criadas as legislações, mas não foram fornecidos dotação orçamentária, espaço físico e/ou servidores disponíveis.

Em contrapartida, mesmo com as dificuldades, os mais diversos grupos engajados na luta contra o racismo vêm encontrando formas de driblar, ou amenizar, as dificuldades impostas e conseguem avançar nesta luta. A aprovação das ações afirmativas/legislações que visam combater o racismo já são uma vitória em si, pois, a partir de suas criações, foram fomentados debates sobre o tema, além de ter sido revelada a existência das mais diversas formas de racismo e seus agentes. Ao ser

debatido, o racismo é demonstrado; e o que é demonstrado, torna-se conhecido; e o que é conhecido, pode ser combatido.

## **6.2 Categoria de Análise 3 – política de ações afirmativas do IFTM**

As políticas de ações afirmativas do IFTM foram analisadas com base em três documentos: Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs); o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e o Regulamento do Programa de Ações Afirmativas (RPAA).

### **6.2.1 Nos PPCs dos cursos técnicos**

Encontramos as Leis nº 10639/2003 e/ou nº 11645/2008, citadas em todos os quatro cursos e os temas relativos às relações étnico-raciais estão presentes nas disciplinas da área de humanas, como História, Geografia, Artes, Sociologia e Extensão Rural, Sociedade e Cidadania e Literatura.

Percebemos um aparente avanço nos currículos escolares com relação aos temas propostos, pois, além de temas tradicionais como escravização, tráfico e colonização, aparecem temas mais atuais como segregação racial na África do Sul, a existência de diversas “Áfricas na África”, racismo, preconceito e discriminação, que até pouco tempo atrás eram negligenciados nos currículos. Consideramos ser uma importante vitória porque não faz muito tempo, a existência do racismo na sociedade brasileira era negada.

Outro tema de destaque é a África dos grandes reinos e impérios que remete à valorização dos povos africanos, desmistificando a ideia, até então comum, de que o continente Africano era habitado somente por povos em estágio primitivo de civilização, ou que viviam em tribos e não possuíam conhecimentos científicos. Demonstrar a existência de reinos e impérios com conhecimentos em diversas áreas ajuda criar uma visão positiva desta população, superando o estereótipo de que os negros eram somente escravizados e selvagens.

Todos estes temas destacados evidenciam um avanço rumo à educação antirracista, pois a citação deles configura uma abertura para as questões raciais atuais. São antagônicos os diversos conhecimentos relativos à população negra e indígena ensinados nas escolas e perpetuados na sociedade ao longo dos séculos. Nesse sentido, podem abrir caminhos de sensibilização para o estudo das questões

étnico-raciais.

O modo e a forma da aplicação destes temas ficam a cargo dos docentes . Daí, a importância de criar meios para auxiliá-los e acompanhá-los na efetivação em aula. Assim, destacamos a importância de se criar ações que promovam a formação e a sensibilização sobre uma educação antirracista.

Quanto aos termos NEABI e/ou RPAA, estes aparecem apenas como citação, não acompanhados de qualquer informação que esclareça os seus objetivos, o que demonstra certo negligenciamento da importância de ambos na construção da luta contra o racismo no Instituto.

### **6.2.2 No PDI**

Percebemos que o NEABI é citado em três momentos. Em um primeiro momento, como um núcleo de formação para a temática “Diversidade e Inclusão”, sendo um dos responsáveis por desenvolver um trabalho para a formação na temática. Em um segundo momento, é listado como uma das modalidades de Ações Afirmativas em forma de acompanhamento e sucesso oferecida aos discentes.

A indicação do NEABI como um núcleo de formação e acompanhamento está de acordo com seus objetivos; porém, nenhuma destas duas atividades puderam ser efetivas, de modo satisfatório, devido à falta de recursos por não possuir dotação orçamentária. Desse modo, não possui recursos financeiros para realizar determinadas ações de formação, conforme já apresentado. Ele não possui um ou mais servidores que tenham sido disponibilizados exclusivamente para realizar as suas atividades, a exemplo da atividade de acompanhar os discentes. Logo, podemos afirmar que as ações atribuídas ao núcleo no PDI não estão ocorrendo , na prática, de modo pleno.

O terceiro momento está presente no item de Infraestrutura Física (expansão), prevendo a reforma de um alojamento para abrigar um espaço físico para o NEABI no IFTM *Campus* Uberlândia. Mesmo aparecendo como previsão, esta indicação pode sinalizar um avanço, pois, apesar de se restringir a um único *campus*, já demonstra que a solicitação do NEABI, neste *campus*, foi ouvida e encaminhada.

### **6.2.3 Quanto ao RPAA**

Este documento é de grande relevância para as diretrizes das ações afirmativas, pois nele é detalhado, de forma clara, como elas podem ser oferecidas no âmbito do IFTM. Consta, por exemplo, o percentual de vagas reservadas aos alunos, por curso, de acordo com as especificidades, são definidas as ações, os objetivos e os agentes que devem cumprir tais ações. Nele consta um capítulo específico dedicado a apresentar o NEABI, descrevendo seus objetivos e ações, conforme o Regulamento do NEABI, inclusive com a mesma redação. A importância do RPAA está na disposição das diretrizes para a implantação de ações afirmativas no âmbito do IFTM, embora algumas delas já tenham sido cumpridas como, por exemplo, a reserva de vagas; e outras ainda não plenamente, como a formação e o acompanhamento discente.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa fazendo um resgate histórico da diáspora do povo africano. Começamos por descrever os fatores históricos que levaram os europeus, a partir do século XV, a invadirem as Américas e a África e escravizar milhões de pessoas nativas destes continentes. Com a invasão e ocupação do território brasileiro e parte do continente Africano, o governo português tinha em suas mãos um vasto contingente territorial. Por um lado, no Brasil, havia terras abundantes para produção agrícola e exploração de metais preciosos, produtos valorizados na Europa, e por outro lado, na África havia um contingente de pessoas que passou a ser visto como mão de obra.

No início da colonização brasileira os portugueses passaram a escravizar primeiro os indígenas e, posteriormente, os africanos para trabalharem produzindo riquezas. Os indígenas foram escravizados e, ao mesmo tempo, doutrinados pelos padres jesuítas que vieram ao país para “catequizá-los”. Os colonos utilizavam essa mão de obra escravizada para a produção, enquanto a igreja queria “salvar” suas almas. Os indígenas, por conhecerem bem o território, adentravam o interior, o que onerava as expedições para capturá-los. Eles também não possuíam resistência às doenças trazidas pelos europeus e morriam aos milhares.

Desse modo, os portugueses perceberam que era mais vantajoso escravizar os africanos. O tráfico de escravizados variou de acordo com os ciclos econômicos. Nos períodos em que era necessária muita mão de obra, aumentava a escravização. Os navios saíam do Brasil cheios de mercadorias e especiarias e as descarregavam na Europa e, na volta ao país, passavam pela África e embarcavam os escravizados. Milhares de homens e mulheres, após terem sido sequestrados, foram embarcados nos navios negreiros e enviados em direção às metrópoles europeias e às colônias. Houve um processo para desumanizá-los, o que fez com que perdessem a condição de seres humanos, passando a serem vistos como objetos, instrumentos utilizados apenas para produzir mercadorias e gerar lucro. Foram ainda expostos a várias formas de violência.

Para melhor escravizar, era necessário inferiorizar e desagregar as pessoas de sua cultura, família, bens e território. A dominação era física, mas também emocional. Os escravocratas faziam com que os escravizados se sentissem inferiores e frágeis. A religião cristã serviu bem a este propósito, doutrinando os cativos e dando aval

positivo para que os “cristãos” barbarizassem os infiéis. Alguns membros da igreja católica se puseram contra a escravização, com seus escritos; porém, não foram ouvidos.

A Europa era considerada o centro científico da civilização humana, um modelo a ser seguido de onde emanavam os verdadeiros conhecimentos, as virtudes e os modos de conduta. Era considerada uma sociedade modelo que deveria ser admirada e copiada. Em contrapartida, as outras civilizações deveriam ser inferiorizadas, ridicularizadas e suas crenças religiosas endemonizadas.

Percebemos que para justificar moralmente a escravização e a comercialização de seres humanos, os cientistas europeus forjaram diversas teorias racistas que atestavam a superioridade da branquitude. Inclusive foram eles que passaram a utilizar o termo “raça” para classificar as pessoas de acordo com a diversidade étnica, física e cultural. Estas teorias racistas impunham a ideia de que os europeus brancos eram o ápice da evolução humana, os seres mais evoluídos da humanidade, o que lhes dava o “direito” de subjugar os demais povos. Alguns cientistas europeus não concordaram com as teorias racistas e contestaram a divisão da humanidade em raças; porém, também não foram ouvidos.

Com esta classificação hierárquica surge o racismo, que é uma relação de poder onde um grupo toma o poder, se põe em situação de superioridade sobre outro e se aproveita disso para seu próprio benefício. No Brasil, no século XIX, e início do século XX os seus intelectuais pensaram em projetos para a construção de uma nação brasileira e criaram suas próprias teorias racistas. Nessas teorias, a miscigenação da população pobre (negros, indígenas e os brancos nativos ou imigrantes europeus) era defendida e havia um desejo de “clarear” o país e houve até mesmo a criação de uma associação eugênica no Brasil.

O racismo que surgiu com os europeus no século XIV se perpetuou nas estruturas da sociedade brasileira. Somos um país construído sobre bases racistas, preconceituosas e discriminatórias. Uma pequena parte da sociedade brasileira sempre se utilizou de meios para explorar a outra parte e, assim, manter seus privilégios. Saímos de uma sociedade escravocrata para uma sociedade capitalista. Os nomes mudaram mas os agentes continuam utilizando o mesmo modo operante.

Manter o racismo é manter o poder na mão de poucos. É inferiorizar alguém. É se sentir poderoso. E, infelizmente, isso não mudou ao longo do tempo. O racismo é estrutural e se apresenta nas mais diversas formas, como por exemplo, na violência

policial, no meio judiciário, no acesso à moradia, no acesso à saúde, na violência obstétrica, na intolerância religiosa, no meio político, na locomoção urbana, na educação, na mídia, aparecendo de forma velada, ou explícita.

No Brasil, desde sua colonização, existem grupos de pessoas que lutam contra o racismo e buscam acabar, ou minimizar, seus efeitos negativos na vida da população negra. No Brasil colônia existiam grupos como as irmandades religiosas “católicas” que davam suporte espiritual e, por vezes, material aos cativos como os quilombos, os ternos de congada, as associações recreativas, entre outras formas de manifestação. Mas, foi somente após a década de 1930 que surgiram grupos do Movimento Negro com viés político partidário como a Frente Negra Brasileira (FNB).

Esse movimento surgiu em um período pós-abolição e carregava ainda uma série de estereótipos negativos sobre si mesmo. Seus líderes tinham o desejo de valorizar a população negra e incluí-la socialmente, melhorando suas condições de vida. Ela oferecia a esta população negra diversas formas de assistência e serviços e criou o único partido político negro até o momento. Entretanto, havia entre seus membros fundadores pessoas com divergências ideológicas.

Enquanto alguns defendiam uma visão social esquerdista, democrática, outros membros defendiam os interesses da branquitude como a volta da monarquia e a ideia de que os negros, para serem aceitos socialmente, deveriam abandonar seus “maus hábitos” e se enquadrar nos padrões da elite branca. Apesar de suas divergências internas e de seu pouco tempo de existência, 1931 a 1937, a FNB inaugurou um novo modo de luta contra o racismo entre os grupos do Movimento Negro. Nesse período surge também o Mito da Democracia Racial, reforçado no livro *Casa Grande & Senzala*, do escritor Gilberto Freyre, no qual o autor afirma que no Brasil não existia racismo, mas, sim, preconceito de classe social. Outra afirmação é de que as oportunidades são dadas de modo igualitário entre as pessoas e que é o esforço e competência individual que determinam o sucesso e o fracasso pessoal, ou seja, a meritocracia, mascarando, assim, as condições desfavoráveis em que estava a população negra no sistema capitalista pós-abolição.

Foi criado um ambiente de trabalho competitivo entre os imigrantes e os ex-escravizados e seus descendentes, que eram preteridos nos postos de trabalho e tiveram que se sujeitar a trabalhos mal remunerados. A maior parte desta população negra continuou sem acesso à educação formal e profissional, realidade revelada por pesquisa patrocinada pela UNESCO em 1950 que demonstrou nacional, e

internacionalmente, que as relações raciais no Brasil não eram harmoniosas como afirmava o Mito da Democracia Racial.

Com a modernização das grandes cidades, uma pequena parte da população negra conseguiu trabalho na construção civil e em órgãos de governo, podendo, assim, ascender socialmente e obter formação; entretanto, era difícil conseguir trabalho compatível com sua competência. Desse modo, pessoas negras pertencentes a uma pequena elite intelectual negra começaram a se organizar e lutar por seus direitos, por exemplo, os fundadores da FNB.

Outro grupo do Movimento Negro organizado politicamente surgiu a partir da década de 1940, o Teatro Experimental do Negro, grupo que trouxe um novo olhar sobre o negro brasileiro, pois não buscava “enquadrar” mas destacar e valorizar o negro com suas características físicas, religiosas e culturais. Dentre as ações por eles promovidas podemos citar concursos de beleza negra, peças teatrais dirigidas e encenadas por artistas negros e ainda questionavam a forma como os negros apareciam na mídia e nos livros, além de reivindicarem uma nova abordagem dos negros nos ambientes escolares na busca de contar, e valorizar, as histórias de lutas, resistência e superação do povo negro. Este grupo buscava um enfrentamento, uma sensibilização sobre as questões étnico-raciais, reconhecendo-se como vítimas do racismo nas mais diversas áreas sociais, lutando por seus direitos e contra o racismo.

Na década de 1970 surgem vários grupos do Movimento Negro com viés político que também estavam empenhados em valorizar o negro e lutar pelos seus direitos. Eles atuaram diretamente na política, fizeram pressão no governo por meio de grandes manifestações e elegeram representantes para cargos políticos na Assembleia Constituinte, obtendo importantes vitórias contra o racismo, como a aprovação da lei de criminalização do racismo e o direito à terra das comunidades quilombolas. Os grupos do Movimento Negro com viés político iniciaram uma nova fase na luta contra as desigualdades raciais, pois, à medida que foram surgindo, foram modificando seus modos operantes e o seu olhar sobre si próprios.

Inicialmente os grupos com viés político do Movimento Negro carregavam ainda muito da visão de inferioridade e submissão neles introjetada durante séculos até que, a partir de 1940, buscam valorizar o negro como ele é, com seu cabelo, seu nariz, sua religião, seu tom de pele e sua história. Vemos que este modo da população negra se ver vem gerando muitos frutos, principalmente entre os mais jovens, que passaram a usar seus cabelos naturais, cantam suas músicas nas mídias, praticam

abertamente sua religiosidade, denunciam atos racistas e lutam por seus direitos. Esta nova geração sabe que são as vítimas, reconhecem seus algozes e compreendem a influência que o processo histórico tem em suas vidas. Em suma, a luta contra o racismo tem se ampliado e conseguido uma maior visibilidade.

Esta nova fase do movimento também levou o governo a reconhecer o racismo e, assim, prometer fazer ações para combatê-lo. Várias ações foram anunciadas pelos órgãos governamentais para o combate ao racismo e implantadas em órgãos nos governos municipais, estaduais e federal. O efeito destas ações não foi o esperado porque houve mais propaganda que efetivação. As políticas de ações afirmativas foram criadas, mas não foram dadas condições para a sua efetivação como o aporte financeiro, a autonomia administrativa, servidores qualificados, espaço físico, além de terem sido cooptadas lideranças, através de alto salários, entre outros obstáculos. Nesse jogo de “faz de conta”, muitos membros do movimento e da população negra se deixaram iludir e desmobilizaram a luta. Esperavam que seus representantes junto ao governo fossem capazes de mudar a realidade de desvantagem em que viviam.

Percebemos, assim, que não basta conquistar determinada ação afirmativa mas que deve-se fiscalizar a sua aplicação e ficar atentos aos possíveis obstáculos que surgirão. Como exemplo temos as cotas raciais em concursos, universidades e Institutos Federais. Vemos frequentemente denúncias de fraudes, pessoas brancas se passando por negras, ou pardas, e conseguindo a vaga destinada a estes grupos. O contrário também acontece, pois em determinados concursos em que há vagas para Mestrado e Doutorado quando não há pessoas negras, pardas e indígenas classificadas para assumir a vaga, esta passa a ser ocupada provavelmente por uma pessoa que não tem direito à cota. Também vemos pessoas negras a serviço da branquitude utilizando o “seu lugar de fala” sem o devido conhecimento, reforçando estereótipos racistas e deslegitimando a luta.

Cumpramos destacar que, mesmo diante de inúmeros obstáculos, o Movimento Negro no Brasil obteve importante conquista na luta contra o racismo na área da educação, com a aprovação da Lei nº 11.645/2008 que instituiu a obrigatoriedade da inclusão da temática da história e cultura-afro-brasileira e indígena no currículo escolar com o intuito de combater o racismo no sistema escolar. Daí a necessidade de se verificar a sua aplicação e efetivação nos ambientes escolares e de pesquisar como este processo vem ocorrendo.

A aprovação da lei não garante as condições de sua aplicação. Assim como

ocorreu em outros momentos, a estrutura governamental não dá o suporte necessário para a efetivação da ação, visto faltar formação docente, projetos nacionais e multidisciplinares de sua aplicação, apoio didático, apoio institucional, campanhas de sensibilização para o tema, dentre outras coisas. A lei foi aprovada, mas cada escola deve se responsabilizar individualmente por sua efetivação. Acreditamos que um fator importante na busca por uma educação antirracista é, sem dúvida, a formação inicial e/ou continuada, pois é necessário conhecer e compreender a temática racial.

Nos cursos de formação voltados a temáticas que envolvem as relações étnico-raciais é possível desmistificar estereótipos, fomentar o debate sobre as práticas pedagógicas, adquirir conhecimentos, criar projetos antirracistas, pensar e repensar o papel da escola na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Sem uma formação adequada, a lei será somente mais um item do currículo escolar, um amontoado de informações sem reflexão ou aprofundamento.

Ao verificar a aplicação desta lei no IFTM *Campus* Uberaba, por meio das ações e atividades realizadas pelo NEABI, constatamos que o Núcleo tem realizado ações e atividades que promovem o debate e a sensibilização da comunidade acadêmica para a temática do racismo, contribuindo para o fomento de uma educação antirracista nessa instituição. Apesar dos poucos recursos, o Núcleo realizou seis atividades presenciais no ano de 2019. Contudo, falta-lhe aporte financeiro, físico e de pessoal.

Verificamos que as inúmeras dificuldades encontradas fazem parte de um sistema estrutural e institucional de racismo e que o racismo estrutural atua para minimizar a questão do debate sobre o racismo em todas as esferas sociais e, conseqüentemente, na educação. Os núcleos são criados nas instituições de governo como órgãos para o combate ao racismo, mas os aportes disponibilizados são insuficientes para seu pleno desenvolvimento.

A “falta de apoio institucional” aos NEABIs não é algo exclusivo do IFTM porque é uma política de governo que vem se repetindo ao longo do tempo por diversos agentes, quer de modo intencional, ou não. É uma política de ceder às reivindicações do movimento, mas não fornecer subsídios para sua efetivação. Trata-se de uma política “de governo” de “faz de conta”, um modo de enganar, burlar e impedir o avanço da luta contra o racismo e, por último ainda, culpabilizar os agentes destes núcleos pela ineficiência, fracasso ou pouca frequência de suas ações. As dificuldades apresentadas pelo NEABI/IFTM *Campus* Uberaba também foram, e são sentidas por diversos grupos do Movimento Negro. Contudo, podemos perceber que apesar dos

obstáculos, os grupos do Movimento Negro continuam criando suas estratégias de resistência e, assim, vão avançando na luta antirracismo.

Existe uma estrutura social racista construída ao longo de séculos para manter privilégios da branquitude e, apesar de muitas vezes não nos darmos conta da existência desta estrutura, vários agentes vão repetindo ações e pensamentos racistas de modo inconsciente, ou não. O não fornecimento de recursos humanos e materiais necessários para o pleno funcionamento dos NEABIs também se apresenta como uma das formas de racismo estrutural e institucional que vem sendo perpetuada ao longo de diversas gestões.

Revelar os mecanismos de atuação desta estrutura racista não tem como objetivo apontar culpados individualmente, por tratar-se de estratégia social de manutenção de poder que teve início no século XV e que se sustenta até os dias atuais. Compreender a existência desta estrutura auxilia os agentes nela envolvidos a pensar e repensar, agora de modo sensibilizado, suas próprias atitudes para que juntos possamos identificar os diversos cenários e modos como o racismo se apresenta, ou se esconde, e poder, assim, combatê-lo de uma forma mais eficaz.

Ressaltamos que alguns aspectos que gostaria de ter abordado nesta pesquisa foram inviabilizados por motivos sanitários (pandemia) como a pesquisa de campo em sala de aula, para que pudéssemos entender e analisar como ocorre, na prática, esta educação antirracista; acompanhar o desempenho escolar dos alunos cotistas; o contato pessoal com os docentes para saber quais são suas impressões sobre as ações do NEABI; ou mesmo quais são as suas fontes de consulta e formação sobre o tema.

Nesse sentido, sugerimos novas pesquisas que contemplem o acompanhamento e a aplicação *in loco* da Lei nº 11/645/2008, pesquisas que acompanhem o planejamento e a preparação dos docentes para a aplicação do tema relações étnico-raciais, além de pesquisas que acompanhem os alunos negros e indígenas do IFTM para analisar o impacto do racismo em suas vidas acadêmicas. Outra possibilidade é realizar pesquisas com a comunidade do IFTM, em especial com as chefias, relacionadas à sua percepção sobre o racismo institucional e estrutural.

Com a conclusão desta tese, pretendemos divulgar seus resultados junto aos membros dos NEABIs, em especial do IFTM, para que possam compreender melhor os mecanismos de atuação do racismo e os seus diversos agentes aqui revelados. Esperamos que, assim, eles possam comparar os resultados com suas realidades e

reivindicar melhores condições para seus núcleos. Pretendemos também divulgar a tese nos meios acadêmicos por meio de apresentação de trabalhos em eventos científicos, escrever e publicar artigos sobre a pesquisa para que ela possa ser compreendida de modo mais sucinto.

A realização desta pesquisa colaborou, de modo significativo, para o meu amadurecimento acadêmico, mas, fundamentalmente, ampliou meu próprio modo de ver, sentir e analisar aspectos pessoais e profissionais em que fui afetada por algum dos modos de apresentação do racismo. Assim, desejo que esta tese colabore na sensibilização de outros agentes acerca da relevância do tema e na luta contra o racismo

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA FOTEC. **[Foto Djamila Ribeiro]**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://agenciafotec.com.br/2019/06/07/em-natal-djamila-ribeiro-chama-atencao-para-violencia-estrutural-contra-o-povo-negro/>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ALENCASTRO, L. F. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.
- ALENCASTRO, L. F. **O tratado dos viventes formação do Brasil no Atlântico Sul Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALVES, O. A. Atuação e possibilidades para o NEAB do IFAC-Campus Rio Branco. **Revista Em favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 3, n. 2, p. 3-18, fev./jul. 2020.
- ARAÚJO, E. L.; MARTINS, I. S.; FLORÊNCIO, S. L. R. **Ações afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**: o processo de implantação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas–NEABI. Fortaleza: EDUECE, 2018.
- BAIROS, L. III Conferência Mundial contra o racismo. **Revista Estudos Feministas**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 169-170, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100010>
- BARBOSA, P. **O movimento social negro brasileiro**: da liberdade de autonomia organizativa à institucionalização. Curitiba: Editora CRV, 2018. DOI <https://doi.org/10.24824/978854442694.4>
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.
- BENEDETTI, L. **[Foto Ruth de Souza]**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ruth-de-souza-a-atriz-que-revolucionou-o-teatro-e-o-cinema-brasileiro/#:~:text=Ruth%20de%20Souza%20nasceu%20em,pelo%20teatro%20desde%20a%20inf%C3%A2ncia>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BERNARD, Z. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.
- BEZERRA, J. **Conquista de Ceuta**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/conquista-de-ceuta/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BEZERRA, J. **Reunião da Frente Negra Brasileira, em 16 de setembro de 1935**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/MOVIMENTO-NEGRO/>. Acesso em:

10 dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm#:~:text=Art%201%C2%BA%20%2D%20Os%20Estados%20Unidos,%C3%A9%20a%20Capital%20da%20Uni%C3%A3o..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm#:~:text=Art%201%C2%BA%20%2D%20Os%20Estados%20Unidos,%C3%A9%20a%20Capital%20da%20Uni%C3%A3o..) Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. **Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial- Ministério dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: [Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos], 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/.../192/484/1/SEPPIR-CONAPIR>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Decreto de 20 de novembro de 1995**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm). Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 7 jan. 2021

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951**. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais

de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASILEIRO, J. Ações afirmativas: políticas de inclusão. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia. v. 2, n. 1, p. 1-3, nov. 2003.

CARVALHO; G.A.S. “Branqueamento” como política brasileira de exclusão social dos negros (séculos 19 e 20) **Revista da ASBRAP**: Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, São Paulo; v. 21, p.9-16, 2014. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/areavip/arquivos/Revista%20>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COEVO. *In*: DICIONÁRIO Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/coevo/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CUNHA JUNIOR, H. Movimento de consciência negra na década de 1970. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 25, v. 2, n. 46, p. 47-54, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15183>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DISCEMENTOS. *In*: DICIONÁRIO Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

DOCUMENTO da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Brasília, DF, 1996. Google Arts & Cultura. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/documento-da-marcha-zumbi-dos-palmares-contr-o-racismo-pela-cidadania-e-a-vida/ZgFme0n7LbP-4A>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889- 1930). **Diálogos Latino-Americanos**, Cidade do México, n. 10, p. 116-130, 2005.

DOMINGUES, P. Um templo de luz: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Cristóvão, v. 13, n. 39, p. 517-534, set./dez. 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008>

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FANON, F.O. **Racismo e Curitiba**. Piraguara: NEAB-UFPR, 2018.

FERREIRA, N. T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27. p. 76-498, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/s0104-40362019002701553>

FERRETTI, F. Eles têm o direito de expulsar-nos: a Nova Geografia Universal de Élisée Reclus. **Espaço e Economia**, [s. l.], ano 2, n. 3, 2013. DOI <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.513>

FERRETTI, F. Evolução e revolução: os geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Pëtr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018005000001>

FIUZA, D. H. A Propaganda da Eugenia no Brasil: Renato Kehl e a implantação do racismo científico no Brasil a partir da obra “Lições de Eugenia”. **Revista Aedos**, [s. l.], v. 8, n. 19, p. 85-107, 2016.

FRANCISCO JUNIOR, W. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação (Bauru)**, Bauru. v. 14, n. 3, p. 397-416, mar. 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S1516-73132008000300003>

GARRIDO, M. C. M. Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n. 25, p. 435-463, jul./set. 2018. DOI <https://doi.org/10.5965/2175180310252018435>

GÓES, L. **A tradução do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem**. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, v. 23, p. 75-85, 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 12, n.1, p.98-109, jan./abr. 2012.

GOMES., L. N. O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Belo Horizonte. v. 10, n. 18, abr. 2011. DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133>

GOMES, N. L.; RODRIGUES, T. C. Resistência democrática: a questão racial ea Constituição Federal de 1988. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 928-945, 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018200256>

GUALBERTO, A. E. M. Exigindo direitos na Constituição Federal de 1988: participação política do povo preto. **Revista OQ. KOINONIA**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2mrl3Av>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1999.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700007>

IBGE. **IBGE divulga resultados de estudo sobre cor ou raça**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1933&t=ibge-divulga-resultados-estudo-sobre-cor-raca&view=noticia#:~:text=As%20mulheres%20apresentam%20percentual%20maior idade%20\(67%2C2%25\)](https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1933&t=ibge-divulga-resultados-estudo-sobre-cor-raca&view=noticia#:~:text=As%20mulheres%20apresentam%20percentual%20maior idade%20(67%2C2%25)). Acesso em: 10 mar. 2022.

IBGE. **Dados estatísticos sobre a educação**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **NEABI**. Uberaba: IFTM, 2021. Disponível em: <https://iftm.edu.br/neabi/>. Acesso em: 10 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. Uberaba: IFTM, 2020a. Disponível em: <https://iftm.edu.br/uberaba/> 2020. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Uberaba: IFTM, 2019a. Disponível em: <https://iftm.edu.br/pdi/>. Acesso em: 10 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do IFTM (RPAA)**. Uberaba: IFTM, 2012a. Disponível em: [https://iftm.edu.br/uberaba/nap/pdf/resolucao\\_39\\_2012.pdf](https://iftm.edu.br/uberaba/nap/pdf/resolucao_39_2012.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Regulamento Núcleo de Estudos Afro- brasileiro do IFTM (RNEABI)**. Uberaba: IFTM, 2012b. Disponível em: <https://iftm.edu.br/neabi/> Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **[Foto Pintura Facial]**. Uberaba: IFTM, 2019b. Disponível em: <https://iftm.edu.br/neabi/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO. **Cartaz de Divulgação das Atividades do dia 13 de maio**.

Uberaba: IFTM, 2019c.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. [Portaria do IFTM-Campus Uberaba/Unidade I]. Uberaba: IFTM, 2020b. Disponível em:

<https://www.bing.com/images/search?q=fotos+iftm+uberaba&qpvt=fotos+iftm+uberaba&form=IGRE&first=1&tsc=ImageHoverTitle>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Cursos Campus Uberaba**. Uberaba: IFTM, 2020c. Disponível em: <https://iftm.edu.br/cursos/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Vista aérea do IFTM-Campus Uberaba/Unidade I**. Uberaba: IFTM, 2020d. Disponível em:

<https://www.bing.com/images/search?q=fotos+iftm+uberaba&qpvt=fotos+iftm+uberaba&form=IGRE&first=1&tsc=ImageHoverTitle>. Acesso em: 10 jul. 2021

JACCOUD, L. **A Construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília, DF: IPEA, 2009.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KDCAH. [Foto Katherine Dunham]. [S. l.], 2020. Disponível em: [https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&thid=AMMS\\_9da775e98e71%20053c469f76be421d62cc&mediaurl=http%3a%2f%2fupload.wikimedia.org%2fwiki%20edia%2fcommons%2f5%2f50%2fKatherine\\_Dunham\\_by\\_Annemarie\\_Heinrich%2%2052C\\_1954.jpg&exph=1264&expw=1000&q=kdcah.org%2fkatherine-dunham-](https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&thid=AMMS_9da775e98e71%20053c469f76be421d62cc&mediaurl=http%3a%2f%2fupload.wikimedia.org%2fwiki%20edia%2fcommons%2f5%2f50%2fKatherine_Dunham_by_Annemarie_Heinrich%2%2052C_1954.jpg&exph=1264&expw=1000&q=kdcah.org%2fkatherine-dunham-). Acesso em: 10 jun. 2021.

KUADRO. **Tráfico Negroiro**. [S. l.], 2012. Questões FGV (2012). Disponível em: <https://www.kuadro.com.br/gabarito/fgv/2012/historia/fgv-2012-analise-o-gr-fico-abaixo-o-tr-fico-negrei/12870>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LEYVA, P.A. Modalidades tradicionais africanas de capturas para o tráfico negroiro. **Revista África(s)**, Alagoinhas, v. 4, n. 8, p. 91-103, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/africanas/issue/view/276>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LIMA, C. L. **Racismo e branqueamento no Brasil**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/ihu.unisinos.br/categorias/600564-racismo-e-branqueamento-no-brasil>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LOUREIRO.; C. [Foto Lelia Gonzales]. **O Povo**, [s. l.], 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2020/07/27/lelia-gonzalez-tera-livro-publicado-em-setembro-pela-editora-zahar.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

- LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: UFU, 2005. DOI <https://doi.org/10.7476/9788570785169>
- MACHADO, L. S. A diáspora Negra e a presença de africanos escravizados em Itapemirim -ES (1860-1870). **Revista Mosaico**, Itapemirim, v. 8, n. 13, p. 238-257, nov. 2017. DOI <https://doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.69652>
- MACHADO; C. Cientistas e Inventores Negros. **Revista Raça**, [s. l.], jan. 2018. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/cientistas-e-inventores-negros/>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- MAIO, M. C. O contraponto Paulista: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e o projeto UNESCO de relações raciais. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n.13, p.10-39, jan./jul. 2014. DOI <https://doi.org/10.12957/epp.2018.42241>
- MALATIAN, T. Memória e contra memória da frente negra brasileira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2016, Franca. **Anais [...]** Franca, Universidade Estadual de São Paulo, 2016. p. 1-16. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502054947\\_ARQUIVO\\_MALATIAN\\_ANPUH2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502054947_ARQUIVO_MALATIAN_ANPUH2017.pdf). Acesso em: 20 set. 2021.
- MARTINS, H. V. Outros personagens entraram em cena: o Movimento Negro e a emergência de uma" política racializada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1393-1414, 2018.
- MARTUSCELLI, D. E., SILVA, B. J., **Racismo, etnia e lutas de classes nodebate marxista**. Chapecó: Ed. dos Autores, 2021.
- MENDES, N. S.; MAIA, F. N. Monteiro Lobato, racismo e literatura: narrativas de um eugenista. **Revista Espaço Livre**, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 53-65, 2019.
- MENESES, P. Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões. **Revista Symposium**, São Paulo, ano 3, n. esp, dez. 1999. DOI <https://doi.org/10.11606/rgpp.v10i1.183491>
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MONTALVO, D.G. **1452: Papal Bull Dum Diversas**. Tyler: Bausinger, 2020. Disponível em: <http://www.tylerhistory.org/2018/08/27/1452-papal-bull-dum-diversas/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- MONTEIRO, N. M. As grandes navegações e o descobrimento do Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 40, 2001. DOI <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v0i40.530>
- MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-43, ago./out.1994. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: BRANDÃO, A. A. P. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004. p. 15-34. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/09/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MUNANGA, K. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do negro. **IllaRevista de Antropologia**, São Paulo, v.18, p. 107-120, 2016. DOI <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2016v18n1p109>

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

NASCIMENTO, A. **Jornada negro-libertária**. Rio de Janeiro: IPEAFRO/AFRODIÁSPORA, 1984.

NASCIMENTO, A. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019>

NASCIMENTO, O. D. S. **A representação da identidade religiosa afro-brasileira no discurso de demonização neopentecostal contemporâneo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30795/1/DISSERTACAOREVISADA%20%281%29-convertido.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NOGUEIRA, S. G.; GUZZO, R. S. L. Que educação das relações étnico-raciais queremos no século XXI? Uma leitura psicossocial e crítica da desumanização eurocêntrica e racista. **Revista da ABPN**, Guarulhos, v. 9, n. 22, p. 409-43, mar./jun., 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/375>. Acesso em: 10 mar. 2020.

O MENINO que descobriu o vento. [S. l.], 2019. Cartaz do filme. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80200047>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, M. S. **O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO EM MEIO A MILITÂNCIA E A INTELLECTUALIDADE**: EVENTOS PROGRAMÁTICOS REALIZADOS ENTRE 1945 E 1950. 2018. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM HISTÓRIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.REPOSITORIO-BC.UNIRIO.BR:8080/XMLUI/BITSTREAM/HANDLE/UNIRIO/12465/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20-%20MAYBEL.PDF?SEQUENCE=1&ISALLOWED=Y](http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/XMLUI/BITSTREAM/HANDLE/UNIRIO/12465/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20-%20MAYBEL.PDF?SEQUENCE=1&ISALLOWED=Y). ACESSO EM: 10 MAR. 2020.

OLIVEIRA, S. F. **Ruth de Souza**: mulher negra e atriz. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Arte) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12339/1/RuthSouzaMulher.pdf>.

Acesso em: 10 mar. 2020.

PACHECO, C. M. F. Origens e transformações da escravização na África: como o negro foi transformado em sinônimo de escravo. **Revista Dia a Dia**, Curitiba, 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf>.

Acesso em: 10 mar 2020.

PACHECO, H. P. Representatividade da imagem do negro dos meios de comunicação: Raça Brasil e Imprensa Brasileira. *In*: INTERCOM CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, 2001. **Anais** [...]. [Campo Grande: Intercom], 2001. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/np13pacheco.pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2022.

PRAXEDES, W. Eurocentrismo e racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 83, p. 1-5, 2008. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFA/Artigos/Walter\\_Praxedes.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFA/Artigos/Walter_Praxedes.pdf). Acesso em: 10 mar 2020.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, S. C.; GOBBI, B.C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, [s. l.], v. 7, n.1, p. 70-81, 2005. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87817147006>. Acesso: 10 mar. 2021.

RODRIGUES, K. A. Análise da Teoria da Democracia Racial sob a perspectiva da literatura de Machado de Assis. **Revista Café com Sociologia**, v. 7, n. 1, p. 50-61, 2018. Disponível em:

<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/issue/view/22>.

Acesso em: 20 set. 2021.

ROTAS da escravização. [S. l.], 2020. Disponível em:

<https://www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/p5.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SARDENBERG, R. M.; SANTOS, H. Ações afirmativas para a valorização da população negra. **Parcerias estratégicas**, Campinas. v. 2, n. 4, p. 28-37, 1997.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (org.). **Dicionário da Escravização e Liberdade. 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEIBERT, G. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v. 49, p. 41-70, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/S0002-05912014000100002>

SILVA, M.; PEREIRA, M. M. Percurso da lei 10639/03 e o ensino de história e cultura africana no Brasil: antecedentes, desdobramentos e caminhos. **Tempo de Histórias**, Brasília, DF, n. 22, p. 125-135, 2013. DOI <https://doi.org/10.26512/emtempos.v0i22.19827>

SILVA.; M. R.; SAMPAIO; A. A. M. Percepções docentes sobre o processo de escolarização de pessoas com deficiência. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/252487/40224>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, V. S.; SANTOS, R. V. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000300008>

TAUIL, R. M. Florestan Fernandes: Questão Racial e Democracia. **Revista Florestan UFSCAR**, São Carlos, ano 1, n. 1, p. 12- 22, 2014. DOI <https://doi.org/10.46269/1212.453>

TEORIA da evolução de Darwin. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://pesquisaescolar.site/teoria-da-evolucao-de-darwin/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIANA, N. **Documentos Oficiais da Igreja contra a escravidão**. Decretos & Bulas. Apologistas Católicos. [S. l.], 2012. Disponível em: <http://www.apologistascaticos.com.br/index.php/magisterio/documentos-ecclesiasticos/decretos-bulas/506-documentos-oficiais-da-igreja-contra-a-escravid>. Acesso em: 10 mar. 2022.

VOLTAIRE, F.M. A. **Tratado de metafísica**. 4. ed. São Paulo: Clube dos Autores, 2015.

WALDMAN, M. **MERCANTILISMO E COLONIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE POVOAMENTO**. SÃO PAULO: KOTEV, 2018.

XAVIER, C. M. O debate parlamentar na tramitação da Lei 10.639/2003: Interrogando o papel da escola na construção da identidade cultural e étnica no Brasil. **Ecos-Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 569-586, jul./dez. 2009. DOI <https://doi.org/10.5585/eccos.v11i2.1901>

XAVIER, L. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos respirar. **Revista em Pauta**, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p.18-37, 2020. DOI <https://doi.org/10.12957/rep.2020.52018>

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS****QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS**

1. Neste Instituto há algum grupo/núcleo que trabalha com a inclusão racial (pretos, pardos, indígenas)?
2. Se houver algum grupo/núcleo, quando foi criado? Tempo de existência? Quantos meses/anos
3. Quem são os membros do Núcleo? (docentes, discentes.)
4. Qual é a frequência das reuniões do grupo? (quinzenal, mensal)
5. Quais as principais atividades e frequência das ações realizadas por este Núcleo?

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS MEMBROS DO NEABI

### Questionário enviado para os membros do NEABI

1. Sexo

masculino  feminino  outro \_\_\_\_\_

2. Cargo no IFTM

Técnico Administrativo  Docente  outro \_\_\_\_\_

3. Tempo de instituição

até 03 anos  de 04 a 10 anos  mais de 11 anos

outro

4. Para você, o que é o NEABI?

---

5. Você participa do NEABI por qual motivo?

Fui indicado pela chefia, após ser consultado.

Fui indicado pela chefia sem ser consultado.

Solicitei à chefia que fosse indicado.

Aceitei participar por pressão da chefia.

Participo voluntariamente, por ter afinidade com o tema.

Outros  \_\_\_\_\_

6. Quanto à sua participação nas reuniões e atividades presenciais promovidas pelo NEABI (antes da pandemia).

Participei de todas

Participei na maioria das vezes

Participei de acordo com a minha disponibilidade

Participei poucas vezes

Nunca participei ( )

Outro ( ) \_\_\_\_\_

7. Quanto às dificuldades encontradas para participar das reuniões e atividades presenciais promovidas pelo NEABI

Não tive dificuldades, fui sempre liberado pela minha chefia. ( )

Não encontrei dificuldades, porém não participei. ( )

Sim, encontrei dificuldades, pois não fui sempre liberado pela minha chefia. ( )

Fui liberado(a) pela chefia, porém as atividades que desempenhava não poderiam ser interrompidas. ( )

Somente participei quando as atividades e reuniões ocorriam no meu horário ou local de trabalho. ( )

Outro( ) \_\_\_\_\_

8. Quais ações, na sua opinião, o NEABI deveria realizar?

9. Quanto à sua percepção, o NEABI tem apoio

da Direção (Campus / reitoria) ( )

inexistente ( )

pouco ( )

bom ( )

satisfatório ( )

ótimo ( )

Outro ( ) \_\_\_\_\_

10. Faça algum comentário sobre o NEABI/Campus Uberaba

---

---

## **APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM O PRESIDENTE DO NEABI**

### **Questionário com o presidente do NEABI**

- 1) Como e quando você se tornou presidente do NEABI?
- 2) Quais as atividades desenvolvidas pelo NEABI?
- 3) Quais são as dificuldades enfrentadas pelo NEABI?
- 4) Quais são as suas dificuldades como presidente do NEABI?